

MARTHA CELIA RAMÍREZ-GÁLVEZ

***OS IMPASSES DO CORPO: AUSÊNCIAS E PREEMINÊNCIAS DE
HOMENS E MULHERES NO CASO DO ABORTO VOLUNTÁRIO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia Social do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação da Profa.
Dra. Mariza Corrêa

Campinas, 1999

***OS IMPASSES DO CORPO: AUSÊNCIAS E PREEMINÊNCIAS DE
HOMENS E MULHERES NO CASO DO ABORTO VOLUNTÁRIO***

MARTHA CELIA RAMÍREZ-GÁLVEZ

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 13/04/99

Profa. Dra. Mariza Corrêa

Profa. Dra. Maria Coleta F.A. de Oliveira

Profa. Dra. Maria Filomena Gregory

Profa. Dra. Maria Isabel Baltar da Rocha (Suplente)

A los afectos que aún con el pasar
del tiempo y en la distancia
continúan siendo fundamentales,
especialmente a Alberto y Celia

AGRADECIMENTOS

Apesar da sensação de solidão que envolve este tipo de trabalho são muitas as pessoas que contribuem, de diversos modos, para sua realização. Agradeço a todas/os, em especial

Às pessoas que compartilharam suas histórias de interrupção, permitindo-me adentrar na sua intimidade.

A Mariza Corrêa por promover a autonomia de pensamento e por apostar neste empreendimento; e a Maria Coleta F.A. de Oliveira pelo apoio e reconhecimento.

Aos amigos, a maioria vindos de outros cantos da América Latina e da África, com os quais compartilhamos os doces e amargos sabores da re-socialização em um país diferente. Sou grata especialmente a Victoria que acompanhou solidariamente os estados de ânimo deste processo.

Ao Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU, particularmente a Iara, Adriana e Luciana por proporcionar-me apoio e infra-estrutura.

Ao grupo de estudos de gênero do NEPO e do IFCH que, nos espaços de discussão, facilitaram a proximidade com densas teorias e contribuíram ao amadurecimento de idéias.

Às pessoas que, através da correção dos meus escritos, pacientemente me ensinam a pensar em português.

À família Fernandez de Souza por proporcionar-me uma “casa” no Brasil.

Às/aos colegas, amigas/os e colaboradoras/es do IFCH.

À CAPES e ao Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação - PEC/PG do CNPq que financiaram esta pesquisa.

SUMÁRIO

Resumo	vi
Quadro referente às características das/os entrevistadas/os	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
CONTEXTO GERAL DO ABORTO PROVOCADO	8
1.1 Aspectos morais e religiosos	9
1.2 Marco jurídico	13
1.3 Epidemiologia da transgressão da norma	17
1.3.1 A transgressão segundo classe	20
CAPÍTULO II	
O ABORTO E OS DIREITOS REPRODUTIVOS	27
2.1 A luta feminista. Um breve histórico	28
2.2 O conceito de direitos reprodutivos	36
2.3 Direitos reprodutivos para quem?	40
2.4 O impasse do corpo	48
2.5 Discussões levantadas pelas novas tecnologias reprodutivas	57
CAPÍTULO III	
ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO	63
3.1 Um breve histórico	64
3.2 Os problemas das identidades	71
3.3 Reprodução e poder	79
3.3.1 Os domínios no campo reprodutivo	83
CAPÍTULO IV	
REPRESENTAÇÕES DIFERENCIAIS DO ABORTO	87
4.1 Metodologia usada na pesquisa	88
4.1.1 Redes sociais e aborto - Uma metodologia para identificação dos sujeitos	88
4.1.2 Especificidades da entrevista e das/os entrevistadas/os	92
4.2 Resultados	93
4.2.1 Características das/os entrevistadas/os	93
4.2.2 Um ponto de partida: as relações amorosas e a projeção familiar	96
4.2.3 A (anti)concepção	102
4.2.4 As razões: os projetos, as relações	106
4.2.5 As normas jurídicas e morais e a decisão do aborto	111
4.2.6 O procedimento de interrupção	112
4.2.7 A participação masculina no aborto	116
4.2.8 Logo depois	120
4.2.8.1 A relação	123
4.2.9 O corpo que engravida. Preeminências femininas e ausências masculinas	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
BIBLIOGRAFIA	144

OS IMPASSES DO CORPO: AUSÊNCIAS E PREEMINÊNCIAS DE HOMENS E MULHERES NO CASO DO ABORTO VOLUNTÁRIO

RESUMO

Pretendeu-se explorar como o campo reprodutivo é configurado em diversos âmbitos: o político, o conceptual e o das representações de homens e mulheres, observando quais são os repertórios que fundamentam suas noções e as dinâmicas de gênero que operam em cada um deles. A análise se realizou tomando como ponto de referência as questões relativas ao aborto voluntário que, ao ser uma situação de ruptura e contravenção a uma norma social que regula o comportamento sexual, levaria a colocar em evidência os termos reguladores de uma inteligibilidade dominante, especialmente no que diz respeito à dinâmica entre os gêneros. A abordagem do âmbito político se fez a partir das lutas contemporâneas do movimento de mulheres, visto que o direito à autonomia corporal tornou-se um requisito para o “*empowerment*” das mesmas. O âmbito conceptual dimensionou-se a partir do percurso das discussões na chamada antropologia da mulher, fazendo ponte com desenvolvimentos contemporâneos de algumas teorias sobre gênero, ditas pós-modernas. Para explorar o âmbito das representações de homens e mulheres, indagou-se a vivência desta experiência na história reprodutiva de oito mulheres e sete homens, com formação universitária. Interessou-nos articular a perspectiva masculina ao campo reprodutivo seguindo algumas formulações teóricas sobre gênero, que concebem esta categoria como deslocada do sexo, e introduzem uma dimensão relacional e histórica das construções sociais sobre os corpos que servem como metáforas aos gêneros. A representação sobre o corpo e suas diferenças sexuais aparece como argumento fundamental no plano das negociações entre homens e mulheres em situações concretas de interrupção. Similarmente, no plano político, os direitos reprodutivos são reivindicados basicamente através das mulheres, em decorrência de ser seu corpo que engravida, e por ter que arcar, pelo menos inicialmente, com as maiores responsabilidades nos cuidados da prole. No plano conceptual, rejeita-se a maternidade como ontologia que fornece especificidade às mulheres. Neste enfoque, tomar a diferença sexual como ponto de partida para reivindicar especificidades e direitos seria sustentar a identidade a partir do sexo, reafirmando o dispositivo que produz e regula as relações de poder. Ao considerar os desenvolvimentos do campo político e conceptual, em relação à questão reprodutiva, pareceria que os corpos tivessem tomado rumos diferentes: do lado político se discutem as consequências de sermos corpóreos, pois o corpo e suas funções reprodutivas aparecem como elementos definidores de conceitos e políticas; do lado das teorias de gênero pós-modernas, o sexo é pensado como produção discursiva de modelos específicos e históricos de sexualidade. Os discursos político e conceptual correspondem a registros diferentes; no entanto, conceitos de gênero e corporalidade perpassam suas formulações. Interessa-nos chamar a atenção à centralidade dada ao corpo e suas diferenças sexuais no campo reprodutivo, quando elas tem sido desarticuladas em outras áreas de atuação e discussão dos gêneros. Fica como desafio examinar as consequências políticas de manter os argumentos sob os quais se sustentaram lugares de subordinação, assim como de reformular as premissas que transcendam o mimetismo entre sexo e gênero no campo reprodutivo.

Quadro referente às
CARACTERÍSTICAS DAS/OS ENTREVISTADAS/OS

Entrevistado	Idade	Estado civil	Formação	Religião	Filhos	Abortos	Método interrup	Tipo de relação
Rosa	45	Casada	Doutor. Ciênc Sociais	Católica	2	2	Cirúrgico	Namoro extraconjugal
Renata	22	Solteira	Medicina	Nenhuma	0	1	Cytotec	Caso
Regina	26	Solteira	Graduação Engenharia	Espírita	0	1	Cirúrgico	Namoro
Patrícia	33	União consensual	Doutor. Ciênc Sociais	Católica	0	2	Cirúrgico	Companheiro
Laura	30	Solteira	Mestrado Sociais	Católica	0	1	Cirúrgico	Namoro
Júlia	33	Casada	Graduação Jornalismo	Católica	1	2	Cirúrgico	Namoro
Lúcia	27	Solteira	Mestrado Sociais	Nenhuma	0	1	Cytotec	Namoro extraconjugal
Ana	23	União consensual	Enfermagem	Católica	0	1	Cirúrgico	Companheiro
Luís	37	Solteiro	Doutor. Biologia	Católica	0	2	Cytotec-Cirúrgico	Namoro - caso
José	38	União consensual	Graduação Ciênc Sociais	Católica	0	3	Cirúrgico	Companheira - caso
Sérgio	28	União consensual	Gradua. Humanas	Ateio	0	3	Cirúrgico	Companheira - namoro
Pablo	36	Solteiro	Doutor. Humanas	Afro-brasileira	0	5	Cirúrgico	Namoro - caso
André	35	Solteiro	Mestrado Sociais	Protestante	1	1	Cirúrgico	Companheira
Milton	27	Solteiro	Mestrado Sociais	Nenhuma	0	1	Cirúrgico	Namoro
João	35	União consensual	Mestrado Artes	Re-encarnacio	1	2	Cytotec	Companheira - namoro

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa explorar como o campo reprodutivo é configurado em diversos âmbitos: o político, o conceptual e o das representações de homens e mulheres, observando quais são os repertórios que fundamentam suas noções e quais as dinâmicas de gênero que operam em cada um deles. A abordagem do campo reprodutivo se faz aqui a partir das questões relativas ao aborto voluntário.

O interesse em ter o aborto como pano de fundo para nossa análise não surge por ele mesmo, isto é, pela indagação de suas causas e suas conseqüências na vida das pessoas, nem pela discussão acerca de sua licitude jurídica ou moral. Não é isto o que se discute neste trabalho. Consideramos que ao se tratar de uma situação de ruptura, de contravenção a uma norma social, jurídica e moral que regula o comportamento sexual colocam-se em evidência os termos reguladores de uma inteligibilidade dominante nesta área. Isto porque os conteúdos das discussões assinalam discursos subjacentes a uma série de aspectos, especialmente aqueles relativos à dinâmica entre os gêneros, em um campo onde o corpo, concretamente a capacidade geradora da mulher, torna-se um fator determinante para definir direitos reprodutivos e para configurar a reprodução como um campo predominantemente feminino. Mas, nas teorias desconstrucionistas de gênero, o corpo toma outras dimensões.

A ocorrência da gestação no corpo da mulher tem sido submetida às mais variadas interpretações e valorações, tanto no campo conceptual quanto político: desde posições que visualizam os encargos da maternidade como causa fundamental de opressão e alienação das mulheres no poder, até considerações que colocam na capacidade de engravidar o foco de poder e resistência das mesmas. À vista disto, pesquisar o aborto implica necessariamente introduzir o campo político através das lutas feministas. O direito à autonomia corporal tornou-se um requisito para o *'empowerment'* das mulheres, um evento político de grande importância para a equidade dos

gêneros. Visualizar como o aborto tem sido tema de luta e debate ao longo do movimento feminista contemporâneo é um imperativo.

Nas últimas décadas, pesquisas e discussões sobre a condição das mulheres evidenciam tendências que desvinculam sexualidade e gênero de reprodução. Todavia, ao observar alguns desenvolvimentos dos estudos sobre masculinidade, observa-se que a dinâmica social e afetiva envolvida na reprodução começa a se bosquejar como uma área de interesse. De outro modo, enquanto as pesquisas e discussões sobre as mulheres tentaram se distanciar da reprodução como foco principal, as pesquisas sobre homens e masculinidades tentam se aproximar desta questão. Os espaços que antes estavam estritamente demarcados para cada um dos sexos, sofrem uma mobilidade na suas fronteiras a partir dos estudos de *gênero*.

Isto não quer dizer que esta preocupação fosse totalmente ausente, mas o enfoque sobre a relação dos homens com este campo tem tido mudanças. O resultado da pesquisa bibliográfica realizada sobre a participação dos homens na reprodução constitui, por si mesma, uma evidência. Nas áreas médica e do direito concentram-se o maior número de investigações sobre paternidade que, segundo os títulos dos documentos achados, tiveram o intuito de afinar os instrumentos para definir ou provar, do ponto de vista genético, a paternidade, e operar os mecanismos jurídicos correspondentes às *responsabilidades* assinaladas para o homem, uma vez comprovado seu vínculo biológico com uma criança. Enquanto isto, a preocupação recente, especialmente na área das ciências sociais, concentra-se na incorporação e compreensão do lugar dos homens no campo da saúde, e dos direitos reprodutivos.

Ao falar, nesta pesquisa, do âmbito das representações de homens e mulheres envolvidos em uma experiência de interrupção de gravidez ou aborto voluntário, estamos fazendo referência, especificamente, a nosso trabalho de campo. Neste, procurou-se indagar a vivência desta experiência na história reprodutiva de homens e mulheres, visando reconstruir as circunstâncias e reflexões presentes no momento da experiência, enfatizando as percepções sobre a participação do homem e as dinâmicas de negociação entre os parceiros durante a vivência do processo. Nesta pesquisa tentou-se colocar, *em nível analítico*, homens e mulheres no mesmo patamar em relação

ao aborto. Assim, tentou-se articular a dimensão masculina¹ ao que se tem definido, tradicionalmente, como um “assunto de mulheres”.

O interesse nesta ênfase surgiu de observar que algumas formulações teóricas sobre gênero, especialmente as ditas pós-modernas, concentram suas análises na condição das mulheres, apesar da insistência na noção de gênero deslocado do sexo e do caráter relacional do mesmo. Pareceria existir uma “evasividade” nestes enfoques, para abordar os corpos reprodutivos, deixando a reprodução e a análise da condição dos homens como rodas soltas.

O recorte de objeto foi definido pelo nível de escolaridade. Foram entrevistadas 8 mulheres e 7 homens com formação superior —graduação ou pós-graduação— que tiveram alguma experiência de interrupção. Como critério de inclusão, além do nível escolar universitário, se teve presente que a ocorrência do aborto houvesse acontecido nos últimos dez anos e durante ou após a realização dos estudos superiores, excluindo aqueles casos nos quais houve alguma complicação médica. Estes critérios foram determinados em função de duas razões: a primeira delas, refere-se a que a maioria dos estudos e discussões sobre aborto tomam como ponto de referência a população hospitalar, isto é, mulheres que tiveram de ser internadas por complicações decorrentes de um aborto séptico. O fator de complicação médica está associado não à prática do aborto em si mesmo, porém, às condições, muitas vezes precárias, nas quais é realizado entre populações que não dispõem de recursos econômicos para pagar um aborto seguro. Assim, estabelece-se um viés que cria a tríade: aborto/dificuldades econômicas/desinformação sobre contracepção. Estas duas últimas, são tidas como elementos determinantes na explicação do evento, mantendo e reforçando tal associação, que restringe e simplifica a interpretação do mesmo.

A outra razão deste recorte tem a ver com os resultados de outras pesquisas e trabalhos realizados pela autora na área de atendimento em saúde reprodutiva, nos que se observou que, paradoxalmente, a probabilidade de reincidência do aborto é maior entre populações com níveis

¹ Duas aclarações se fazem necessárias. Primeiro que ao falarmos de experiência de interrupção dos homens, estamos referindo à interrupção —feita pela parceira— de uma gravidez da qual ele participou. Esperamos que as/os leitoras/es sejam tolerantes com estes “abusos” que têm de ser feitos quando não possuímos referências lingüísticas para nomear alguns atos que têm um sexo específico. A segunda questão é que a dimensão masculina da qual se fala nesta pesquisa está se referindo ao parceiro envolvido na gravidez. Existem outros masculinos, mas aqui se delimita ao parceiro.

médios e altos de escolaridade e com uma história prévia de uso de métodos contraceptivos. Além disso, nos estudos sobre aborto, encontra-se um vazio de experiências com grupos tais como o delimitado nesta pesquisa.

Uma discussão sobre direitos reprodutivos, observando especialmente os argumentos sob os quais estes são formulados, assim como a dinâmica de poder nele contida, se fez necessária para a elaboração desta análise. Um ponto fundamental é discutido ao longo de todo o trabalho: diversos interesses de outros atores envolvidos no processo reprodutivo são subordinados às decisões que nesta área toma a mulher, principalmente, através do estabelecimento de relações de aliança.

Em países como a França o aborto é permitido, entre outras razões, por aflição pessoal, e é à mulher a quem corresponde avaliar ou determinar o que na sua vida constitui uma situação que motive a interrupção da gravidez. A aflição paterna existe só quando é considerada pela mulher. Desta maneira, observamos que as legislações sobre aborto estão “...ancoradas na premissa de uma assimetria inerente entre os gêneros no que respeita à relação de cada qual com o embrião (com uma insofismável preeminência conferida à mulher)...”²

Contudo, os homens não têm ficado silenciosos. Desde diversas perspectivas reivindicam seus direitos nos assuntos reprodutivos, uma vez que se vêem afetados diretamente pelas decisões das mulheres. Algumas destas discussões são incluídas neste trabalho, que tentam ser analisadas sob algumas teorias de gênero as que, além de introduzir uma ruptura com o pensamento dicotômico, introduzem uma dimensão relacional e histórica das construções sociais sobre os corpos que servem como metáfora aos gêneros.

Incluir uma discussão sobre reprodução assistida, assim como casos de discordância do desejo dos parceiros sobre uma fecundação “natural”, revela-nos valores sociais dominantes do modelo ideal de família. Esta discussão tornou-se uma interessante via para ter acesso a questões-chaves subjacentes à discussão de direitos reprodutivos. De outra parte, parecia que as novas tecnologias reprodutivas provocaram um deslocamento físico da concepção que, do corpo da

² NOVAES, S.; SALEM, T. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, Ano 3, N.1/95, pág. 82

mulher, passa ao laboratório, despojando-a do que tem-se constituído sua principal fonte de resistência, colocando, além disto, em questão o modo de hierarquizar os participantes da rede implicada na concepção. Tais questões são articuladas a enfoques teóricos que visualizam, na “desagregação e desorganização” dos corpos, possíveis rupturas com as ficções reguladoras no campo da sexualidade, entre as quais, aquelas que se referem à maternidade como natural e à paternidade como cultural.

Acerca do modo como estão articulados os participantes no ato reprodutivo, Novaes e Salem indicam que o homem, na situação de aborto, é invisível em função da preeminência da mulher; já nos casos de reprodução assistida, a visibilidade do embrião e a importância da presença masculina e de seus direitos, atuam como fatores que deslocam o protagonismo da mesma. Para estas autoras as leis de bioética na França se fundamentariam em uma concepção mais igualitária do casal:

Essa situação de aparente igualdade dos gêneros face à reprodução poder ser atribuída, ao menos em parte, ao aplanamento das diferenças dos laços corporais que ligam mulheres e homens a embriões em circunstâncias que envolvem fertilizações in vitro. É precisamente esse fenômeno que parece estar alimentando, por sua vez, não apenas mudanças na posição das mulheres como também a uma reconsideração, ao menos nominal, do papel tradicionalmente desempenhado por seu parceiro em cenários reprodutivos... 3

Tal situação nos faz pensar a reprodução como um assunto gerador de grandes tensões. Introduzir a perspectiva masculina no debate sobre a reprodução e, especificamente, sobre o aborto voluntário não implica o silenciamento ou deslocamento das mulheres nesta área. Não consideramos que estas dinâmicas atuem na forma de um modelo hidráulico, no qual se um dos gêneros consegue uma condição de “*empowerment*” o outro a perca necessariamente. O propósito é reconhecer o outro ator social dentro de uma dinâmica que envolve um sujeito feminino e masculino, este último excluído do campo, o que pode estar prejudicando a compreensão de sua atuação no mesmo e, por sua vez, reproduzindo e delimitando dinâmicas específicas de poder nas quais se fixam categorias de dominador/dominado. Propusemo-nos tentar pensar uma participação mais igualitária ou equitativa para homens e mulheres na reprodução, se for possível, o que não contempla, nem remotamente, a possibilidade de que uma mulher seja obrigada a ter um filho que

³ NOVAES, S.; SALEM, T., Op. cit., pág. 82

não deseja ou a fazer um aborto contra sua vontade. O que se pretende é chamar a atenção para as armadilhas que continuamente nos coloca o corpo, voltando o processo para trás, nutrindo ou reforçando os argumentos sob os quais repousou ou se justificou, por muito tempo, a subordinação de vários grupos discriminados. A intenção é assumir o desafio de tentar pensar formas de negociação que permitam saídas mais eqüitativas, nas quais os argumentos não estejam fundamentados só na biologia, senão que respondam aos desafios do mundo moderno no qual as fronteiras são cada vez mais flexíveis, porém, frente aos quais, a discussão conceptual e política no campo reprodutivo pareceria resistir.

Estas discussões foram organizadas ao longo da dissertação em quatro capítulos. No primeiro se apresenta uma panorâmica geral do contexto do aborto voluntário que nos diz acerca de sua complexidade e seu carácter polémico. Neste, se incluem algumas questões relativas a sua proibição moral, ética e religiosa, assim como à alta frequência com que este evento ocorre na clandestinidade, contexto que demarca diferenças na sua prática segundo a classe social.

No segundo capítulo se abordam as questões relativas ao âmbito político. Nele se desenvolve um breve histórico que nos coloca a estreita ligação entre as reivindicações pelo direito ao aborto e as lutas dos movimentos de mulheres. Os repertórios que configuram esta luta são contrastados com conceitos vindos da história, da antropologia e alguns outros que emergem das discussões sobre a reprodução assistida. Formulações e contrastes sobre noções de corpo e concepção, assim como definições de direitos reprodutivos perpassam a discussão deste capítulo.

No capítulo terceiro, tentamos nos aproximar do percurso e evolução das discussões na chamada antropologia da mulher, fazendo a ponte com alguns desenvolvimentos contemporâneos das teorias de gênero pós-modernas, enfocando, especificamente, a noção de identidade pensada a partir da diferença sexual, além do lugar atribuído à reprodução na configuração de dinâmicas de gênero.

No capítulo quarto, apresentamos as representações subjacentes à experiência de interrupção da gravidez das mulheres e homens envolvidos no ato reprodutivo. Quisemos explorar e contrastar os repertórios, argumentos e negociações durante o processo da interrupção, que os

envolveu diferencialmente. Organizamos a informação tentando seguir o percurso em que foram se desenvolvendo os fatos, e privilegiando algumas questões que apareceram de maneira reiterativa nos depoimentos.

CAPÍTULO I

CONTEXTO GERAL DO ABORTO

Neste capítulo pretende-se proporcionar um panorama geral de alguns elementos essenciais a serem levados em conta na análise do aborto voluntário, uma vez que determinam sua complexidade e seu caráter polêmico. Esses aspectos ineludíveis têm a ver com seu status ilegal, com as questões morais, éticas e religiosas que ele envolve, assim como a frequência de sua prática. Trazemos estes aspectos à tona não com a intenção de fazer uma revisão exaustiva da ampla literatura publicada sobre estes assuntos, senão com o intuito de fornecer um marco para a discussão.

Abortar, na sua acepção médica, é definido como o ato de “expulsar prematuramente do útero o produto da concepção —embrião ou feto inviável ou não”⁴. Segundo a OMS, é definido como a interrupção da gestação antes da viabilidade fetal, que por sua vez é definida em alguns casos por tempo de gestação (28 primeiras semanas após a última menstruação) ou peso, indicativos do amadurecimento que capacita a vida fetal fora do útero⁵.

As definições fornecidas tradicionalmente sobre aborto são, para Londoño, enviesadas, uma vez que não envolvem a mulher:

Los enfoques médicos, los prejuicios religiosos, las limitaciones sociales se refieren al aborto centrados en la entidad que se desarrolla en el útero, pero dejando de lado la mujer que es el ente fundamental de la misma [...] Centrarse como definición en el tejido embrionario, y juzgarlo en abstracto como un hecho aislado de la condición femenina, es completamente inadecuado.⁶

⁴ *Dicionário aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

⁵ Sobre as diversas classificações de aborto ver: ANDALAF, J. Responsabilidade profissional/ética na atenção ao aborto. *6to Programa de estudos em saúde reprodutiva e sexualidade*. NEPO/Unicamp, 1997. VIANNA, L.A.C. “Epidemiologia do aborto” In: Scavone, L. (Org.) *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

⁶ LONDOÑO, M. L. *Prácticas de libertad en sexualidad y derechos reproductivos*. Cali: Feriva, 1991

Do ponto de vista jurídico podemos citar a Ronald Dworkin para quem “o conceito de aborto significa, basicamente, matar deliberadamente um embrião humano em vias de desenvolvimento. Portanto, trata-se de uma complexa, moral, social, existencial e intrincada questão sobre a vida e a morte.”⁷

O que se coloca em discussão é a vida; no entanto, o que torna a discussão arduamente polêmica é a sua substantivação, a consideração de vida *humana*. É neste ponto que entram em cena os aspectos morais, éticos e religiosos, para tentar definir quando se inicia a vida humana e a quem correspondem os direitos sobre ela. O assunto comporta, então, um conteúdo multidimensional e de grande complexidade que envolve aspectos clínicos, antropológicos, políticos, filosóficos e psicológicos.

Os conceitos morais prevaletentes na nossa sociedade são refletidos nas legislações sobre aborto. A discussão sobre a sua legalidade remete também à polêmica acerca dos limites do estado na regulação da vida pessoal de suas e seus cidadãos/os e ao controle da sociedade sobre o corpo da mulher. No entanto, a moralidade prevaletente e a punição do aborto na maioria dos países latino-americanos mostrou-se ineficaz na sua intenção de conter a sua prática. Os dados epidemiológicos evidenciam que o aborto voluntário é uma prática generalizada, sendo que sua condenação moral e jurídica o condicionam ao contexto da clandestinidade com graves consequências para a saúde e a vida das mulheres. Todavia, os riscos associados à prática clandestina mostram-se diferenciados, segundo a classe socio-econômica. São estes os aspectos que serão abordados de maneira breve neste capítulo.

1.1 Aspectos morais e religiosos

Segundo Mori, a discussão sobre a moralidade do aborto comporta dois problemas diferenciados e independentes: um deles refere-se ao feto como sendo ou não pessoa com direito à vida; e o outro, “se o direito à vida de uma pessoa implica o direito de fazer uso do corpo da mulher

⁷ Apud PIMENTEL, S. “A sacralidade/inviolabilidade da vida e o aborto: idéias (in)conciliáveis” In: *6to Programa de estudos em saúde reprodutiva e sexualidade*. NEPO/Unicamp, 1997, pag. 2

para continuar a viver (quando a pessoa não seja capaz de fazê-lo de forma autônoma)”⁸. Tal divisão também pode ser formulada em termos da perspectiva do sujeito a partir do qual se fala: do embrião ou da mulher.

Tendo em vista que nosso recorte está voltado à perspectiva feminina e masculina do aborto voluntário, pareceu-nos de maior pertinência introduzir na nossa discussão alguns elementos relacionados com a moral que contempla a ótica da mulher⁹. Este enfoque relaciona-se também às discussões que mais adiante retomaremos acerca da luta das mulheres pelos direitos reprodutivos e sobre a perspectiva masculina com relação ao aborto. Por outro lado, o material analisado desde a perspectiva das ciências sociais, neste campo, envolve mais freqüentemente as análises que mulheres e homens fazem de suas situações concretas, operando no plano das soluções pragmáticas.

Ao escolher o aborto como tema de pesquisa para apreender os elementos que lhe são subjacentes, necessariamente estamos considerando as implicações de uma gravidez não desejada ou inoportuna, que não se reduzem meramente à relação corporal da mulher grávida e do não-nascido. Considera-se, desta forma, o nível relacional que o não nascido impõe à mulher, uma vez que demanda dela “cuidado e nutrição, assim como proteção de qualquer mal que outros lhe possam fazer.”¹⁰

Tendo presente a separação que os filósofos da moral têm sobre moralidade e crenças religiosas, distingüiremos neste trabalho estes conceitos, partindo do pressuposto de que a moralidade do aborto é deduzida da argumentação racional das/dos entrevistados sobre o fato, e que esta pode ser independente das crenças religiosas. Religião e moral podem estar articuladas

⁸ MORI, M. *A moralidade do aborto: sacralidade da vida e novo papel da mulher*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, pág. 69

⁹ Para uma discussão aprofundada sobre a moralidade do aborto que inclui reflexões sobre o estatuto moral do feto ver: ROSENFELD, D.; ZINGANO, M. et al. *Filosofia Política: nova série*, 2. Porto Alegre: L & P, 1998. MORI, M. Op. cit. UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA - Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe. *Problemática religiosa de la mujer que aborta*. Colombia: Arte publicaciones, 1994. FINNIS J. et al. *Debate sobre el aborto. Cinco ensayos de filosofía moral*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1992. GINSBURG, F. D. *Contested lives: the abortion debate in na American community*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1989. BRODY, B. *Abortion and the sanctity of human life: a philosophical view*. USA: The Massachusetts Institute of Technology, The Colonial Press Inc., 1976

¹⁰ DWYER, S. “Entendendo o problema do aborto” In: Rosenfield, D.; Zingano, M. et al. *Filosofia Política: nova série*, 2. Porto Alegre: L & P, 1998 p. 137

harmoniosamente, mas também podem entrar em conflito, uma vez que respondem a aspectos diferentes. Para Mori, por exemplo, a moralidade é uma atividade racional e uma pesquisa crítica:

Para que uma convicção seja proponível no plano moral, ela precisa estar ‘justificada racionalmente’, quer dizer, sustentada por boas razões e situável dentro de um discurso ético mais geral e coerente: ela não pertence à moralidade se não conseguir ultrapassar a avaliação crítica feita pela razão. ¹¹

Uma das questões que nos chama a atenção, nas várias pesquisas que visam a estabelecer uma relação entre religião e comportamento sexual, refere-se à “intensificação da autonomia individual e da fragmentação dos valores pessoais na ‘alta modernidade.’”¹² Esta tendência se encontra em relação direta com o enfraquecimento do vínculo entre religião e moralidade na década de 80 e 90:

A maioria das análises sociológicas sobre a sexualidade e a contracepção trabalha com a hipótese de que a moralidade sexual, seguindo a tendência dos outros domínios morais, tem se distanciado cada vez mais das religiões, com um número crescente de indivíduos abandonando as prescrições das igrejas tradicionais no que se refere à anticoncepção, à homossexualidade e às relações extraconjugais, ou pelo menos aceitando que os demais indivíduos tenham padrões de comportamentos diferentes daqueles de sua comunidade religiosa. ¹³

Segundo Machado¹⁴, durante vários séculos a Igreja Católica teve o monopólio religioso no Brasil tendo ingerência nas questões morais, sociais e políticas. Não obstante, depois dos anos 70 evidenciaram-se mudanças com o surgimento de um pluralismo religioso, porém, preservando-se a hegemonia da Igreja Católica. Em pesquisa realizada por esta autora, constatou-se que a maioria de seus entrevistados não segue as orientações de padres e pastores nas decisões relacionadas com a reprodução, sendo que a indiferença às normas religiosas é maior entre os católicos do que entre os adeptos de outras religiões cristãs¹⁵.

¹¹ MORI, M., Op. cit. pag. 12

¹² MACHADO, M. “Identidade religiosa e moralidade sexual entre católicos e evangélicos” In: Costa, Albertina (Org.) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: PRODIR/FCC - São Paulo: Ed. 34, 1997, pág. 175

¹³ HALMAN & PETERSON, *Apud* Machado, M., Op. cit. pág. 175

¹⁴ MACHADO, M., Op. cit.

¹⁵ Para uma ampla e documentada discussão sobre a doutrina da Igreja Católica em relação ao aborto desde o Antigo Testamento até a Encíclica *Evangelium Vitae* (1995) ver: UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe, Op. cit. Para uma informação sobre a concepção do aborto em outros sistemas religiosos ver: PRADO, D. *O que é o aborto*. São Paulo: Brasiliense, 1995. VERADO, M. *Aborto: um direito ou um crime?* São Paulo: Maderna, 1987

No Brasil, a visita de João Paulo II, com motivo do II Encontro Mundial do Papa com as Famílias, coincidiu com a aprovação do projeto de lei N.20/91 que dispõe a obrigatoriedade de atendimento pelo SUS do aborto legal nos casos de estupro e risco de vida materna. O debate entrou novamente em vigor, ganhando um importante destaque na imprensa. Foram publicadas várias pesquisas de opinião nas que as/os católicas/os concordavam em ampla maioria com o aborto legal. Sobre esta questão, Melo destacou que:

O *Jornal do Brasil*, a quatro dias da chegada do papa ao Rio de Janeiro, estampou a manchete: 'Católico é favorável ao aborto'. Segundo a reportagem, os católicos do Rio de Janeiro discordam da posição da Igreja sobre temas polêmicos como aborto e celibato. A pesquisa revela que 76% das famílias do Grande Rio que se declaram católicas apostólicas romanas são favoráveis ao aborto em casos de estupro e risco de vida da gestante.¹⁶

Na análise do aspecto religioso e moral do aborto na América Latina, o grupo de Católicas pelo Direito a Decidir constituiu-se, nos últimos tempos, em um importante foco de resistência das doutrinas da Igreja Católica. Colocando em evidência dissidências ao discurso oficial, esse grupo mostra como, apesar de ser privado de uma visibilidade pública por parte das autoridades religiosas, configurou-se, no Brasil, em um dos atores sociais do debate sobre direitos reprodutivos. Melo,¹⁷ na sua pesquisa sobre mídia, destacou a figuração dessa organização tida como fonte de informação qualificada e de grande credibilidade no debate sobre aborto.

No entanto, Nunes considera que “A inaudibilidade pública desse discurso impossibilita as mulheres, particularmente as de extração popular, de chegarem a uma elaboração moral alternativa, que lhes permita desconstruir a culpabilidade em relação a suas práticas abortivas.”¹⁸ Mas, se as Católicas pelo Direito de Decidir, no ver desta autora, não têm ganho espaço para chegar diretamente às mulheres, por outro lado têm conquistado espaços de grande importância no campo político, mediante a participação nos debates sobre direitos reprodutivos na Câmara e no Congresso Nacional, constituindo-se em um novo interlocutor no Parlamento.

¹⁶ MELO, J. A polêmica do aborto na imprensa. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97, pág. 411

¹⁷ MELO, J., Op. cit.

¹⁸ NUNES, M. O tratamento do aborto pela Igreja Católica. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97, pág. 414

Com a aprovação da Carta de Brasília, o governo brasileiro mostrou independência em relação à posição da Igreja Católica tomando, na Conferencia Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD,1994), uma posição favorável aos direitos reprodutivos das mulheres e, especificamente reconhecendo o aborto como um problema de saúde pública e não como um problema moral.

Desta maneira, temos várias questões que valem a pena relevar. A autonomia individual das pessoas assinala uma independência dos preceitos religiosos quanto às decisões sexuais e reprodutivas, independência esta que se vislumbra também no plano coletivo através de uma heterogeneidade discursiva presente nos debates políticos, mostrando-se cada vez mais independentes do sistema religioso. Tais mudanças evidenciam o enfraquecimento da relação que tradicionalmente as pesquisas estabelecem entre o debate sobre o aborto voluntário e a Igreja Católica.

1.2 Marco jurídico

As legislações sobre aborto estão permeadas por aspectos morais, sociais, políticos, religiosos e existenciais. “A questão do aborto é um problema universal de moralidade política. Cada comunidade deverá considerar os valores intrínsecos tanto em casos de decisões coletivas, quanto de escolhas individuais.”¹⁹

Ao se debater sobre o direito ao aborto, chega-se à questão de se o não-nascido é ou não pessoa com direito à vida e, a partir de que momento adquire esse direito —desde a concepção, em uma fase ulterior da gravidez ou com o nascimento? Mesmo considerando-se o não nascido pessoa, qual o direito que prima em relação à mulher gestante?

Para fazermos justiça ao debate dos aspectos morais do aborto que permeiam as legislações que regulam sua prática, deveremos considerar a dimensão histórica que tem

¹⁹ PIMENTEL, S., Op. cit., pág. 6

caracterizado os diferentes períodos da humanidade e seus diversos interesses. Ao nos centrarmos em uma perspectiva contemporânea, podemos observar que nas duas ou três últimas décadas o debate tem sofrido mudanças, especialmente nos Estados Unidos e alguns países da Europa. Sobre isto, Mori escreve: “Temos de reconhecer que a atual controvérsia sobre o aborto assumiu uma forma histórica peculiar. Reconhecer esse ponto é decisivo, pois obriga-nos a tomar ciência de que, em poucos anos, mudaram os problemas relativos à avaliação moral do aborto.”²⁰ O autor identifica as principais diferenças entre a abordagem do passado e as mais recentes, afirmadas nos anos 60, 70, entre as quais nos interessam as seguintes:

- Até há pouco tempo o caráter moralmente ilícito do aborto não se colocava em discussão. Atualmente, o que se discute é exatamente sua licitude moral.
- Antes, sua proibição se justificava na violação da ordem matrimonial e no dano ocasionado ao interesse do Estado nos filhos. Hoje, a sua interdição está mais baseada na idéia do aborto como homicídio.
- Anos atrás, o aborto constituía uma prática que colocava em risco a vida da mulher. Hoje, os procedimentos técnicos ou químicos, tornaram o aborto um procedimento de baixo risco e menos traumático.

Estes aspectos relevados levam-nos a considerar que a discussão sobre o aborto e, por sua vez, os argumentos de seus defensores e detratores, estão diretamente articulados a concepções sobre família e sua relação com o Estado, sexualidade, controle demográfico da população e políticas institucionais, transcendendo o nível individual.

Os movimentos que procuram descriminalizar sua prática, também se diferenciam nos seus argumentos. Para os que apelam por sua *legalização*, o aborto tem de ser regulamentado socialmente porque não é um assunto privado que deva ser deixado à mulher, mas que deve ser permitido e controlado. Para os que se posicionam a favor da *liberalização*, o aborto é um assunto privado que a mulher resolve com seu médico e, nesse caso, a lei deve regular que o procedimento ocorra corretamente. Estas duas posições, contudo, coincidentes em uma postura a favor da licitude do aborto, contêm nos seus argumentos diferenças no que diz respeito à polêmica sobre a

²⁰ MORI, M., Op. cit. pág. 27

autonomia da vida sexual das mulheres, portanto, sobre os limites do Estado na ingerência sobre a vida sexual dos indivíduos.

Além das discussões filosóficas sobre o início da vida humana,²¹ no plano jurídico a definição do aborto é também polêmica. Se aborto é a interrupção da gravidez, o fato só pode existir depois do início da mesma, o que parece ser uma questão óbvia. Todavia, não há acordo nas ciências biológicas acerca de se a gravidez se inicia desde a concepção ou com implante do óvulo fecundado. Apesar de reconhecer a importância desta discussão e sua determinação na definição das leis que regulamentam a prática do aborto, não aprofundaremos nela, e passaremos a ver o que diz o Código de Processo Penal brasileiro sobre o assunto:

ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO

Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque.

Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos.

ABORTO PROVOCADO POR TERCEIROS

Art. 125. Provocar aborto sem o consentimento da gestante.

Pena: reclusão de 3 (três) a 10 (dez) anos.

Art. 126. Provocar o aborto com o consentimento da gestante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ único. Aplica-se a pena do artigo anterior se a gestante não é maior de 14 (quatorze anos), ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

FORMA QUALIFICADA

Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto, ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas se, por qualquer destas causas, lhe sobrevém a morte.

ABORTO NECESSÁRIO

Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico:

I - Se não há outro meio de salvar a vida da gestante.

II - Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu responsável legal²²

²¹ Sobre esta discussão, ver DWYER, S. "Entendendo o problema do aborto" In: Rosenfield, D.; Zingano, M, et al. *Filosofia política: nova série*, 2. Porto Alegre: L & M, 1998

²² Código Penal Anotado. Prof. Dr. Damásio Evangelista de Jesús. Saraiva, 1996, pág. 361-368

Sobre a aplicação das penas previstas pelo sistema judiciário, Ardaillon encontrou que em 87% dos processos penais revisados por ela não foi possível a configuração do delito, sendo que 53% dos processos são inquéritos arquivados, o que indica que mais da metade das suspeitas de aborto não consegue ser provada. Ela considera que o aborto é "...um crime raramente punido quando as acusadas são gestantes, levemente penalizado no caso das 'parteiras', 'enfermeiras' e outros agentes e, surpreendentemente, pouco punido mesmo quando esses mesmos agentes provocam a morte das gestantes."²³ A interpretação que a autora faz destes fatos vai na linha de identificar um grande investimento na proibição do aborto, porém, pouco interesse na sua punição.

Vários projetos de lei e discussões jurídicas têm sido promovidas, especialmente pelos grupos de mulheres, para modificar a lei em vigor²⁴. Uma mudança relativa aos permissivos do aborto legal tem acontecido nos últimos anos. O debate ficou aberto à raiz do caso do Dr. Aníbal Faundes, Professor de Gineco-obstetricia do Hospital das Clínicas da Unicamp, que em entrevista declarou que neste hospital se realizavam abortos nos casos de anencefalia. Apesar de a declaração ocasionar investigação criminal, permitiu outros pronunciamentos, como o do Dr. Thomas Gollop, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, que admitiu realizar aborto nos casos de malformação fetal grave quando solicitado pela mulher. Os diversos pronunciamentos vindos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Conselho Regional de Medicina de São Paulo e do público em geral, colocaram em evidência que a opinião pública era a favor de ampliar as condições em que o aborto deveria ser legal. Também o sistema judiciário fez suas 'confissões':

... Diversos jueces en varios Estados del Brasil han autorizado judicialmente la interrupción del embarazo en casos de malformación incompatible con la vida [...] creando jurisprudencia que refuerza la necesidad de reforma del Código Penal en lo que se refiere al aborto y demostrando que la lucha por la liberalización del aborto en Brasil no ha sido totalmente infructífera.²⁵

²³ ARDAILLON, D. *Cidadania de corpo inteiro: discursos sobre o aborto em número e gênero*. Tese de doutoramento, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1997a, pág. 106

²⁴ Para uma discussão crítica da legislação brasileira sobre aborto provocado ver: Documentos produzidos por CFEMEA-Centro Feminista de Estudos e Assessoria. DOS SANTOS, C. *Aborto: um olhar displicente da sociedade*. Dissertação de mestrado CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1993. DI GIOVANNI, R. *Um estudo das representações femininas do aborto*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia Social, IFCH/Unicamp, Campinas, 1983. BALTAR, M. A questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso. *Estudos Feministas*, Ano 4, N.2, 1996. HARDY, E.; REBELLO, I. La discusión sobre aborto provocado en el Congreso Nacional Brasileño: el papel del movimiento de mujeres. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 12(2): 259-266, abr-jun, 1996. ARDAILLON, D., 1997a, Op. cit.

²⁵ HARDY, E.; REBELLO, I. Op. cit., pág. 259-266

O evento mais recente com relação a esta legislação foi a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Nº20/91, no segundo semestre de 1997, que dispõe acerca da obrigatoriedade de atendimento pelo SUS dos casos de abortos previstos pela lei. Até maio de 1998 o número de hospitais que realizam aborto legal aumentou de nove para treze, sendo possível a implantação de outros serviços neste mesmo ano. Estes hospitais se encontram concentrados nos estados do Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e em Brasília²⁶.

1.3 Epidemiologia da transgressão da norma

Falar da epidemiologia do aborto remete inevitavelmente, ao menos nos países da América Latina, ao problema da ilegalidade, pois nesta região, com exceção de Cuba e Porto Rico, o aborto é proibido ou está restringido aos casos de risco de vida materno e/ou estupro²⁷. Como consequência deste fato o evento some no silêncio, na clandestinidade, sem que sejam reportados dados confiáveis, mesmo nos casos que derivam complicações médicas, requerendo tratamento hospitalar.

Tanto a ilegalidade do aborto, quanto sua condenação moral ou religiosa não são fatores que inibam a execução da decisão de interrupção frente a uma gravidez não desejada ou inoportuna, independente da classe social, idade ou nível de instrução da gestante. O que essas restrições determinam é o tipo de procedimento a ser utilizado. Ainda que o interesse de nosso trabalho esteja dirigido à prática do aborto entre mulheres de nível universitário, não se pode desconsiderar aqui as várias condições em que este é praticado.

Os tipos de procedimentos usados para dar término à gravidez vão desde a interrupção médica segura, praticada por pessoal treinado, até procedimentos feitos por curiosas/os sem habilitação e em condições inadequadas, passando por procedimentos feitos pelas mesmas mulheres mediante a ingestão de medicamentos, ervas e beberagens, introdução de objetos no

²⁶ REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. Aborto legal. *Jornada da redesaúde*. Número 15, maio de 1998

²⁷ Para uma informação sobre a condição legal do aborto em outros países, ver: PIMENTEL, S., Op. cit. MORI, M., Op. cit. SILVA, R.S. Cegonhas indesejadas: aborto provocado. *Estudos Feministas*, Vol.1 N.1/93

útero, realização de exercícios físicos excessivos ou auto-agressões. As complicações que podem derivar do aborto clandestino, isto é, os efeitos nocivos para sua saúde —problemas ginecológicos, infecundidade e até a morte—assim como os custos dos procedimentos médicos realizados para subsanar as complicações provocadas por abortos de risco, têm sido matéria de preocupação de profissionais da saúde, cientistas sociais e grupos de mulheres.

Com diferentes motivações e argumentos para se aproximar à necessidade de diminuir o risco de ocorrência do aborto clandestino, os diversos atores têm chamado a atenção para o debate do problema. Contudo, a extensão do mesmo constitui um dado de transcendência para as ações e a definição de políticas públicas. Sabe-se que a frequência é grande, no entanto, desconhecem-se sua magnitude real ou aproximada, sua distribuição por classe, idade, escolaridade, e quais os fatores diferenciais da ocorrência do aborto nos diversos grupos sociais.

A maioria das pesquisas que visam a dar conta da extensão da prática do aborto voluntário, tomam como base dados de internação hospitalar por complicações decorrentes de procedimentos abortivos inadequados. Todavia, sabe-se que nem todos os abortos derivam em complicações, e que nem todas as mulheres com complicações após o aborto procuram atendimento. O fato de ser um procedimento ilegal e clandestino pode inibir as mulheres de solicitarem assistência por temor às consequências punitivas da lei, ou do profissional médico e paramédico.

Com a intenção de superar o impasse da contabilização do fenômeno, várias tentativas têm sido aplicadas para aproximar-se a dados mais reais e completos²⁸. Uma das mais recentes pesquisas foi realizada pelo Alan Guttmacher Institute (AGI)²⁹ em alguns países latino-americanos, entre eles, Brasil. Os dados fornecidos por esta investigação provêm de estimativas que utilizam

²⁸ Para uma epidemiologia do aborto no Brasil ver: SINGH, S.; SEDGH, G. "Relación del aborto con las tendencias anticonceptivas y de fecundidad en el Brasil, Colombia e México" In: The Alan Guttmacher Institute. *Perspectivas Internacionales en Planificación Familiar*. New York: The Alan Guttmacher Institute: Número especial de 1997. VIANNA, L.A.C. "Epidemiologia do aborto" In: Scavone, L. (Org.) *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE. *An overview of clandestine abortion in Latin America*, Dezembro de 1996, http://www.agi.usa.org/pubs/ib_12.html. THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE. *Aborto clandestino: uma realidade latino-americana*, Nova Iorque: The Alan Guttmacher Institute, 1994. SILVA, R.S. Cegonhas indesejadas: aborto provocado. *Estudos Feministas*, Vol.1 N.1/93. COSTA, A.M. "Direitos reprodutivos: riscos e encruzilhadas" (postilha) Maio de 1993 In: *6º Programa de estudos em saúde reprodutiva e sexualidade*. NEPO/UNICAMP, 1997

²⁹ THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE, 1994 - Op. cit.

fatores de correção homogêneos, aplicados aos dados de todos os países onde foi realizada. Corrêa e Freitas³⁰ atualizaram e corrigiram os dados da pesquisa do AGI para o Brasil, encontrando que a média nacional é de um aborto induzido por cada 3.7 partos, sendo que tal razão apresenta variações em função da heterogeneidade característica dos diferentes estados que conformam o país. O estado de São Paulo, conserva o padrão da média nacional.

Particularizando o fenômeno no nosso contexto de interesse, temos que em pesquisa realizada entre alunas e funcionárias da Universidade Estadual de Campinas³¹ encontrou-se que aproximadamente 9% das alunas, das que se obteve resposta, declararam ter tido pelo menos um aborto provocado. “Ao estudar o aborto somente entre as mulheres [deste grupo] que alguma vez estiveram grávidas, observou-se que significativamente mais alunas (65.9%) do que funcionárias (38.2%) haviam tido pelo menos um aborto.”³²

As autoras evidenciaram que há uma maior tendência a abortar das alunas, especialmente das mais jovens, do que as funcionárias. Interpretam que tais dados estariam indicando que a gravidez não planejada seria mais problemática para as mulheres que estão em formação do que aquelas que se estabilizaram profissionalmente e que muito possivelmente tenham uma situação econômica e de casal mais estável. Adicionalmente, que é “...possível que as alunas tenham melhores condições econômicas e familiares que uma parte das funcionárias, e isto tenha facilitado a resolução do problema através da indução do aborto.”³³

Ao indagar, na mesma pesquisa, quais as razões para terem pensado interromper a gravidez, encontrou-se com maior frequência a falta de preparo para educar uma criança. Os resultados constataram que:

³⁰ CORRÊA, S.; FREITAS, A. Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97

³¹ HARDY, E.; REBELO, I.; FAÚNDES, A. Aborto entre alunas e funcionárias de uma universidade brasileira. *Rev. Saúde Pública*, 27(2): 113-6, 1993. Nesta pesquisa se distribuiu, entre alunas de graduação e funcionárias, um questionário para ser auto-respondido. O retorno de resposta foi de 42% das alunas e 27% das funcionárias. Assim, as porcentagens que se apresentam são referidas ao grupo que respondeu e não ao número total de alunas e funcionárias desta universidade.

³² Op. cit., pág. 114

³³ Op. cit., pág. 116

... o principal motivo associado à maior possibilidade de realizar o aborto tenha sido 'não estar preparada para criar um filho', o que não inclui problemas materiais, como dificuldades financeiras ou rejeição do parceiro [...] Aparentemente, essa falta de preparo corresponde mais a um estado emocional ou a uma etapa da vida em que outros projetos pessoais tornar-se-iam incompatíveis com a chegada de um filho.³⁴

Estes aspectos também são relacionados pelas/os autoras com o nível socio-econômico, geralmente alto, das estudantes desta universidade.

1.3.1 A transgressão segundo classe

Dar particular atenção à transgressão por classes sociais obedece a vários propósitos. Um deles refere-se a que os altos índices de morbi-mortalidade, por causa de aborto, estão associados ao difícil acesso que têm as mulheres de classes mais desfavorecidas a serviços de aborto seguro. Segundo Ardaillon, "... a questão do aborto, no Brasil, não é somente condicionado pelo sexo — apenas as mulheres abortam mas ainda pela classe e raça, pois são efetivamente as mulheres mais pobres, cuja maioria é de raça negra, que sofrem e morrem mais."³⁵ Por outra parte, a maioria dos estudos que se realizam sobre esta matéria baseiam seus dados em populações hospitalares com internamentos por complicações decorrentes de aborto séptico, mantendo e reforçando a idéia de que o aborto é um problema associado ao baixo nível de instrução e, conseqüentemente, com deficiências no conhecimento e acesso a métodos de contracepção. Assim, tipifica-se o aborto como um problema de classe. No entanto, consideramos que talvez seja mais adequado qualificar e delimitar o aborto de **risco** como um problema associado a classe social.

As mulheres urbanas e com maiores recursos financeiros geralmente consultam profissionais de saúde formados e treinados na realização de intervenções de aborto. No entanto, na pesquisa comparativa do Alan Guttmacher Institute encontrou-se que:

...as mulheres urbanas de renda superior recorrem em proporção ligeiramente maior no Brasil que nos outros países ao aborto realizado por curiosas não treinadas (cerca de 20%, comparadas com 5-15% dos outros países). Essa descoberta provavelmente reflete o emprego do misoprostol como abortivo por mulheres de classe média no Brasil."³⁶

³⁴ COSTA, R., et al. A decisão de abortar: processo e sentimentos envolvidos. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 11(1): 97-105, jan/mar, 1995

³⁵ ARDAILLON, D., 1997a - Op. cit., pág. 1

³⁶ THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE, 1994 - Op. cit., pág. 16

O uso generalizado do misoprostol (Cytotec) como abortivo no Brasil, poderia nos levar a reconsiderar ou pelo menos analisar com maior atenção a tipificação do aborto como um problema que envolve principalmente as mulheres de classes mais desfavorecidas. O fato do Cytotec ser reconhecido e usado nos diversos meios e classes sócio-econômicas, tem levado à regulamentações especiais na distribuição. As medidas, cada vez mais restritivas, levam a circulação deste medicamento ao mercado negro, onde alcança preços por comprimido que podem ser astronômicos³⁷. Entre os/as nossos/as entrevistados/as, o uso deste medicamento apareceu como uma opção mais favorável do que a intervenção cirúrgica, avaliado positivamente pela segurança e conforto do método, sem ser a questão econômica o fator determinante na escolha do mesmo:

Aí fui para o Rio, comentei com uma amiga minha, uma amiga bem próxima, o que estava acontecendo, e tal, e que eu não estava sabendo.... que eu queria usar o cytotec... e ela sabia como arrumar. Por coincidência, a empregada dela tinha acabado de fazer um com cytotec. Ela tinha comprado oito comprimidos e a gente normalmente usa quatro. Aí ela me vendeu os quatro, eu comprei [...] Porque eu usaria o cytotec de novo, se eu ficasse grávida, eu não iria em clínica, porque eu acho que é muito mais agressivo ter anestesia, ter risco de perfuração; o cytotec para mim é tranqüilíssimo. Sabendo usar acho que não tem problema nenhum. (Renata)

Eu não estava decidida ainda se eu faria numa clínica ou faria com o remédio, cytotec. Essa era também a dúvida fundamental: qual método escolher. Eu não queria vincular isso a questão do dinheiro. Era mais barato fazer isso com cytotec, mas eu não estava convencida de qual era o método menos problemático, de menor risco. Eu estava muito preocupada, com... a clínica me preocupava mais. [...] Enfim, meu maior medo era de me submeter mesmo a uma cirurgia, tomar anestesia e ter um treco, sabe? Você não sabe que estão fazendo com você, você não tem controle sobre você e não tem nenhuma confiança [...] Isso daí me apavorou e aí eu resolvi começar a tentar a alternativa do cytotec. Depois que eu resolvi que eu não faria em clínica me tranqüilizei um pouco enquanto ao risco de vida. Isso acho até hoje: que fazer numa clínica tem risco de vida maior. (Lúcia)

Conversamos com uma amiga médica, essa amiga falou: olhe, se for fazer, eu acho que o método mais natural é o comprimido cytotec. Falou que o corpo expõe. No caso de você ir e fazer um aborto é uma coisa um pouco mais agressiva para o corpo, embora tudo seja agressivo no caso de aborto. (João)

Uma outra razão para centrarmos na discussão do aborto por classe, obedece ao recorte desta pesquisa. Ao definirmos nosso interesse em função de homens e mulheres com nível de instrução universitária, estamos fazendo também, decorrentemente, ainda que não

³⁷ Para maior informação sobre uso do misoprostol (Cytotec) no Brasil, ver BARBOSA, R.; ARILHA, M. A experiência brasileira com o Cytotec. *Estudos Feministas*. Vol.1 N.2, 1993

necessariamente, um recorte por classe. No entanto, nosso objetivo não está orientado às indagações sobre as condições, as conseqüências ou complicações associadas ao aborto, senão às *representações* que lhe são subjacentes ao grupo escolhido, o que hipoteticamente, a nosso ver, está mais associado à formação do que ao poder aquisitivo.

Dados interessantes são proporcionados por pesquisa realizada pelo Centro de Investigaciones sobre Dinámica Social de la Universidad Externado de Colombia, na que se encontrou que o risco de gravidez é maior nos níveis sociais mais baixos em razão da prevenção ser menor; no entanto, o risco de aborto provocado é menor, uma vez que um maior número de gestações terminam em nascimentos, não sem menos angústia. Nos níveis médios e altos, o maior uso de contraceptivos somado ao maior risco de aborto põe de manifesto uma menor tolerância à gravidez não desejada. Essa mesma relação é observada para o nível de instrução:

las mujeres que han alcanzado nivel universitario son las que tienen los riesgos mas altos de aborto. Una falla en la anticoncepción es subsanada con um aborto, porque la desición de estas mujeres de no tener hijos en un momento determinado, así como la decisión sobre el número de los mismos es muy clara. De hecho también sus conductas de prevención son más frecuentes.³⁸

Resultados similares foram obtidos em pesquisa realizada por Ramírez³⁹ ao indagar a reincidência do aborto voluntário entre usuárias de um serviço de atendimento para a terminação do aborto incompleto na Colômbia. Constatou-se que mulheres jovens, com uma média de 25 anos, com nível médio ou alto de escolaridade, com experiência no uso de métodos contraceptivos, apresentavam um risco maior de ter um segundo e terceiro aborto.

A diferenciação de classes remete também a uma diferenciação das razões que levam as mulheres à interrupção da gravidez. Sobre estas motivações, a pesquisa do IAG indica que:

...mulheres com antecedentes sociais distintos agem motivadas por preocupações um pouco distintas. As mulheres de melhor nível de instrução dizem que não podem ter um filho porque pretendem terminar seus estudos, arranjar um emprego e conquistar maior autonomia pessoal e auto-realização antes de ser mães. As mulheres menos instruídas, por sua vez, parecem sentir que têm menos opções: é menos provável que

³⁸ ZAMUDIO, L. et al *Apud* Universidad Externado de Colombia, Op. cit. pág. 16

³⁹ RAMÍREZ, M. et al. *Factores socio-culturales asociados al riesgo de reincidencia de aborto provocado*. Documento de circulación restringida. Campinas, junio de 1993

planejem seu futuro e mais provável que baseiam a decisão de abortar nas suas circunstâncias atuais de vida, como o fracasso ou a incerteza da relação marital ou sexual, ou dificuldades econômicas.⁴⁰

Em termos gerais, podemos dizer que a ocorrência do aborto é um risco inerente à atividade sexual que pode ser diminuído, mas não por isso anulado, em função do uso de métodos contraceptivos; portanto, abrange mulheres de todos os estratos sociais. Todavia, ao se aprofundar o nível da análise, observam-se diferenças entre as camadas sociais pois, algumas das mulheres relacionadas nas pesquisas anteriormente referidas, cujas complicações médicas são associadas à prática do aborto, são mulheres de baixa renda.

Ao se tratar de mulheres e homens de nível universitário e, talvez, de melhores condições econômicas, verifica-se que o leque de projetos de vida é maior, assim como as possibilidades de distanciamento de modelos e normas tradicionais que dizem respeito ao momento de constituição familiar. Adicionalmente neste grupo, este momento está atrelado, geralmente, a logros no campo profissional e econômico. Dessa forma, as decisões na área reprodutiva são mais racionalizadas, autônomas, independentes e questionadoras dos preceitos religiosos. A respeito do comportamento reprodutivo, Machado encontrou que “... mais do que a idade e a filiação religiosa, a instrução parece intervir aqui, fazendo com que a submissão se mostre de forma mais acentuada entre as mulheres menos escolarizadas, que interpretam as iniciativas femininas no campo sexual como desencadeadoras de crises.”⁴¹

Vejamos o que dizem algumas/ns de nossas/os entrevistadas/os com relação à reformulação de questões no campo da sexualidade, tomando trechos dos que fazem referência à formação religiosa e às mudanças introduzidas nesta área, após seu ingresso à universidade:

Assim, têm algumas questões que eu enfrentei que eu sei que meu irmão enfrentou também. Não digo um aborto propriamente dito, mas essas dificuldades da sexualidade, porque sempre foi tido como.... são todos aqueles conceitos, meio lugar comum, que está relacionado a sujeira, sexo como pecado, uma formação tradicional cristã muito forte. A gente teve uma formação religiosa.... e de fazer toda a linha católica: estudamos em colégios católicos de freiras e no colégio de freiras não podia namorar. A gente tinha aula de religião onde a gente era ensinado sobre o que era pecado, inclusive, teve um levantamento nessas aulas sobre a virgindade das pessoas, quem era virgem quem não era, na própria sala de aula a gente tinha esse tipo de policiamento. Então fui criada nesse ambiente. Não digo que atrasou ou retardou...

⁴⁰ THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE, 1994 - Op. cit. pág. 27

⁴¹ MACHADO, M. Op. cit., pág. 185

mas eu fiquei virgem até os 21, 22, tava no terceiro ou quarto ano de faculdade. [...] e para mim a faculdade foi um choque, porque eu vim de um colégio de freiras e cheguei numa faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Foi um choque porque as pessoas fumavam maconha, as meninas tomavam pílula, todas transavam e eu era virgem, não só virgem, realmente eu não tinha entrado em contato. Tinha namorado, era apaixonada por ele, mas eu morria de medo de engravidar, morria de medo. Então eu não transava porque eu tinha medo de engravidar, não era nem medo da transa, era medo de engravidar, porque ela denunciava que eu estava praticando sexo [...] eu tinha mais medo de engravidar do que de transar. Então chegou uma hora na faculdade em que eu me enchi o saco. Falei: não, eu não vou acabar essa faculdade virgem [ri] Me pus isso na cabeça. Eu não quero saber, nem que... pegue qualquer um, mas eu preciso... Daí eu lembro que eu comecei a namorar um menino que era do curso que era judeu. Para mim essa coisa da religião era muito forte, ele era judeu, então melhor, porque assim acho que os fantasmas são menores.... a gente acabou ficando junto por uma questão.... A família dele era extremamente liberal, a gente tinha cama de casal no quarto dele...os pais deles eram super liberais, eu podia entrar no quarto dele... tudo o que eu não podia fazer na minha casa fazia na casa dele. (Júlia)

É porque a gente vem de casa, de berço com uma carga religiosa muito grande. Minha família é extremamente religiosa e, foi exatamente aqui no curso de ciências sociais, porque eu já fiz outros cursos também, mas foi exatamente aqui em que eu pude perceber uma ruptura, um cisma com esses valores. Porque é um curso que rompe com valores, onde você tem novas perspectivas de olhar o mundo de uma forma diferente, te possibilita outras visões. (José)

Como aparece nestes depoimentos, o ingresso à universidade representa um choque na medida em que se confrontam as normas sociais e religiosas do grupo familiar, com outras referências e com uma visão mais analítica e questionadora do universo normativo. Na pesquisa realizada por Di Giovanni, encontrou-se que:

A ênfase na carreira profissional sugere que o projeto familiar se encontra, nesse sentido, subordinado a um projeto mais amplo. Dado que ainda não ingressaram no ciclo de vida conjugal, essas mulheres parecem ter a sua disposição um leque maior de alternativas para construir suas biografias, podendo contrapor a maternidade à carreira profissional.⁴²

Outra relação direta pode se estabelecer entre os riscos descritos derivados de intervenções inadequadas e o custo do aborto. Entre os nossos/as entrevistados/as, a identificação dos lugares de risco, a técnica empregada e a assepsia foram elementos fundamentais para a escolha do lugar e para calcular os riscos à saúde, sendo que a localização dos lugares adequados converteu-se em condição determinante para a realização da interrupção. Para mulheres menos instruídas o risco

⁴² DI GIOVANNI, R. Op. cit., pág. 176

está mais associado à punição decorrente da transgressão das normas jurídico-religiosas. Algumas/ns de nossas/os entrevistados/as falaram enfaticamente acerca da necessidade de garantir umas condições ótimas para se submeter ao aborto:

Daí eu resolvi fazer por mim mesma e meu namorado resolveu pagar. Ele tinha dinheiro e tal... Hoje seria..., acho que na época foi 600, hoje isso seria uns 700 ou 800 reais, numa clínica conceituada entre aspas. Isso foi em São Paulo. Aqui em Campinas não tem, é muito difícil, deve ter, mas como eles dizem fazedor de anjo, né? que é muito perigoso. Fazedor de anjos é assim esses lugares mais simples e ... mas eu não ia colocar minha vida em risco, porque eu sei que é muito perigoso (Regina)

Bom, aí a preocupação: aonde fazer? Porque lá em Recife tem. A gente sabia dentro da própria universidade, mas é assim, muito risco. Eu fiquei assustadíssima. Falei não, eu quero uma coisa segura. Aí me indicaram um médico em Olinda. Ele não fazia, mas ele sabia de um médico no Rio que fazia e tal. Aí eu procurei por ele e me deu o telefone desse médico, de uma clínica no Rio que fazia por aspiração e tal. Aí eu liguei, marquei e...peguei o avião no Recife de madrugada, liguei para minha irmã que mora aqui em São Paulo, porque eu fiquei meio assustada de ir sozinha, fiquei preocupada [...] Ela pegou também a ponte aérea foi até o Rio para encontrar-se comigo. Eu fiz no mesmo dia, a tarde já voltei para Recife e foi super tranquilo. (Rosa)

... nós discutimos a idéia, nós nos informamos sobre um médico que fosse bom e, não importava se a gente ia gastar x ou dois xx, entendeu? A questão era outra, mesmo não tendo dinheiro. Então nós descobrimos um bom médico. (Sérgio)

Se bem que os grupos de mulheres têm recorrido freqüentemente às cifras da morbimortalidade materna por causa de aborto, como uma justificativa de grande peso para advogar pela sua despenalização, isto é, como estratégia política, também é certo, como mostrado anteriormente, que esta problemática não se circunscreve às mulheres pobres, e que o risco de submetimento a uma prática não regularizada também abrange o resto das mulheres, independentemente da classe. Como consequência disto, a prática abortiva converteu-se em uma indústria que se nutre da ilegalidade e da necessidade desesperada de mulheres sós ou casais que têm a determinação absoluta de interromper uma gravidez.

Um outro aspecto que pode se derivar da associação entre prática do aborto e classe social ou nível de instrução, é que a ocorrência da gravidez não desejada e/ou inoportuna não está diretamente associada com o desconhecimento da contracepção ou a ausência de seu uso. Isto quer dizer que a informação sobre contraceptivos por si mesma não garante a não ocorrência do aborto. Sem desconhecer a importância da educação como elemento chave na prevenção deste evento, quer se chamar a atenção aqui à existência de outros aspectos que estabelecem uma maior

complexidade do fenômeno e aos quais voltaremos no capítulo quarto. Sobre isto, segundo os dados coletados pela pesquisa do AGI, as mulheres dos diversos países têm conhecimento sobre a pílula e a esterilização feminina e, em menor proporção —mas ainda assim elevado—, sobre outros métodos como condom, diafragma e espermicidas.

CAPÍTULO II

O ABORTO E OS DIREITOS REPRODUTIVOS

O aborto voluntário tem sido, desde os tempos antigos, um tema associado ou limitado à mulher, à relação estabelecida entre o corpo gestante e o produto da gestação. Agostinho sustentava que a “mulher que abortava era culpada, não de homicídio, mas de perversão”¹. A “exoneração” do crime de homicídio, fazia-se sobre fundamentação da falta de alma e sensação no feto o que não impedia que, ainda, no caso de morte da mulher, ela fosse condenada, não só pelo assassinato do filho não nascido, senão também de suicídio e adultério espiritual.

Sobre a relação do aborto, a proibição de sua prática e a resistência das mulheres, temos que “...embora as razões econômicas para o gênero de malthusianismo dinático praticado pelos Romanos tenham desaparecido, o desejo das mulheres continuarem a controlar os seus corpos manteve-se. As censuras da Igreja tornavam claro que esta “questão feminina” não ia desaparecer.”² Como assinala McLaren, esta “questão feminina” permanece até nossos tempos. No entanto, pode-se identificar que, ainda que exista uma constante na resistência das mulheres, manifestada na luta política ou na prática marginal ou clandestina do aborto, as razões para fundamentar a liberalização e/ou despenalização do mesmo têm sofrido várias transformações. A luta pela despenalização ou liberalização do aborto tem acompanhado as reivindicações feministas durante quase todos os tempos, sendo concebido como um direito para aliviar os encargos da maternidade e assegurar a liberdade da mulher perante o homem.

Neste capítulo, através de um breve histórico desta luta, trata-se de extrair os argumentos principais sobre os quais se fundamenta a discussão do direito ao aborto, quais os sujeitos implicados, e qual a dinâmica de gênero que se opera nesta formulação. Alguns destes argumentos serão colocados à luz dos conceitos sobre corpo e reprodução vindos de dois trabalhos: um deles

¹ McLAREN, A. *História da contracepção. Da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar, 1990, pág. 96

² Op. cit. pág. 108

etnográfico, e o outro histórico. Finalmente, caberá introduzir-se uma discussão sobre reprodução assistida, com o intuito de aproximarmos-nos de uma observação no que tange a participação dos sexos e a distribuição de direitos entre os mesmos, por uma via de reprodução “artificial”.

2.1 A luta feminista. Um breve histórico

O controle reprodutivo tem sido uma preocupação constante ao longo da história do movimento de mulheres. Todavia, as atitudes e visões que orientaram as discussões nos diversos momentos têm sofrido mudanças, derivadas, em grande parte, da valoração da maternidade em cada um desses momentos e de sua articulação com outros projetos que nortearam as reivindicações desses grupos.

Linda Gordon³, oferece uma interessante análise dessas variações e sua articulação com os processos sociais onde se desenvolveu cada corrente. O que nos interessa relevar deste texto são, precisamente, as diferentes valorações que têm tido a maternidade para as mulheres nos diferentes momentos da história. Segundo a autora, já em 1840 aparece o primeiro movimento americano reivindicando a maternidade voluntária como um direito feminino e como condição necessária para o “*empowerment*” das mulheres. No entanto, tais reivindicações, nada diferentes das atuais, estavam sustentadas sob uma concepção da maternidade muito diferente das concepções feministas contemporâneas. A maternidade, pensada como principal função feminina, deveria ser voluntária para que as mulheres fossem melhores mães. Desta maneira, por via da dignificação de tal função, a mulher obteria mais liberdade e respeito.

No começo do século XX, o interesse foi caracterizado pela necessidade de liberar as mulheres das obrigações familiares para promover uma maior participação no plano político, o que fazia iminente a necessidade do controle reprodutivo. Para Gordon, a posição das feministas contemporâneas sobre este tema é ambivalente, uma vez que a luta pelos direitos reprodutivos tem enfatizado aspectos como aborto, abuso da esterilização feminina, etc.; porém, poucas delas têm-se ocupado do significado da sexualidade e da maternidade para mulheres de diferentes classes.

³ GORDON, L. “Why nineteenth-century feminist did not support ‘birth control’ and twentieth-century feminist do: feminist, reproduction, and the family” In: Thorne, B; Yalom, M. (Ed.) *Rethinking que family: some feminist question*. Boston: Northeastern University Press, 1992

Os anos 60 e principalmente os 70 foram o marco histórico para a consolidação da luta do movimento feminista na América Latina; nele a discussão sobre o direito ao aborto tem sido uma constante na agenda da luta das mulheres. As feministas norte-americanas constituíram um importante foco de referência para esses movimentos, as que nos anos 70 pregavam que: “Abortion is our right -our right as women to control our bodies. In almost every community in this country [Estados Unidos] a woman with an unwanted pregnancy is frustrated and obstructed by laws, hospitals, doctors, by high prices and poor communications.”⁴

Enquanto isto, segundo Basterd⁵, os argumentos das feministas brasileiras iam à par das discussões sobre democracia, que acompanharam também as lutas políticas desde o período da ditadura militar. No fim da década de 70 e durante a década de 80, as lutas feministas visavam a ampliar o universo democrático, visualizando o aborto como um direito do indivíduo. Os argumentos, naquele momento, fundamentavam-se em uma perspectiva social que chamavam a atenção sobre os altos índices de morbi-mortalidade materna, associados à realização de abortos clandestinos. O direito ao aborto fazia parte da reivindicação do direito à saúde reprodutiva.

O movimento procurava também chamar a atenção de um governo que até antes dos anos 70 não tinha uma postura específica em relação ao status da mulher na sociedade. Segundo Ardaillon, é só a partir de 1975 que se inicia no Brasil a politização do gênero, cristalizada mediante a promoção do desenvolvimento de uma ação estatal crescente em relação à chamada “questão da mulher”:

Com a inauguração dos primeiros Conselhos Estaduais e Municipais pela Defesa dos Direitos das Mulheres, as principais bandeiras de luta das mulheres se tornaram públicas e, algumas legitimadas. Na imprensa, a discussão passa a ser feita em termos menos apelativos e cada vez mais precisos sobre os aspectos legislativos e de doutrina jurídica e, embora continuem a ser mal citados, há números novos provenientes de pesquisas com metodologias mais apuradas. A questão das relações sociais de sexo, das relações de gênero, começa a penetrar a academia e a requerer novas metodologias de pesquisa.⁶

⁴ THE BOSTON WOMEN'S HEALTH BOOK COLLECTIVE. *Our bodies, ourselves. A book by and for women*. New York: Simon and Schuster, 1971, pág. 138

⁵ BARSTED, L. *Sexualidade e reprodução: estado e sociedade*. Texto apresentado na Reunião da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1996

⁶ ARDAILLON, D. *Cidadania de corpo inteiro. Discursos sobre o aborto em número e gênero*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo: 1997a, pág. 57

Os anos 80 marcaram um período importante na definição de algumas medidas relacionadas à área reprodutiva. Alguns destes eventos dizem respeito ao aborto legal, já que, mesmo que estabelecida a não punição nos casos de estupro e risco de vida materno pelo código penal desde os anos 40, é só nos anos 80 que os grupos de mulheres centraram ações em função de denunciar a não efetivação desse direito nos hospitais da rede pública. Uma parte das medidas estratégicas do movimento feminista foi a pressão exercida para a elaboração de leis estaduais e municipais que efetivassem o atendimento das mulheres que se encaixavam nesses casos⁷.

Na Constituição Federal de 1988, ainda que não havendo mudanças na descriminalização do aborto, destaca-se a ação do movimento feminista voltado para a reivindicação do direito ao mesmo, desta vez concebido como um direito da mulher a decidir sobre seu próprio corpo. Segundo Ardaillon⁸, o texto da Constituição de 1988, apesar de grandes mudanças em benefício do *status* da mulher foi revelador dos limites dos direitos das mulheres e de sua cidadania, ao não incorporar a demanda de autonomia no âmbito da reprodução.

Desta maneira, em um período de aproximadamente dez anos, conseguem-se identificar argumentos diferenciais na reivindicação pelo direito ao aborto: uns dizem respeito às reclamações sob a responsabilidade do Estado no melhoramento das condições de saúde reprodutiva da mulher; outros, que impugnam pelo direito das mulheres à cidadania, condicionada à autonomia e à autodeterminação no campo da reprodução.

Outro evento de grande relevância nesta década é a formulação e implementação em 1983 do Programa de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM). Pioneiro na proposta de atendimento à saúde reprodutiva em um contexto de atendimento integral à saúde das mulheres, ultrapassou as ações prévias nesta área, restritas ao planejamento familiar e ao cuidado materno-infantil. Na sua

⁷ Para um histórico mais detalhado sobre a evolução da luta pelo direito ao aborto no Brasil e sua articulação com movimentos e conferencias internacionais ver: BARSTED, L.. Legalização e Descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. *Estudos Feministas*, N.0, 1992. BARSTED, L., 1996 - Op. cit. BARSTED, L. O movimento feminista e a descriminalização do aborto. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97. BALTAR, M. *El Parlamento y el debate sobre el aborto en Brasil*. Trabalho apresentado no "Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe". Universidad Externado de Colombia, Santafé de Bogotá, 1994. BALTAR, M. A questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso. *Estudos Feministas*, Ano 4, N.2/96. ARDAILLON, D., 1997a - Op. cit. CFEMEA - Publicações do Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

⁸ ARDAILLON, D., 1997b - Op. cit.

formulação, incorporou-se a definição de saúde reprodutiva da Organização Mundial da Saúde, ampliada e consolidada nas conferências internacionais do Cairo (1994) e Beijing (1995). Segundo Osis, “...a adoção do PAISM representou, sem dúvida, um passo significativo em direção ao reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres, mesmo antes que essa expressão ganhasse os diversos foros internacionais de luta.”⁹

A implantação deste programa constituiu um evento social relevante no contexto de restituição da democracia no Brasil, sendo objeto de grandes polêmicas entre seus detratores e defensores. O que nos interessa ressaltar aqui é a sua articulação com as demandas dos grupos de mulheres que tentavam mudar a visão, até então predominante, de que a saúde da mulher estava determinada por seu papel reprodutivo. Conseqüentemente, com tal formulação conseguia-se um redimensionamento do corpo feminino no contexto social, uma mudança na posição das mulheres:

Ao situar a reprodução no contexto mais amplo de atenção à saúde da mulher vista como um todo, o PAISM rompeu com a lógica que, desde há muito tempo, norteou as intervenções sobre o corpo das mulheres. No contexto do PAISM, as mulheres deixaram de ser vistas apenas como parideiras e o cuidado de sua saúde não deveria mais restringir-se à atenção pré-natal, ao parto e puerpério.¹⁰

Nos anos 90, a discussão ganha outros atores. O Conselho Federal de Medicina e alguns Conselhos Regionais de Medicina propõem a ampliação dos permissivos do aborto legal para os casos de comprovada anomalia fetal grave e para os casos de gestantes portadoras do vírus da AIDS:

O argumento apresentado pela medicina funda-se explicitamente na defesa de um direito individual e social da mulher ou do casal de desejarem prole sadia e, implicitamente, na defesa do avanço científico, da atuação de profissionais e clínicas que já realizaram esses abortos sem se considerarem como transgredindo a ética médica. Ou seja, já existe no Brasil avançada tecnologia de detecção de anomalias fetais que fica lançada ao campo da ilegalidade com a atual legislação sobre o aborto.¹¹

⁹ OSIS, M. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro*, 14(Supl. 1): 25-32, 1998, pág. 25

¹⁰ Op. cit., pág. 31

¹¹ BARSTED, L., 1996 - Op. cit., pág. 5

Os escândalos que envolveram alguns prestigiosos médicos serviram também para evidenciar que o sistema judiciário está criando jurisprudência em relação ao aborto em casos de malformação fetal:

Se a gravidez envolve anomalia grave, incurável e sem perspectiva de sobrevivência prolongada para o bebê, nunca é recusado. Todos os casos do gênero são resolvidos com uma justificativa padrão — pois, a rigor, não existe amparo legal para esse tipo de aborto, já que o Código Penal apenas fala em casos de estupro e risco de vida para a mãe.¹²

No segundo semestre de 1997, aconteceu o evento mais recente relativo à aprovação do Projeto de Lei Nº.20/91, que dispõe a obrigatoriedade de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) dos casos de aborto previsto pela lei.

Observa-se, então, que acompanhar o percurso da discussão sobre o aborto no Brasil, como na maioria dos outros países, implica necessariamente fazer referência às ações do movimento de mulheres, o que estabelece uma relação paralela e histórica, no entanto não exclusiva, uma vez que nos últimos tempos a discussão tem contado com a adesão de outros participantes que assumiram posições favoráveis.

Além do mais, pareceu-nos pertinente considerar como estes debates têm aparecido na mídia, uma vez que a atuação política dos grupos de mulheres não necessariamente acontece em um espaço de fácil acesso ao público geral. Em outras palavras, tentamos, por esta via, identificar qual o conteúdo do debate que se torna público, no sentido de atingir à cidadania em geral e, por outro lado, quanto desta divulgação reflete as mudanças identificadas anteriormente. Sem sermos exaustivos nesta revisão, retomaremos duas importantes e recentes pesquisas nesta área.

Ardaillon fez uma análise dos enunciados que sobre aborto voluntário apareceram na mídia brasileira e, conseguiu identificar mudanças nas nuances sobre o tema. Segundo esta autora, até 1975, no contexto da ditadura militar, “...o aborto é um ‘drama social’ da pobreza, uma questão de saúde pública essencialmente. De 1975 a 1988 assiste-se ao início da demanda efetiva da legalização do aborto [...] Finalmente, de 1988 até agora, reina a argumentação contemporânea a

¹² BARROS, A.; SANTA CRUZ, A.; SANCHES, N. Nós fizemos aborto. Mulheres de três gerações enfrentam a lei, o medo e o preconceito e revelam suas experiências. *Revista Veja*. Ano 30 - Nº37, 17 de setembro de 1997, pág. 28

respeito da saúde reprodutiva e dos direitos reprodutivos.”¹³ A novidade nos anos 80 foi dada pela visibilidade na imprensa de jornalistas feministas e de um movimento atuante de mulheres, legitimado pelos movimentos internacionais que advogavam em benefício dos direitos das mulheres.

Por sua vez, Melo¹⁴ em pesquisa sobre aborto e mídia, realizada nos anos de 96 e 97, constatou uma grande cobertura sobre a aprovação do PL 20/91, com pronunciamentos favoráveis e contrários à regulamentação dos casos previstos no Código Penal. No entanto, o que chamou à atenção nesse período, foi que o pronunciamento favorável ao direito do aborto já não esteve mais protagonizado só pelas feministas. Somaram-se a essa tendência juizes/as, advogados/as, profissionais da saúde e parlamentares. Em relação ao aborto legal, tanto entidades médicas como judiciárias fizeram parte do debate, alguns deles assumindo a realização ou autorização para a realização de abortos em caso de malformação fetal ou estupro. Em palavras de Melo, “As novas falas públicas foram em geral favoráveis ao direito ao aborto, merecendo destaque especial as declarações defendendo a ampliação do aborto legal emitidas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello.”¹⁵

Ao fazer uma análise dos pronunciamentos por seções, esta autora constatou que no espaço aberto para cartas dos leitores, na imprensa, houve uma maior tendência a pronunciamentos contrários ao aborto. Só no período da visita do Papa ao Rio de Janeiro, em outubro de 1997, as feministas tiveram grande destaque na seção de carta dos leitores, através de uma estratégia da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos-Rede Saúde e das Católicas pelo Direito de Decidir. Se, por um lado foi evidenciada a diversificação dos atores no debate e a força do movimento feministas, por outro, é importante anotar que a Igreja Católica constituiu-se em uma referência imprescindível nas matérias sobre o tema.

O que nos interessa salientar é a evidência da força do movimento feminista que conseguiu mudar radicalmente os padrões da mídia, o que, contudo, não constitui um diálogo constante entre o feminismo e a população em geral. Porém, também poderíamos conjecturar que esta contundente

¹³ ARDAILLON, D., 1997a - Op. cit., pág. 31

¹⁴ MELO, J. A polêmica do aborto na imprensa. *Estudos Feministas*, Vol. 5 N.2/97

¹⁵ Op. cit., pág. 407

aparição fica articulada à ocorrência de eventos específicos, como a vinda do Papa, o que em última instância pode se constituir, também, em uma estratégia política. Em síntese temos que:

Esta abordagem [feminista] tem trabalhado com o conceito de direitos reprodutivos numa perspectiva de inclusão da função reprodutiva no campo da cidadania, ampliando o discurso político da denúncia das questões pessoais para um discurso sobre o social em que a concepção, o parto, a contracepção e o aborto são percebidos como fatos interligados, e em que a impossibilidade de acesso a qualquer um deles remeteria a mulher a um lugar de submissão política e social. Trata-se do exercício de direitos individuais no campo da sexualidade e da vida reprodutiva, mas que só podem se expressar em um contexto de garantia de direitos sociais.¹⁶

O processo evoluído até o momento, em que se reconhece o direito ao aborto a partir do direito reprodutivo da livre escolha, não quer dizer que exista o desejo pelo aborto. Uma vez que o desejo de maternidade nunca é questionado pela prática do aborto, e sim constantemente reafirmado: “Argumentos favoráveis à liberalidade de leis de aborto, ainda que incorporem certamente algumas pressuposições sobre a aceitabilidade moral do aborto, não são, no entanto, em si mesmos, argumentos pela aceitabilidade moral do aborto.”¹⁷

Ardaillon revê o processo de luta a favor do aborto e identifica algumas posições com as quais nos interessa dialogar mais adiante. Uma delas refere-se a que o feminismo teve uma dificuldade inicial ao ser incapaz de resolver uma questão que esta autora considera fundamental para as mulheres:

o reconhecimento de direitos individuais no campo da reprodução, no qual mulheres e homens estão em relação não apenas como corpos marcados pelo gênero mas como cidadãos com direitos desiguais. [...] o direito ao aborto é um direito que se exerce sobre um corpo reprodutor, é um direito especificamente originado pelo corpo que tem sexo feminino.¹⁸

Segundo a autora, esse direito sai do domínio de uma concepção universalista baseada na idéia de uma neutralidade da natureza humana, “humanidade”, que, de fato, seria masculina. Talvez, pergunta-se a autora, seja esta questão, e a possibilidade de falar de direitos individuais no caso da reprodução, que envolve direta ou indiretamente uma mulher, um homem e a sociedade, o que colocaria em ameaça a ordem social.

¹⁶ ARILHA, M. “Infertilidade, práticas conceptivas e políticas públicas. Entre desejos e direitos”. In: Parker, R.; Barbosa, R. (orgs.) *Sexualidades brasileiras* Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996, pág. 176

¹⁷ DWYER, Susan. “Entendendo o problema do aborto” In: Rosenfield, D. et al. *Filosofia política: nova série 2*. Porto Alegre: L&PMO, 1998, pág. 140

¹⁸ ARDAILLON, D. ,1997a - Op. cit., pág. 2 e 6

Portanto, um dos pontos fundamentais nesta discussão refere-se à questão do corpo no qual se produz a gestação que, por sua vez, tem implicações relativas à criação e cuidados posteriores ao parto, tradicionalmente delegados à mulher, atribuindo-lhe um lugar específico na nossa sociedade. O aborto, nesse contexto, tem diversas implicações que são analisadas desde várias perspectivas. Uma delas é desenvolvida por Mori que, de uma perspectiva moral, faz uma ampla e completa análise, e nos leva a pensar em uma interessante conexão entre aborto e gênero, uma vez que coloca o problema do aborto em termos de uma ordem política e de poder. Vale a pena, então, acompanhar aqui essa interessante reflexão. Segundo este autor, a licitude do aborto teria várias conseqüências. Uma delas relativa ao fato de desligar a mulher da teleologia própria das funções reprodutivas sendo que, desta maneira, ela pode aspirar à priorização da satisfação de outros projetos de vida sobre uma ordem natural. Uma outra questão refere-se à concepção da maternidade não como um ‘fato natural’ derivado da fisiologia do corpo feminino, mas sim como uma escolha:

Se admitirmos a liceidade do aborto, os vínculos ‘naturais’ dissolvem-se, e a mulher pode então construir seu próprio destino, da mesma forma como o faz o homem. [...] Afirmando-se a liceidade moral do aborto, consegue-se *legitimar* uma maneira peculiar de entender a igualdade dos sexos e, por conseguinte, o papel social da mulher [...] Dessa forma, a legitimação do novo papel chega a colocar em crise a *identidade* da mulher, como também a identidade do homem [...] É exatamente essa percepção (mais ou menos confusa) de que o aborto legitima um novo papel da mulher que recoloca em discussão o sentido da maternidade (‘escolha pessoa’ ou ‘escopo natural’?) o que é perturbador, suscitando os fortes sentimentos que animam essa controvérsia. Considerada sob esse ponto de vista, a insistência do opositor ao aborto no elemento genético como fundamento da idéia de que o embrião é pessoa, pode ser interpretada como uma tentativa de reafirmar a idéia da prioridade dos fatos biológicos da vida sobre o componente cultural e social, a fim de defender a conclusão de que a mulher deve aceitar o ‘destino natural’ da maternidade.¹⁹

Desta forma, temos então pontos de confluência entre a argumentação feminista de cunho político e a dos filósofos da moral. Ambas perspectivas colocam a importância da autodeterminação da mulher com respeito à reprodução como elemento essencial para obter uma posição social e política mais equitativa. A ruptura da maternidade como “escopo natural”, torna-se, desse modo, um elemento altamente subversivo, uma vez que se consideram também as implicações no contexto em

¹⁹ MORI, M. *A moralidade do aborto: sacralidade da vida e novo papel da mulher*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, pág. 86, 87

que se valida esta experiência, visto que coloca em discussão as concepções tradicionais de relação, maternidade, procriação, casamento, família e, em geral, tudo aquilo que tem sido denominado por Butler²⁰ como “matriz heterossexual reprodutiva”. Ou, dito de outro modo, coloca a ruptura potencial com processos construídos que têm sido naturalizados com sua incorporação na prática. Estes elementos são cristalizados como um grande avanço político na formulação dos direitos reprodutivos.

2.2 O conceito de direitos reprodutivos

A luta pelo controle do corpo já fazia parte da agenda dos grupos de mulheres do século passado e inícios deste; no entanto, foi a formulação do feminismo dos anos 60, 70: “Nosso corpo nos pertence” que deu origem ao conceito atual de direitos reprodutivos. O significado filosófico e político contido nesta formulação norteou muitas das ações que neste campo se seguiram nas décadas posteriores, nas que a luta pelo aborto e a contracepção se constituíram no ápice para demandar os direitos reprodutivos. “As vozes das mulheres reafirmaram, no entanto, que a posse do seu próprio corpo é uma condição fundamental para existir como pessoa integral dotada de direitos, desejos e responsabilidades construídos e vividos com autonomia.”²¹

A criação de conceitos tais como ‘*empowerment*’, equidade entre os gêneros, saúde reprodutiva, saúde sexual, direitos reprodutivos, direitos sexuais, entre outros, corresponde a uma expressão política e específica dos grupos de mulheres. No entanto, a legitimidade desses conceitos não deixa de ser contraditória e problemática. Ardaillon o manifesta nos seguintes termos:

Os direitos reprodutivos combinam num único conceito tanto o direito de casais e indivíduos a tomar decisões quanto à sua reprodução bem como a obter o melhor padrão possível de saúde sexual. Inscrevem-se no duplo domínio dos direitos individuais e dos direitos sociais, o que indica dificuldade para a sua aplicação [...] A liberdade de decidir sobre a reprodução implica a realização da autonomia, ou melhor da autodeterminação dentro do espaço social e cultural da reprodução que é o domínio mais complexo onde atuam as relações de gênero as quais, na nossa sociedade, são relações de poder.²²

²⁰ BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1989

²¹ ÁVILA, M.; GOUVEIA, T. “Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais” In: Parker, R.; Barbosa, R. M. (orgs.) *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA:IMS/UERJ, 1996

²² ARDAILLON, D., 1997a - Op. cit., pág. 90

O conceito de autonomia tem sido fundamental na prática e na luta feminista e é entendido como:

...a capacidade que uma pessoa tem de controlar sua própria vida, o que por sua vez requer um certo grau de liberdade para que esta possa exercer as suas capacidades deliberativas e morais. Frequentemente, a noção de autonomia é expressa em termos do direito de se tomar decisões sobre os assuntos mais íntimos da vida sem interferência indevida.²³

Segundo Markowitz²⁴, o aborto é um assunto político, na medida em que faz referência essencialmente aos interesses e às relações de poder entre homens e mulheres. Neste enfoque, a proibição do aborto é uma forma de perpetuar a opressão das mulheres, uma vez que ao serem proibidas de controlar suas vidas reprodutivas, são obrigadas a assumir as maiores responsabilidades pelos filhos, ficando em uma posição de desvantagem em relação aos homens. Desta maneira, “...uma igualdade genuína entre homens e mulheres requer a possibilidade de que, com relação à reprodução, as mulheres possam tomar suas próprias decisões e agir sobre elas, o que inclui acesso a métodos anticoncepcionais seguros e a procedimentos abortivos quando estes são solicitados.”²⁵

Vemos que o conceito de autonomia levado à arena reprodutiva, define como fundamental o controle sobre o corpo que engravida em função da integridade corporal e das implicações pela responsabilidade dos filhos, atribuídas à mulher, na nossa sociedade. Aqui, vale a pena trazer o paradoxo que coloca Ardaillon²⁶ acerca da dificuldade de definir direitos individuais quando a reprodução humana envolve a mulher, o homem e a sociedade; assim como a dificuldade de tornar universal algo que acontece especificamente no corpo da mulher.

Ao falar de direitos reprodutivos observamos que a noção envolve dois aspectos cujos significados têm implicações para nossas formulações: por um lado, o termo *direito*, entendido como a possibilidade de uma participação ativa na tomada de decisões que orientem a um equilíbrio participativo que supere relações desiguais, visualizando um horizonte de justiça. Por outro, o termo *reprodução* que envolve dimensões biológicas e sociais, marcando uma ruptura com uma

²³ DWYER, S. Op. cit., pág. 146

²⁴ *Apud* DWYER, S. Op. cit., pág. 149

²⁵ Op. cit., pág. 148

²⁶ ARDAILLON, D. O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. *Estudos Feministas*, Vol 5 N 2, 1997b

visão essencialista da diferença dos sexos. O conceito de gênero se impõe então, como uma questão fundamental nesta discussão, colocando-se como marco analítico para dimensionar as relações de poder entre os sexos, assim como a imbricação de aspectos biológicos e suas interpretações culturais. Para Azeredo e Stolcke, a noção de direitos reprodutivos foi desenvolvida a partir da perspectiva de gênero e é definida por elas nos seguintes termos:

Por direitos reprodutivos se entendem os direitos das mulheres de regular sua própria sexualidade e capacidade reprodutiva, bem como de exigir que os homens assumam responsabilidade pelas consequências do exercício de sua própria sexualidade. Geralmente, são as mulheres as exclusivamente responsáveis pelas consequências do exercício de sua sexualidade. Para elas, é novidade reconhecer que têm o direito de decidir sobre sua reprodução e que podem exigir dos homens compartilhar responsabilidades com elas, reivindicando que eles sejam incluídos nas discussões sobre regulação da fecundidade.²⁷

Recentemente, estas questões foram discutidas em conferências internacionais das quais o Brasil é signatário. Vejamos como elas ficaram formuladas:

Programa de Ação do Cairo - Parágrafo 7.2

A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva, implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória e tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo. Implícito nesta última condição está o *direito de homens e mulheres* de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, acessíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos de regulação da fecundidade, de sua escolha, que não sejam contrários a lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de atravessar, com segurança, a gestação e o parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio... [sublinhado nosso]

Direitos Reprodutivos - CIPD, Parágrafo 7.3

... os direitos de reprodução abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do *direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos* e de ter informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar de mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. *Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme exposto em documentos sobre direitos humanos*. No exercício desse direito, devem levar em consideração as

²⁷ AZERÊDO, S.; STOLCKE, V. (Coords.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991

necessidades de seus filhos atuais e futuros e suas responsabilidades para com a comunidade. A promoção do exercício responsável desses direitos por todo indivíduo deve ser a base fundamental de políticas e programas de governos e da comunidade na área da saúde reprodutiva, incluindo-se o planejamento familiar. Como parte de seus compromissos, toda atenção deve ser dispensada à *promoção de relações mutuamente respeitadas e eqüitativas entre os gêneros*, particularmente, no que se refere a atender às necessidades educacionais e de serviço dos adolescentes para capacitá-los a tratar sua sexualidade de uma maneira positiva e responsável. [sublinhado nosso]

Direitos Sexuais - Plataforma de Pequim - Parágrafo 97

Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito a ter controle sobre questões relativas à sexualidade, incluída sua saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente a respeito destas questões, sem estarem sujeitas a coerção, à discriminação ou à violência. *As relações sexuais e a reprodução, incluído o respeito à integridade da pessoa, exigem o respeito e o consentimento recíprocos e a vontade de assumir conjuntamente a responsabilidade quanto a conseqüências do comportamento sexual.* [sublinhado nosso]

Assim, temos então um marco recente que orienta a formulação de políticas que devem ser implementadas localmente pelos países signatários. Sem entrar em uma análise aprofundada destes conteúdos, o que escapa ao nosso domínio, queremos chamar a atenção sobre os aspectos complicadores e as contradições que se colocam ao pensar na distribuição desses direitos e responsabilidades entre as mulheres e os homens implicados em um ato procriativo. Ou de outro modo, como já foi dito, a dificuldade de conciliar direitos sobre um evento que acontece no corpo da mulher, mas que envolve também os homens e a sociedade. A esse respeito nos perguntamos qual é o limite para a negociação nos casos de conflito ou para aqueles que se saem dos parâmetros da heterossexualidade? O direito de quem prima? Cientes de que as formulações acima assinaladas não se limitam à aplicabilidade prática, devemos então pensa-las como marco para debates nesta área.

Na maioria das discussões sobre direitos reprodutivos que tivemos oportunidade de revisar —na sua totalidade produzida por mulheres— o sujeito de direito é de sexo feminino; o homem está ausente, ou não aparece como parte integral de uma relacionalidade que supõe a reprodução, ou não é tido como sujeito de direitos. Sua participação aparece como necessária para o melhoramento das condições das mulheres ou para serem imputados pelas conseqüências de sua sexualidade. Deste modo, a pergunta que nos surge é qual a lógica que determina sua ausência em

um projeto de redefinição não só da vida da mulher, porém, da sociedade como um todo em um contexto “pós-patriarcal”?²⁸

Ávila e Gouveia²⁹ também consideram que os direitos reprodutivos são pensados como direitos das mulheres e, para que possam ser compartilhados com os homens, se faz necessário conhecer quais são as implicações que isto traz para sua construção e seus significados. Por outro lado, são pensados no campo das relações heterossexuais, excluindo por exemplo, a gravidez autônoma ou conseguida por métodos artificiais, a adoção de crianças por parte de casais hetero e homossexuais ou por pessoas individualmente.

A dificuldade fornecida pelo paradoxo entre os direitos sociais e individuais (da mulher e do casal) continua se colocando como um desafio, para o qual talvez não consigamos encontrar uma saída equitativa, ao menos, na área reprodutiva. É possível, que seja por outras vias, ou permitindo-nos uma interlocução com os outros protagonistas, que consigamos repensar, nutrir ou complexificar mais ainda o debate.

2.3 Direitos reprodutivos para quem?

Para Barsted, o aborto tem sido um dos temas de “mais difícil negociação para o encaminhamento de uma legislação que respeite os direitos individuais, no caso da reprodução...[e um] difícil processo de reconhecimento de um direito sobre o próprio corpo, no caso o corpo da mulher.³⁰”

Por sua vez, Ardaillon se pergunta se

será possível falar em direito individual quando se trata de reprodução humana que envolve, direta ou indiretamente, uma mulher e um homem, e também a sociedade? Um passo fora do domínio da universalidade,

²⁸ No seminário *Homens: sexualidade e reprodução*, realizado em São Paulo, 27 e 28 de abril de 1998; Sônia Corrêa colocava em questão os conceitos de responsabilidade e incorporação masculina no campo reprodutivo, surgidos nas conferências internacionais às que já se fez menção. Isto porque ao falar em responsabilidade masculina supõem-se relações de poder e, tal vez, equivocadamente a victimização das mulheres. Ao falar de envolvimento, supõe-se previamente um não envolvimento o que não pode considerarse como um fato.

²⁹ ÁVILA, M.; GOUVEIA, T. Op. cit.

³⁰ BARSTED, L., 1996 - Op. cit., pág. 2

algo próprio, exclusivo das mulheres? Possibilidade do indivíduo feminino decidir e optar sobre a reprodução da sociedade e portanto sobre a sua permanência? ³¹.

Para esta autora, o direito ao aborto é originado pelo *“corpo que tem sexo feminino”*. Como já foi colocado anteriormente, pensar direitos individuais e universais tendo como ponto de referência os corpos e suas funções reprodutivas é muito polêmico, complexo e paradoxal.

Por volta dos anos 60, 70 a luta das mulheres, especialmente dos movimentos norte-americanos, esteve direcionada à procura de igualdade. O lema e o debate estavam orientados à reivindicação de direitos igualitários para homens e mulheres:

Sobretudo nos EUA no início dos anos 60, os movimentos reivindicatórios de grupos minoritários e socialmente menos valorizados tiveram grande impulso. Banhadas nas águas do equalitarismo, as mulheres puseram-se também à luta. Entre suas vitórias, além do direito ao voto anteriormente conquistado, está a do princípio da oportunidade igual. Segundo este, as mulheres têm as mesmas prerrogativas que os homens ao concorrer a empregos disponíveis. Após árduas batalhas, lograram adentrar certas fortalezas masculinas, como a das forças armadas, até então julgadas inexpugnáveis. ³²

Nesse debate, a maternidade representou um lugar importante ao se considerar como um evento social, uma construção que não deveria levar a um tratamento diferenciado/discriminatório entre homens e mulheres. Assim, na legislação trabalhista norte-americana, o período dedicado à maternidade foi concebido como uma inabilidade temporária. Entretanto, mais recentemente, o debate foi orientado ao questionamento da compreensão da gravidez como doença ou inabilidade.

Uma outra questão subjacente a esse debate, refere-se à “identidade das mulheres”. Por muito tempo as consignas colocaram mulher no singular, sendo o corpo e uma suposta condição social de opressão, os aspectos sobre os quais se definiu “uma” identidade. Questionamentos advindos especialmente de grupos de mulheres negras e do chamado terceiro mundo, orientaram à consideração de outros marcadores sociais além do gênero, estabelecendo diferenças ao interior da categoria monolítica “mulher”. Sem entrar nas implicações epistemológicas do conceito “identidade feminina”, que serão consideradas no próximo capítulo, deveremos nos deter aqui, procurando observar o que isto trouxe para os direitos reprodutivos.

³¹ ARDAILLON, D., 1997b - Op. cit., pág. 377

³² ROCHA, F. “O aborto, o estado e políticas populacionais” In: Rosenfield, D.; Zingano, M. et al. *Revista de filosofia política*. Nova série 2. Porto Alegre: L & M, 1998, pág. 164

Existem várias conjunturas que têm modificado as perspectivas. Susan Friedman³³, por exemplo, chamou a atenção sobre o fato de que uma agenda feminista não deveria se concentrar só na luta e questionamento sobre o poder e o privilégio, mas também na análise das próprias narrativas culturais, examinando nestas as questões não explicitadas sobre raça, a que poderíamos acrescentar outras categorias como classe, nacionalidade, idade.

Ao falar sobre a interface entre gênero e raça, Haraway, coloca em evidência como os direitos reprodutivos dizem respeito a questões diferentes para mulheres brancas e negras nos Estados Unidos:

Para una mujer blanca, el concepto de propiedad de sí misma, de su propio cuerpo, en relación con la libertad reproductora, se ha centrado más en el terreno de lo que sucede con la concepción, el embarazo, el aborto y el parto, [...] Las mujeres negras en particular [...] se enfrentaron a um campo más amplio de ausencia de libertad reproductora, en el que sus hijos no heredaban la posición de humanos en los discursos hegemónicos fundacionales de la sociedad estadounidense. El problema de la madre negra en este contexto no es simplemente su propia posición como sujeto, sino también la de sus hijos y la de sus compañeros sexuales, tanto masculinos como femeninos.³⁴

O importante deste debate é o deslocamento que teve, no interior do movimento feminista, a questionada “sororidade” dos tempos iniciais, para o reconhecimento das diferenças ao interior do mesmo. Segundo Arendt: “A igualdade, porém, contém desafios, entre eles os que tocam cordas além-racionalidade; respeitadas as condições de igualdade dos sujeitos, requisito básico da justiça, passa-se a reivindicar diferenciações de outra ordem e indivíduos formam grupos mais fechados com relação a outros - diferentes.”³⁵

Fazendo o recorte que aqui nos interessa, é importante relevar como as discussões levadas pelos grupos de mulheres nas coferências internacionais (Cairo, 1194; Copenhagen, 1995; Beijing, 1995) não enfatizaram mais a igualdade, mas sim a equidade, termo que significou a manutenção da diferença na luta pela igualdade.

³³ FRIEDMAN, S. Beyond white and other: relationality and narratives of race in feminist discourse. *Signs. Journal of women in culture and society*, Vol.21 N.1, The University of Chicago Press, Autumn, 1995

³⁴ HARAWAY, D. *Ciencia, cyborg y mujeres. La reivención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995, pág. 247

³⁵ Apud ARRUDA, A. A diferença não é mais aquela. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97, pág. 258

Encontra-se, então, uma disjunção entre as noções de equalização e diferenciação, cada uma das quais apresenta, intrinsecamente, dificuldades para a definição de direitos. Por exemplo, ao se falar de equalização, um tratamento diferenciado por raça, etnia, classe, sexo, religião, etc., levaria à desigualdade. Isto significa que um cidadão ou cidadã deve ter os mesmos direitos independentemente dos valores associados às categorias nomeadas. Por outro lado, ao se falar de diferenciação, um tratamento igualitário marginalizaria os valores associados às categorias nomeadas.

Algumas questões se constituem em elementos chaves que incrementam o nível de dificuldade da discussão sobre a definição dos direitos formulados a partir da diferença. Uma destas questões é quais diferenças se tomam como marco fundamental para a formulação de direitos universais? Sob que fundamentos se hierarquizam ou priorizam os elementos que constituem as diferentes subjetividades? Além do mais, temos que, “A diferença faz parte da condição humana, mas se constrói com a história, e no seu transcorrer, muda de lugar.”³⁶

No nosso propósito de incluir a perspectiva masculina na discussão dos direitos reprodutivos é impossível escapar desta disjunção. Partindo da base do direito da/o cidadã/o de decidir livremente sobre sua vida sem intervenção do Estado, gostaríamos de entrar na discussão a respeito da participação dos dois protagonistas de um ato reprodutivo.

As situações limítrofes, de conflito com respeito à gravidez, aportam também elementos de grande importância para pensar a questão dos direitos de cada um e, sobre que critérios são definidos. Em um trabalho anterior³⁷, analisamos o caso de uma mulher grávida que desejava ter o filho contra a vontade do parceiro. Na história, cada uma das pessoas envolvidas apresentava interpretações completamente diferentes de um mesmo relacionamento. Era evidente que, na dinâmica do caso, encontravam-se múltiplos fatores para justificar a postura incompatível de cada um dos parceiros. De qualquer modo, uma coisa era certa: a mulher, dona de seu corpo e por extensão da gravidez, decidida a ter filho, estabelecia dessa maneira, uma relação de aliança com um homem que se recusava à mesma.

³⁶ ARRUDA, A., Op. cit., pág. 274

³⁷ RAMÍREZ, M. *Aborto provocado: um assunto masculino?* Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Psicologia Social. Belo Horizonte, 24 a 26 de setembro de 1997 e na II Reunión de Antropología del Mercosur.

Acrescentam-se deste modo, aspectos de outra ordem à discussão sobre o aborto. Além das polêmicas em torno da vida, a gravidez e com ela o potencial filho, colocam-se no cerne do assunto as potenciais relações de aliança. Assim, da relação freqüentemente discutida entre mulher-embrião, passa-se à discussão da dinâmica relacional entre os parceiros, uma vez que tanto o homem quanto a mulher estão inseridos em padrões sociais, nos que a constituição de uma família continua se colocando como objetivo desejável.

Leal e Lewgoy visualizaram claramente estas questões entre grupos populares em uma cidade do Rio Grande do Sul:

Estar grávida (não a possibilidade de engravidar) dá à mulher poder de barganha sobre o homem, no sentido de engajá-lo em uma união matrimonial. Uma gravidez e/ou uma criança nova no lar é um elemento-chave em uma rede extensa e densa de relações sociais. Neste sentido, a compreensão do contexto social é fundamental para o entendimento de como a negociação entre homens e mulheres se dá com respeito à reprodução e, principalmente, ao evento do aborto, pois há um certo padrão estrutural de arranjos familiares e de relações sociais que preexistem a qualquer evento particular. [...] A gravidez, se reconhecida, pode funcionar como uma estratégia de aliança, especialmente feminina. Fica claro o poder que a mulher (ou a família da mulher) passa a ter sobre o homem com o evento gravidez, no sentido de pressioná-lo a juntarse a ela, quer em uma nova união (consensual ou oficial) ou na reestruturação de uma união já existente.³⁸

A propósito do poder que as mulheres têm para decidir unilateralmente sobre o futuro de uma gravidez e, das implicações que tal decisão representa para seus parceiros observamos, curiosamente, a existência nos Estados Unidos de um grupo de homens querendo reivindicar seu direito ao aborto. Em matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, encontramos o seguinte título: “Homens lutam pelo direito de ‘abortar’. Eles querem um documento que os isente de responsabilidades quando a mulher decide sozinha pela gravidez”³⁹. Falando de direitos, vale a pena trazer à tona as reivindicações destes homens —em um país onde o aborto é legal— explicitadas nos seguintes trechos:

Se a mulher pode escolher deixar de ser mãe caso tenha uma gravidez indesejada, o homem deveria ter o mesmo direito. [...] A Justiça determina que uma mulher pode tomar uma decisão unilateral e interromper a

Piriápolis (Uruguay), 11 al 14 de noviembre de 1997.

³⁸ LEAL, O.; LEWGOY, B. “Aborto: uma contribuição antropológica à discussão” In: Rosenfield, D.; Zingano, M. et al. *Filosofia política: nova série* 2. Porto Alegre: L & M, 1998, pág. 176

³⁹ *Folha de S. Paulo*. 27 de outubro de 1996; 3º caderno. Todas as citações foram tomadas do texto escrito por Carlos Eduardo Lins da Silva, pág. 1, 2

gravidez, mas o pai biológico não pode. [...] Desde 1973, o aborto é reconhecido como direito inalienável da mulher. DeCrow [ex-presidenta da Organização] e outros advogados dizem que o fato de só a mulher desfrutar desse direito viola o princípio constitucional de que todos devem ser iguais perante a lei. Os homens vêm sendo tratados como subclasse, embora a Constituição diga que todos os cidadãos devem receber 'proteção igual'. Negar ao homem seus direitos reprodutivos é humilhante, opressivo, ofensivo aos princípios básicos da dignidade.⁴⁰

As discussões, segundo a *Folha*, foram levantadas pelo Centro Nacional dos Homens, que curiosamente já teve uma mulher como presidente. Uma das atividades deste centro é a distribuição de um documento a ser usado por homens que não desejam o nascimento de um filho em gestação, no qual eles explicitam seu desejo de “abrir mão” de direitos e responsabilidades pela criança que nasceria por decisão unilateral da mulher. Mesmo que neste artigo sejam relevados os argumentos econômicos para reivindicar o direito ao aborto, é importante contextualizá-lo ao interior de tendências e movimentos contemporâneos, especialmente nos Estados Unidos, que vêm se preocupando com a discussão da participação dos homens em esferas que, até alguns anos atrás, eram tidas como femininas ou de domínio da mulher. Uma outra questão que traria este assunto, seria a necessidade de redefinir o conceito do aborto, já não como um evento corporal que envolve somente a mulher, senão também como um evento social que abriria a possibilidade para falar do “aborto dos homens”.

No campo dos estudos sobre reprodução identifica-se, recentemente, a preocupação e incorporação da dimensão masculina no assunto o que é interpretado de diversas maneiras: enquanto que para alguns, tal tendência é derivada dos interesses das agências financiadoras internacionais para conhecer o papel do homem na reprodução, com o propósito de desenvolver políticas e programas específicos para reduzir a taxa de fecundidade; para outros, é uma resultante da perspectiva de gênero. Sobre esta última interpretação, temos que:

Reconhecer a dimensão relacional do gênero possibilita desconstruir principalmente os argumentos culpabilizantes em relação ao masculino, que demarcam o discurso de parte do movimento feminista e que ainda se faz presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas. Ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se dá a relação, gerando menos sofrimento individual e possibilitando

⁴⁰ *Ibidem*

efetivamente transformações no âmbito das relações sociais 'generificadas', ou seja, orientadas pelas desigualdades de gênero.⁴¹

Sobre a implementação destas últimas questões nos serviços de saúde, Arilha faz também uma interessante reflexão:

Alguns profissionais de saúde que operam junto aos serviços de saúde pública têm alertado para o fato de que seria mais fácil continuar estimulando os homens a serem colaboradores dos processos de saúde das parceiras. Porém, seria isso o desejável? Homens, de todas as faixas etárias, não deveriam também se tornar sujeitos de direitos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos? O que isto significaria concretamente? Que mudanças na formulação das políticas deveriam ser desenvolvidas?⁴²

Adicionalmente, não podemos ignorar outros eventos decorrentes que puderam provocar paralelamente o reforçamento de tal tendência: o surgimento e consolidação dos estudos sobre masculinidades —por volta dos anos 80 na América Latina⁴³— e os acordos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de 1994. Nesta última, discutiu-se que os indicadores de saúde das mulheres poderiam ser modificados se a população masculina jovem e adulta, mudasse seus comportamentos, especialmente em relação ao uso de preservativo para evitar a transmissão das DST e do HIV. Adicionalmente, o envolvimento do homem na vida familiar visualizou-se como uma forma de equilibrar as relações de poder para atingir o objetivo de maior equidade entre os gêneros.

Autores como Figueroa⁴⁴ vem-se preocupando com a ausência dos homens do campo reprodutivo, evidenciada no suposto da pesquisa demográfica de que são as mulheres as que se reproduzem, como também nos poucos esforços teóricos para conceitualizar a reprodução e a fecundidade sem restringi-la ao que acontece com a população feminina. Para este autor, tal ausência na construção do campo reprodutivo se reflete também no nível lingüístico, uma vez que

⁴¹ ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. "Introdução" In: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998, pág. 24

⁴² ARILHA, M. "Entre a 'zoeira' e a 'responsabilidade'" In: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. (orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998, pág. 71

⁴³ VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. "Introducción" In: Valdés, T.; Olavarria, J. (eds.) *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Ediciones de las mujeres N°24, Junio de 1997

⁴⁴ FIGUEROA, J. *Algunas reflexiones sobre la interpretación social de la participación masculina en los procesos de salud reproductiva*. Documento preparado para o Seminário "Fertility and The Male Life Cycle in the Era of Fertility Decline". International Union for the Scientific Study of Population. Zacatecas, México, 1995

não há referências para nomear o que acontece com o homens durante os nove meses de gravidez da mulher⁴⁵.

Tal questionamento poderia se considerar em função de que nossos paradigmas de referência, a partir dos quais interpretamos nossa realidade e definimos políticas, colocam a reprodução como um evento das mulheres. A maternidade é um fato, enquanto a paternidade é uma idéia. A interpretação da reprodução como um processo fisiológico, limitado à concretude do corpo onde acontecem a fecundação, a gestação e o parto, parece restringir a relação à mulher e ao não-nascido. Enquanto isso, haveria para o homens um hiato entre a fecundação e a paternidade, vivenciada só após o parto.

Poderia se objetar aqui que estas discussões estão em um outro patamar, na medida em que se dão em função dos acontecimentos pós-parto, quando o que discutimos é o aborto. Contudo, é claro que a decisão de abortar se faz, na maioria dos casos, medindo as conseqüências do que implicaria continuar a gravidez nas condições específicas em que esta acontece⁴⁶. Aquilo sobre o que se quer chamar a atenção é que a ligação corporal da mulher com o não-nascido, corresponde a um momento do processo, quer dizer, é temporária, sendo que após a aceitação da gravidez e do nascimento se amplia a rede de relações. Sobre isto, Novaes e Salem, observaram que "...a presença intensificada da parentela durante a gravidez, e em especial após a chegada do bebê, afirma-se como uma tendência sociologicamente prevalecente. Conclui-se daí que a rede do embrião compõe-se sempre de muitos protagonistas."⁴⁷

Recapitulando, vemos que discutir sobre aborto voluntário abre o leque para uma série de questões que, ao que parece, dificilmente se articulam ou conciliam em uma alternativa satisfatória ou equitativa de direitos para os gêneros implicados. Estas, dizem respeito a:

- O embate entre direitos individuais da mulher e do casal;
- Identidade e diferença como aspectos a serem incorporados na formulação de direitos;

⁴⁵ Intervenção de Figueroa, J. no seminário *Homens: Sexualidade e Reprodução*. Organizado por GESMAP/ECOS e pelo Programa de Estudos em Sexualidade, Gênero e Saúde do IMS/UERJ. São Paulo, 27 e 28 abril de 1998

⁴⁶ Diga-se de passagem, também, que algumas tendências se oporiam à consideração do aborto como reprodução pelas implicações políticas que isto traz, no entanto, aqui é concebido como a interrupção de um ato reprodutivo.

⁴⁷ NOVAES, S.; SALEM, T. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, Ano 3, N.1/95, pág. 69

- O caráter político da contracepção e do aborto como formas que possibilitam à mulher autonomia para decidir sobre outros projetos de vida que não só a maternidade definida pela sua disposição corporal;
- A rede de relações que se estabelecem ao redor do embrião e que são afetadas pelas decisões tomadas pela mulher.

Contudo, temos que o problema de fundo, assim como os fundamentos para a formulação de direitos e políticas nesta área, tem no corpo seu principal referente. Em outras palavras, o campo reprodutivo tem sido definido, ou melhor, estruturado como 'essencialmente' feminino, atribuição esta que se encontra sustentada no dimorfismo sexual.

2.4 O impasse do corpo

A viagem no tempo e no espaço nos leva além da curiosidade por conhecer como os outros viveram ou vivem. A antropologia e a história têm constituído recursos de grande valor para pensar nosso próprio sistema de pensamento. Nesta parte, centraremos-nos sobre duas interessantes pesquisas, vindas destas áreas, que nos fazem rever nossa concepção sobre corpo e reprodução, ou pelo menos, permitem relativizar aquilo que nós temos —ou tínhamos?— como mais verdadeiro, objetivo e evidente: a concepção das diferenças do sexo entre homens e mulheres, e suas funções reprodutivas. Isto é, a concepção sobre o corpo, o substrato sobre o qual nós inscrevemos e discutimos a diferença; o corpo como base metafórica para o gênero⁴⁸. Uma discussão acerca dos problemas epistemológicos de gênero como diferença sexual será discutido no próximo capítulo.

Até a publicação da pesquisa de Laqueur⁴⁹ pensávamos que o gênero era uma construção social sobre as diferenças sexuais irredutíveis entre homens e mulheres, sobre um corpo estável, fixo, ahistórico. Todavia, o que este autor postula é que o sexo, tanto quanto o

⁴⁸ "... a característica fundamental do gênero é ter como base metafórica o corpo e este permitir, nas nossas circunstâncias históricas e culturais, um processo resistente de legitimação da ordem social —o essencialismo." ALMEIDA, M. "Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal" In: *Anuário Antropológico 95*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

⁴⁹ LAQUEUR, T. *La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1994

gênero, é uma construção. O modelo de dois sexos, como nós o conhecemos atualmente, corresponde a uma visão ou invenção de finais do século XVIII. Antes disto, este autor observou o predomínio de um modelo de sexo único, no que as diferenças entre homens e mulheres eram de grau. Neste esquema hierárquico do sexo, o corpo masculino era concebido como um processo acabado, enquanto que o corpo feminino era a imperfeição do processo ocasionado pela falta de calor. De outro modo, mulheres e homens ordenavam-se segundo o grau de perfeição metafísica, de calor vital ao longo de um eixo masculino. Ser homem ou ser mulher estava determinado pelo lugar social, por um papel cultural e não por possuir um corpo de um ou outro sexo.

O autor comenta que, “...a finales del siglo XVIII [há] un nuevo modelo de dimorfismo radical, de divergencia biológica. Una anatomía y una fisiología de lo inconmensurable sustituyó a una metafísica de la jerarquía en la representación de la mujer en relación con el hombre.”⁵⁰ A transformação do modelo está fundamentada na mudança filosófica e epistemológica, isto é, na forma de olhar o mundo, na mudança de paradigma: “La cultura, en resumen, impregnó y cambió el cuerpo, que a la sensibilidad moderna le parece tan acabado, autárquico y fuera del alcance del significado.”⁵¹

Em consequência, no modelo de um único sexo fundamentado na metafísica da substância, houve uma outra interpretação da reprodução: o homem era a causa eficiente e a mulher a causa material. Na visão aristotélica, o corpo era a contribuição feminina, enquanto que a alma era a masculina. “...las semillas masculina y femenina no podrían concebirse como entidades sexualmente específicas y morfológicamente distintas [...] En el cuerpo del sexo único, las sustancias eyaculadas por los ‘dos sexos’ eran versiones jerárquicamente ordenadas entre sí de acuerdo con la potencia que se les suponía.”⁵² Ao longo de vários séculos a metafísica da substância vai ser interpretada de diversas maneiras, mantendo, porém, a sua essência de uma ordenação hierárquica. Assim, a fecundação tida como obra masculina, e sendo a mulher não mais do que um receptáculo, podemos conjecturar que não cabia a ela nenhuma autonomia nem direito de decisão sobre tal processo.

⁵⁰ Op. cit., pág. 24

⁵¹ Op. cit., pág. 26

Por outro lado, Strathern⁵³ coloca várias questões importantes para nossa reflexão. Uma delas é relativa à noção dos povos da Melanésia acerca de sujeitos “dividuais” em contraposição à noção ocidental de sujeitos individuais. Na categorização de sujeitos “dividuais”, as pessoas são percebidas como entidades totalitárias e singulares, somente em função das relações. Esta mutabilidade e flexibilidade das mentes e dos corpos faz das pessoas seres múltiplos e plurais que ativam um ou outro gênero em certas circunstâncias, ou seja, a determinação do gênero não se dá por via do sexo senão por via das relações: “The singular person, then, regarded as a derivative of multiple identities, may be transformed into the dividual composed of distinct male and female elements.”⁵⁴ Em outras palavras, os seres humanos têm fronteiras móveis na sua relação com outros seres humanos e com objetos, o que faz então, que gênero não seja uma categoria aplicável só a pessoas: “By ‘gender’ I mean those categorizations of persons, artifacts, events, sequences, and so on which draw upon sexual imagery -upon the ways in which the distinctiveness of male and female characteristics make concrete people’s ideas about the nature of social relationships.”⁵⁵

O que mais nos interessa destas questões, refere-se às implicações destas noções para a visão de concepção dos melanésios. No modelo de reprodução dos trobriandeses há uma continuidade entre reprodução social, concepção fisiológica e intercurso sexual. O par reprodutivo é conformado pela relação assexuada entre irmão-irmã, sendo que a implantação embrionária se dá pela intervenção de um espírito matrilinear. A relação sexualmente ativa se dá entre marido e mulher, sendo que a função do marido é fundamental. É corporal mas não genética, pois ele é responsável pela aparência externa e a nutrição da criança, função que cumpre através do coito durante a gravidez (o sêmen seria a substância nutritiva) e através do fornecimento de alimento após o parto. A exclusão do pai do processo de fecundação traz como consequência que o filho seja inscrito no contexto de outras relações. “Se havia diferença entre o papel da mãe e do pai, e entre os parentes da mãe e do pai, então isso tinha a ver com a diferenciação de direitos e reivindicações que as pessoas podiam fazer umas às outras.”⁵⁶

⁵² Op. cit., pág. 78

⁵³ STRATHERN, M. *The gender of the gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1988

⁵⁴ Op. cit., pág. 15

⁵⁵ Op. cit., pág. ix

⁵⁶ STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, Ano3, N.2/95, pág. 318

Correndo o risco de descontextualizar a discussão que a autora faz da questão reprodutiva, ao interior de uma economia da dádiva, em contraposição a uma economia da mercadoria, permitimo-nos citar aqui um trecho de interesse para nós:

Women do not replicate raw material, babies in the form of unfashioned natural resources, but produce entities which stand in a social relation to themselves. The western image of part of the mother's nature being evident in the infant as also a part of nature, a theory of contiguity, hardly applies. Instead, the Melanesian mother brings forth a being already in a social connection with her and thus different from her. [...] Melanesian women are not seen as the sole agents of childbirth. If mothers produce entities already in social relation with themselves, this is because of the prior conjugal and marital exchanges which embody the acts that other agents have also taken. Children are the outcome of the interactions of multiple others. This is what we would call a cultural construct.⁵⁷

Em última instância, poderíamos pensar que essa situação relacional onde é inscrito o embrião não é exclusiva dos melanésios. Mesmo que seja em um outro nível e com outra dinâmica há, no ocidente, o que se chamou anteriormente de “rede de relações” ao redor do embrião. Não obstante, o que muda radicalmente é o status que nós damos a cada um dos termos implicados no ato reprodutivo tendo, conseqüentemente, diferenciação na formulação de direitos e reivindicações. De outro modo, é a valoração que se fornece ao que parece ser o caráter “verdadeiro e natural dos fatos”, que continua primando sobre uma dimensão “relacional de cunho cultural”.

A fisiologia dos melanésios, dos antigos de séculos precedentes ao XVIII e a nossa mantêm as mesmas estruturas e as mesmas funções —as mulheres parem e os homens não— mas são interpretadas a partir de diferentes sistemas de pensamento. É necessário ter cuidado de não cair em uma visão etnocêntrica que coloque os antigos e os melanésios como ingênuos ou errados por não possuírem os conhecimentos científicos atuais. Como bem coloca Laqueur:

El hecho de que en un momento dado el discurso dominante interprete los cuerpos masculino y femenino de forma jerárquica, verticalmente, como versiones ordenadas de un sexo y que en otro momento lo haga como opuestos ordenados horizontalmente, sin posibilidad de medida, ha de depender de algo distinto a la gran constelación de descubrimientos reales o supuestos.⁵⁸

A entrada em cena das diferenças entre homens e mulheres, derivadas do conhecimento anômico e fisiológico, só se dá quando estas são politicamente importantes na sua relação com

⁵⁷ STRATHERN, M., 1988 - Op. cit., pág. 316, 317

⁵⁸ LAQUEUR, T., 1994 - Op. cit., pág. 31

outras transformações de ordem social, econômica, religiosa, epistemológica, etc. Assim, temos então que as diferenças biológicas e suas funções são conhecidas através de suas representações datadas historicamente e marcadas ideologicamente. A diferença biológica determina algumas funções mas não os papéis e valorações sociais que se lhe atribuem.

...el cambio más general en la interpretación de los cuerpos del hombre y la mujer no pueden deberse, ni siquiera en principio, al progreso científico. [...] Hay que aceptar que la diferencia y la semejanza, más o menos recóndita, está en todas partes; pero cuáles de ellas se tienen en cuenta y con qué objetivo es algo que se determina fuera de la investigación empírica.⁵⁹

Em suma, nas nossas idéias a maternidade parece ter-se constituído no determinante mais forte da “identidade” feminina, do que a paternidade para os homens. Derivado disto, a contracepção, concepção e o aborto aparecem basicamente como assuntos das mulheres que ficam sob sua responsabilidade:

... Enquanto a paternidade depende de ligações que têm de ser declaradas ou provadas, a relação entre mãe e filho apresenta-se como um fato natural de vida. [...] os pais podem na verdade abandonar os filhos desde o nascimento sem serem vistos como monstros desnaturados ou ameaças ao sistema social. [...] O homem que abandona os filhos nega as implicações reprodutivas da relação sexual que os gerou [...] É culturalmente concebível, portanto, o homem desejar uma relação, mas não o filho que dela resulta.⁶⁰

Outra interessante perspectiva sobre corpo, reprodução e gênero é introduzida por Conell⁶¹. Para este autor, as relações de gênero são uma forma através da qual as práticas sociais são organizadas e têm no cenário reprodutivo o ponto de referência, intervindo nas estruturas corporais. No entanto, o autor refere-se ao “cenário reprodutivo” e não a uma base biológica para distinguir e relevar o gênero como um processo histórico que envolve o corpo —as diferenças anátomo-fisiológicas— e não como um conjunto fixo de determinantes biológicas. Em outras palavras, o gênero seria uma prática social referida aos corpos e ao que eles fazem (performances), mas não reduzido ou decalcado dos mesmos. O nexos com o cenário reprodutivo é social.

Contudo, como já foi colocado anteriormente, diversas reações relativamente recentes têm sido manifestadas pelos homens. A proliferação, nos últimos anos, de estudos sobre paternidade e

⁵⁹ Op. cit., pág. 30, 31

⁶⁰ STRATHERN, M., 1995 - Op. cit., pág. 312

⁶¹ CONELL, R.W. *Masculinities: knowledge, power and social change*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1995

de sua participação na reprodução, não pode ser desconsiderada nesta discussão, sendo, por sua vez, sintomática de um descontentamento significativo. Ainda que não compartilhem os pressupostos, em alguns casos, essencialistas de algumas das correntes dos chamados *men's studies*, nos parece pertinente incluir a análise que é feita desde esta perspectiva às questões que nos ocupam aqui.

Os 'fatos' têm sido considerados, também neste olhar, como aspectos fundamentais que determinam as atribuições de gênero: "A concretude da maternidade advém de sua redução a um ato puramente biológico, marcado por transformações no corpo da mulher. [...] A ausência de transformações no corpo do homem origina definições vazias e fictícias."⁶² Este autor, refere que

Os homens não se vêem como parte do processo de gestação: a título de respeito à privacidade feminina, eles delegam à mulher a autoria solitária da gestação. Diante deste cenário, a paternidade é para um homem uma situação em que ele não sabe como agir e se situar internamente, a não ser como observador do que vai acontecendo com a mulher."⁶³

Por sua vez, considera fundamental um deslocamento da posição secundária dos homens no processo reprodutivo, para ter acesso à vivência consciente do que se passa com eles neste processo.

Laqueur⁶⁴, numa tentativa de conjunção entre sua perspectiva histórica e suas experiências pessoais, chama a atenção sobre a ausência da história da paternidade, apesar de que, paradoxalmente, a "história oficial" tenha sido escrita pelos homens. Em relação à questão dos direitos reprodutivos, indica a volta ao naturalismo, evidenciado nos argumentos que colocam a maternidade como um 'fato', ontologicamente diferente da paternidade categorizada como uma 'idéia'. Para este autor, os 'fatos' da paternidade e da maternidade são evidenciados enquanto a ciência progride, na medida em que faz emergir as leis, costumes, preceitos, sentimentos e emoções que fornecem um significado cultural aos fatos biológicos: "Los hechos [...] no son sino arenas movedizas para la construcción de la maternidad o la paternidad. Vienen y van y están ridículamente abiertos a la interpretación. Lo que está en discusión son las interpretaciones y no los hechos"⁶⁵.

⁶² NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pág. 155

⁶³ Op. cit., pág. 160

⁶⁴ LAQUEUR, T. Los hechos de la paternidad. *Debate Feminista*, Año 3, vol. 6, septiembre de 1992

⁶⁵ Op. cit., pág. 128, 129

Voltando para o aborto, especificamente, encontramos que na ampla literatura existente sobre reprodução e sobre masculinidade, pouco se encontra publicado a respeito da participação masculina neste processo. Mais recentemente estão aparecendo trabalhos onde esta perspectiva, tradicionalmente silenciada, começa a ser incluída em um debate mais amplo sobre direitos reprodutivos⁶⁶. No capítulo quarto discutiremos alguns dos nossos resultados com os de outras pesquisas publicadas sobre o tema recentemente. Por enquanto, podemos indicar que, ainda que com perspectivas diferentes, confluímos nos propósitos de apontar à necessidade de

...desmontar el mito de los procesos reproductivos como 'asuntos de mujeres', resignificar el aborto como parte de las consecuencias del ejercicio de la sexualidad y de los derechos reproductivos de las mujeres y enfatizar el papel de los varones como actores y corresponsables. [...] Resignificar las relaciones amorosas (en el plano de la actividad sexual y de la vida emocional) como relaciones paritarias entre hombres y mujeres, es una condición para que la interrupción voluntaria de um embarazo sea un espacio de responsabilidades compartidas.⁶⁷

Ao compararmos estudos recentes sobre aborto com outros mais antigos ou tradicionais, tendo como perspectiva de análise a participação masculina, observamos que há mudanças radicais. Enquanto que nas pesquisas mais recentes, os homens são tidos como foco importante de análise ou pelo menos são considerados como “sujeitos” atuantes e atingidos pelo assunto, nos estudos que antecederam esta nova tendência, o homem é colocado no lugar de uma “variável” a mais dentro do processo da mulher ou, no melhor dos casos, sua aparição é marginal dentro do mesmo. Um exemplo disto encontra-se na apropriação que faz Verardo do depoimento de um homem que, por seu rico conteúdo, vale a pena reproduzir:

...Fomos a uma clínica muito conhecida em São Paulo, que tinha recursos e podíamos ficar seguros. Foi uma das experiências mais angustiantes de minha vida. É engraçado como ninguém fala sobre a angústia do homem que tem que ficar na sala de espera durante horas sem saber o que está acontecendo lá dentro. Não sabe nem quem está atendendo sua companheira. Ou se ela está bem. Quando ela subiu, ainda meio tonta devido aos efeitos da anestesia geral, eu senti um alívio tão grande que espero nunca mais ter de passar por isso.⁶⁸

⁶⁶ Chama-nos a atenção a realização, especialmente no último ano, de seminários e pesquisas que discutem a participação masculina na reprodução, além de publicações como a da *Revista ELLE*, de outubro de 1998 acerca do que “sente um homem” quando se depara com uma situação de aborto.

⁶⁷ GUEVARA, E. “Amor y pareja en la responsabilidad de los hombres ante el aborto” In: *Avances en la investigación social en salud reproductiva y sexualidad*. Trabajos del tercer taller de investigaciones sociales en salud reproductiva y sexualidad. AEP/CEDES/CENEP. Buenos Aires, Agosto de 1998, pág. 179

⁶⁸ Depoimento tomado por VERARDO, M. *Aborto: um direito ou um crime?* São Paulo: Moderna, 1987. pág. 61

A respeito desta entrevista, a autora chama a atenção acerca da angústia da espera do parceiro causada pelo isolamento na que o coloca o aparato clandestino, evadindo na análise a reclamação central acerca do lugar marginal dos homens, que não se origina somente na clandestinidade. É evidente que o isolamento vai muito além do aparato clandestino. A definição de um campo de estudos, com seus objetos e fatores escolhidos para análise vai criando uma tradição a partir da qual se gera uma direcionalidade de dupla mão entre a pesquisa e a “verdade” pesquisada, em uma mútua determinação.

Tolbert, Morris e Romero, ao analisar as pesquisas sobre aborto promovidas pelo Population Council na América Latina, chamam a atenção sobre a importância do parceiro no processo de decisão do aborto. No entanto, as autoras observaram que mesmo assinalando-se sistematicamente tal relevância, estes dados foram ignorados ou subestimados na interpretação e discussão dos resultados. Esta ausência levou-as a refletir sobre as teorias e vies dos enfoques que orientam as pesquisas neste campo —focalizando o processo na mulher— instando-as, por sua vez, à elaboração de um modelo baseado em relações de gênero para pesquisar aborto, em que se dimensionara o papel masculino. Elas concluem que em um tal modelo “a medida que las parejas o las culturas transitan de relaciones de género tradicionales a ‘modernas’, el poder de una mujer para decidir la continuación o no de un embarazo no deseado aumenta, mientras disminuye el poder del hombre para requerir un aborto o que el embarazo de la mujer llegue a término.”⁶⁹

Consideramos que o modelo traz a importância da relativização e contextualização dos achados. Efetivamente, não podemos considerar que as dinâmicas nas relações de gênero sejam iguais nos diferentes contextos culturais e níveis sociais, o que efetivamente têm implicações na autonomia das mulheres, e na forma de participação dos homens no processo do aborto. Todavia, incomoda-nos a rigidez e limitação do mesmo, que evidencia suas falências: as autoras citam, entre outros, o caso de uma comunidade mestiça e indígena do México, onde predominam os “papéis tradicionais de gênero”, o autoritarismo dos esposos e das sogras. No entanto, as mulheres abortam sem o conhecimento de seus parceiros, mantendo — numa comunidade tida como “tradicional”— o poder de decisão sobre sua reprodução.

⁶⁹ TOLBERT, K.; MORRIS, K.; ROMERO, M. *Los hombres y el proceso de decisión respecto al aborto: hacia un modelo de relaciones de género y el aborto*. Trabalho apresentado no “Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe.” Universidad Externado de Colombia, Santafé de Bogotá, 1994, pág. 9

Por outro lado, a análise que fazem as autoras, mostra-nos o viés que perpassa as pesquisas: “si estamos influenciados por el argumento político feminista, podemos forzar la interpretación para que se enfoque en las instancias de mujeres que defienden los derechos reproductivos, ignorando otros factores que las mujeres están tratando de expresar.”⁷⁰

Em síntese, os argumentos apresentados até aqui vão na linha de mostrar que nem a maternidade, nem a paternidade são constituídos naturalmente; são, ao invés disto, atribuições decorrentes de um relacionamento no qual cada um dos sexos têm prerrogativas diferenciais baseadas no dimorfismo sexual, especificamente, na capacidade de engravidar. O paradoxo, introduzido por esta capacidade, refere-se a como ela é introduzida nos diferentes propósitos da discussão feminista: por um lado, ao considerar transformações que orientem a uma simetria entre os gêneros, o argumento predominante refere-se à construtividade do masculino e do feminino, a uma desessencialização dos termos, a um deslocamento da corporalidade. Por outro, quando a discussão dá-se em volta dos direitos reprodutivos, o argumento volta à centralidade do corpo, à capacidade de engravidar e, conseqüentemente, às conseqüências diferenciais que isto traz para homens e mulheres.

Em conseqüência deste último ponto, voltamos ao assunto de “identidade de gênero”, no que gostaríamos de citar a Butler, quem considera que: “... acts and gestures, articulated and enacted desires create the illusion of an interior and organizing gender core, an illusion discursively maintained for the purpose of the regulation of sexuality within the obligatory frame of reproductive heterosexuality.”⁷¹ Interpretamos esta idéia como a configuração de uma estrutura que na sua própria produção discursiva coloca uma estabilidade ou uma normalização da relação entre os gêneros em função de uma regulação da sexualidade dentro do domínio reprodutivo. O sexo e sua naturalização, para esta autora, devem ser historicizados uma vez que eles se constituem em pressupostos de análise, correspondendo, eles mesmos, a categorias de pensamentos socialmente marcados.

⁷⁰ Op. cit., pág. 20

⁷¹ BUTLER, J. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990, pág. 136

Butler pensa nas práticas subversivas que colocariam em evidência a falsa estabilização de gênero ou, dito de outro modo, a incongruência entre sexo, desejo e gênero. Para ela, a desorganização e desagregação no campo dos corpos, produz uma ruptura com a ficção reguladora da coerência heterossexual. Sob este postulado, poderíamos pensar e tentar desvendar as questões reguladoras que emergem ou são colocadas em evidência a partir de uma reprodução que sofre um deslocamento parcial ou total do corpo ou dos corpos genitores, ou da sua relação.

2.5 Discussões levantadas pelas novas tecnologias reprodutivas

O avanço nas transformações tecnológicas das sociedades contemporâneas, ganha um lugar protagônico dentro das discussões que têm a ver, entre outras, com a ética, a condição do sujeito e os direitos reprodutivos. Discussões recentes e não fictícias, como o descongelamento de embriões na Inglaterra e a determinação de quem tem o direito de abortar, no caso de uma mãe de aluguel, colocam em outra perspectiva o tema do aborto⁷² e evidenciam um sistema jurídico que ainda não assimila as questões levantadas pelas Novas Tecnologias Reprodutivas (NTR).

O propósito de incorporar aqui estas discussões é fazer contraponto ao que até aqui se discutiu: a “naturalidade” da reprodução. A reprodução assistida seria uma via através da qual se colocaria um distanciamento com a reprodução natural, ainda que ela tente se aproximar, na medida do possível, deste modelo. O interessante se dá na linha de que as representações, pelo menos na área reprodutiva, são derivadas de um modelo de concepção tido como ‘natural’, isto é, que envolve uma relação sexual entre homem e mulher, no qual a mulher tem o lugar determinante. Uma das consequências da medicalização da fecundação é que o corpo feminino deixa de ser o foco privilegiado da concepção. Este deslocamento do corpo da mulher no processo de gestação tem sido, precisamente, alvo das críticas feministas.

Para Turner, essas novas tecnologias têm provocado modificações nas questões morais que circundam o aborto, a maternidade e a paternidade, uma vez que colocam em questão o problema de quem é o dono do tecido do qual estão feitos os seres humanos. Para ele mesmo, “...con las

⁷² Por exemplo, se descongelar embriões é ou não um aborto; a permissão para abortar uns embriões com a finalidade de garantir a vida de outros, nos casos de gravidez múltipla resultante de inseminação artificial.

transformaciones tecnológicas y sociales las sociedades modernas se encuentran menos expuestas a, y son menos dependientes de la ‘naturaleza’. La naturaleza como criterio para los convenios sociales se hace cada vez mas irrelevante.”⁷³ Este autor considera que o que se conceitualiza como “reprodução natural” é cada vez mais incerto, sendo que a reprodução pode passar do domínio natural ao domínio cultural.

Novaes e Salem, revelam que nos casos de reprodução assistida, os “pretensos” direitos dos genitores (fornecedores de gametas) têm restrições significativas para usar e dispor de seus embriões. A reprodução, para estas autoras, seria, então, deslocada da esfera privada para o contexto do laboratório:

...Um casal que busca ajuda médica para procriar deve –até mesmo em situações ‘não problemáticas’– submeter-se às decisões políticas da clínica que oferece esses serviços. Os direitos dos genitores sobre seus embriões estão, nessa medida, automaticamente sujeitos a limitações [...] A exigência [para se submeter ao tratamento] é denotativa de que, diversamente do que ocorre em situações reprodutivas habituais, os parceiros devem ser como que autorizados por terceiros para se tornarem pais...⁷⁴

Strathern, analisa no que foi chamado de “Síndrome do Nascimento Virgem”, o valor e a determinação simbólica do intercurso sexual que na sociedade euro-americana é atribuída à reprodução. Segundo ela, “.... o gerador homem num tal pensamento euro-americano não apenas faz o filho, sozinho ou na teoria duogenética pela parceria com a mãe: também faz a mãe”⁷⁵ Tal colocação envolve vários paradoxos no que tem a ver com a moralidade relativa à sexualidade na nossa cultura. Um deles diz respeito à presença do parceiro: se por um lado uma gravidez pode ser rejeitada ao evidenciar um relacionamento sexual julgado como impróprio, por outro, coloca-se como exigência um relacionamento heterossexual –mesmo que o par masculino seja anônimo–, uma vez que não é concebível que uma mulher conceba sozinha.

Laqueur, identifica que o problema para as mulheres que desejam ter filho sem pai está em obter esperma livre de filiação. Segundo ele “...una gran parte del debate sobre la naturaleza de la semilla y de los cuerpos que la producen no concierne a los cuerpos en absoluto, sino al poder, la

⁷³ Turner, B. *El cuerpo y la sociedad. Exploraciones en teoría social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, pág. 54

⁷⁴ NOVAES, S.; SALEM, T. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, Ano 3, N.1/95, pág. 68

⁷⁵ STRATHERN, M., 1995 - Op. cit., pág. 324

legitimidad y las políticas de la paternidad.”⁷⁶ Este autor, considera que para avançar a discussão no campo reprodutivo é necessário abandonar as noções biológicas, uma vez que mãe e pai só adquirem significação com a cultura, da mesma forma que as coisas, as ações e a carne.

Stolcke⁷⁷, por sua vez, analisa as motivações que levam os casais a se submeterem às novas tecnologias para conseguirem filhos “sangue do seu sangue”. Releva o fato de que essas novas tecnologias não só afetam os seres envolvidos diretamente na situação. Isto é, identifica nas NTR um desafio à base convencional do casamento, da família, da filiação e, conseqüentemente, da ordem social; tanto que o juízo sobre as suas conseqüências, requer regulamentação do estado. No entanto, considera que a tendência é de regulamentar os efeitos das NTR nos termos das normas e instituições nas que o pai é o centro. Com isto, assinala como as tecnologias, na verdade, não desafiam os valores dominantes, uma vez que os avanços científicos obedecem aos contextos sócio-culturais no quais eles acontecem. Esta autora vê as NTR como instrumentos de controle ideológico, psicológico e físico da mulher, nas que esta se converte em objeto dos homens, —para atingir seus desejos de terem filhos deles mesmos— e, do interesse do estado de salvaguardar a instituição da paternidade.

Observamos que, mesmo no campo das tecnologias reprodutivas, a tensão entre os sexos perdura; no entanto, desta vez a discussão centra-se em quem sofre maiores perdas, ausências ou deslocamentos na reprodução de laboratório. Costa, ao realizar uma análise das reações na mídia brasileira sobre a clonagem, observa que

...a ausência da participação dos homens no processo reprodutivo desafia uma concepção naturalizadora das relações reprodutivas entre homens e mulheres, que são tomados como os participantes naturais e necessários do processo. Essa ausência parece desafiar o próprio valor da paternidade, por esta poder ser considerada dispensável.⁷⁸

Para esta autora, a clonagem exclui no seu processo componentes tidos como próprios da masculinidade, como são paternidade, sexualidade, descendência.

⁷⁶ LAQUEUR, T., 1992 - Op. cit., pág. 127

⁷⁷ STOLCKE, V. New reproductive technologies: the old quest for fatherhood. *Reproductive and genetic engineering*, Vol.1, No.1, p.p.5-19, 1988

⁷⁸ COSTA, R. *De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero*. Ensaio para o Exame de Qualificação - Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp. Campinas: Agosto de 1998, pág. 9

Se para Costa os homens viam-se deslocados da função paterna, concebida como fundamental na estruturação da masculinidade, Novaes e Salem⁷⁹ salientam como as tecnologias deslocaram o corpo da mulher, perdendo centralidade no ato reprodutivo e a precedência sobre seus embriões, antes atrelados a seu corpo, colocando-as, nessas circunstâncias, no mesmo patamar de seus parceiros, isto é, reduzindo sua participação à contribuição dos gametas.

Neste sentido, consideramos, da mesma maneira que assinala Stolcke,⁸⁰ que “... la definición convencional de la maternidad y la paternidad en términos biológicos no se sustenta.” Tal afirmação adquire uma importante dimensão ao observar que a reprodução continua sendo, até agora, e paradoxalmente, um determinante fundamental na formulação do conceito de gênero, neste contexto. Dimensão da qual quer se escapar, mas retorna continuamente colocando novas armadilhas, especialmente na discussão sobre direitos reprodutivos. Voltaremos a esta discussão no terceiro capítulo.

O interessante das discussões em torno das polêmicas sobre novas tecnologias reprodutivas é, precisamente, que estas colocam em evidência argumentos sobre “papéis de gênero” decalcados das disposições corporais-biológicas de cada um dos sexos, naturalizando tanto a maternidade quanto a paternidade. No entanto, identifica-se um vazio entre as discussões conceituais e a apreensão de uma realidade atual que coloca em xeque esquemas e concepções tradicionais, no que tem a ver, especialmente, com reprodução ao interior de formas conjugais que fogem do padrão heterossexual reprodutivo; construção que tem sido “naturalizada” e sob a qual tem sido definida tradicionalmente a maternidade e a paternidade, fundamentada ou baseada no dimorfismo sexual.

Algumas das autoras mencionadas —entre elas, Stolcke e Strathern— visualizam a restrição dessas tecnologias a casais estáveis, heterossexuais e idealmente casados. Apesar de que o modelo heterossexual reprodutivo tem se constituído no referente para pensar a reprodução assistida, é inegável que as NTR se antecipam ou criam possibilidades de reprodução para outras formas de arranjos conjugais que não eram antes possíveis. Diga-se a propósito, que constituem

⁷⁹ NOVAES, S.; SALEM, T. Op. cit.

⁸⁰ STOLCKE, V. “Derechos reproductivos” In: Azerêdo, S. e Stolcke, V. (Orgs.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo, FCC/DPE: 1991, pág. 85

também uma evidência da mobilidade das fronteiras entre natureza e cultura. Sobre isto, Latour e Haraway “resituam a ciência e a tecnologia na intersecção do natural e do social, indicando a impossibilidade de ver o humano ou a natureza sem que as duas se acrescentem e se misturem.”⁸¹

As novas tecnologias reprodutivas dispensam a noção de relacionamento, a necessidade que os seres humanos têm de outros, em uma tendência a obliterar a noção de interdependência no ato da reprodução⁸². Se considerarmos a importância que na nossa sociedade tem sido atribuída aos atos reprodutivos para estruturar as relações de gênero, assim como a determinação da dinâmica dos relacionamentos, teríamos então que a obliteração de interdependência do ato reprodutivo também orientaria à necessidade de redimensionar as relações de gênero no campo reprodutivo. Contudo, as mudanças e possibilidades abertas pelas tecnologias reprodutivas não são assimiláveis ao ritmo na qual se vem produzindo. Isto pode ser observado no campo jurídico no qual, na maioria dos países, não há jurisprudência nem ferramentas claras que permitam resolver a diversidade de casos que se apresentam. Na hora dos julgamentos para resolução destes conflitos, as legislações continuam operando mais sob modelos de reprodução heterossexual, dos que as tecnologias tentam se aproximar ao simular formas de “procriação natural”.

Talvez possamos nos arriscar a dizer que há, para toda esta discussão, um limite pairando sobre as legislações, as definições de políticas, as ações de grupos de mulheres, assim como nas representações de cidadãos e cidadãs. O ponto crítico seria dado em função da gravidez que, segundo Strathern⁸³, na nossa sociedade constitui o limite da diferença de gênero que resiste ao desconstrucionismo. Se isto for de esta maneira, poderíamos perguntar se na gravidez teríamos, então, uma especificidade de gênero? No entanto, interpretamos que este limite para a diferença de gênero operaria para nossa sociedade, em decorrência de outras concepções —entre as quais,

⁸¹ *Apud* ARRUDA, A. Op. cit., pág. 268

⁸² STRATHERN, M. Palestra sobre novas tecnologias reprodutivas. IFCH/Unicamp, Campinas, 16 de setembro de 1998

⁸³ *Ibidem*.

nossas idéias sobre concepção/gestação— que atribuem aspectos bem diferenciados e assimétricos para os dois sexos. Entre os melanésios, por exemplo, o limite estaria dado pela impossibilidade da mulher falar em público, quer dizer, pela sua marginalização da esfera pública⁸⁴.

⁸⁴ Usamos com ressalva o conceito de público e privado, uma vez que, segundo Strathern não é adequado para o contexto da Melanésia, propondo em seu lugar a noção de coletivo/particular. Leacock, segundo Moore também rejeita a distinção de doméstico/público como marco válido para a análise das relações de gênero em todas as culturas. MOORE, H. *Antropologia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996, pág. 46

CAPÍTULO III

ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO

A reprodução tem sido tema fundamental da relação entre os sexos. O corpo, ou melhor, a capacidade reprodutiva das mulheres foi, inicialmente, o núcleo para definir uma “identidade” transcultural, colocada no cerne das epistemologias que subjaziam às teorizações e mobilizações políticas as quais procuravam transformar a condição dita subordinada das mulheres, especialmente nos anos 70.

Neste capítulo faremos um levantamento parcial das conceitualizações sobre a relação entre os sexos e, posteriormente entre os gêneros, que nos permita seguir o percurso de algumas discussões —especialmente antropológicas— e identificar as principais argumentações em torno dos problemas implicados na noção de identidade pensada a partir da diferença sexual. Interessamo-nos relevar os desenvolvimentos teóricos mais recentes, ditos pós-modernos que, através da desconstrução das ‘essências’, abriram caminhos mais prolíferos no plano epistemológico do que no político e, até assinalaram a diferença e independência entre uma produção acadêmica radical e uma política radical às vezes conservadora.

Nesta abordagem pós-moderna, surge um sujeito múltiplo, complexo, discursivo em oposição a um pré-discursivo, coerente e dividido. Surgem gêneros produzidos por diferentes tecnologias sociais no interior das quais conceitos como identidade, diferença, sujeito e poder foram reformulados e, por sua vez, tornaram-se importantes para evidenciar a inconveniência de reificações de sexo, mesmo no contexto político. Tais reificações foram deslocadas por um arcabouço que coloca os dois sexos dentro de um mesmo sistema, no qual há flexibilidade e fluidez entre masculino e feminino, desta vez, não necessariamente corporificados ou essencializados em homens e mulheres. Porém, as análises continuam centrando-se na condição das mulheres e, além disto, sentimos que ainda falta desvendar e explorar os limites que a reprodução coloca ao desconstrucionismo.

3.1 Um breve histórico

A inquietação ao redor da compreensão da posição, dita subordinada, das mulheres nas sociedades, tem sido assunto de interesse para os diferentes campos do conhecimento, tendo nas suas origens questionamentos advindos principalmente dos movimentos feministas. Seguindo o percurso histórico desses trabalhos, observam-se diversas mudanças nas abordagens, especialmente no que diz respeito às estruturas epistemológicas subjacentes. No entanto, um dos aspectos mais debatidos, inicialmente, nessa procura de compreensão tem sido a capacidade corporal das mulheres para engravidar, gestar, parir e amamentar.

A ocorrência da gestação no corpo da mulher parece ter ocupado uma importância fundamental dentro das correntes explicativas e/ou políticas acerca da relação entre os gêneros, assim como na definição do “feminino”. Tal capacidade tem sido submetida às mais variadas e contraditórias interpretações e valorações: desde posições que atribuem à maternidade possibilidades libertadoras, até aquelas que visualizam nesta uma causa fundamental de opressão e alienação¹.

Nos estudos antropológicos dos anos 60 e 70 sobre a condição subordinada da mulher, as diferenças biológicas ocuparam um lugar de grande relevância. Em trabalhos clássicos desta época, como o de Ortner², considerava-se universal o lugar secundário da mulher, “um fato pan-cultural”, explicado por via da proximidade da mulher à natureza, em oposição ao lugar dos homens, identificados com a cultura. Tais posições definidas culturalmente para os sexos, fundamentavam-se no corpo e nas suas funções procriativas. Para esta autora, da disposição corporal da mulher para a procriação, derivaram-se papéis sociais tradicionalmente femininos que, por sua vez, se incorporaram em uma estrutura psíquica diferente.

Os postulados de Ortner condensam aspectos analíticos fundamentais para essa época que posteriormente foram contestados. Mesmo em uma tentativa de evidenciar a construção cultural do

¹ GORDON, L. “Why nineteenth-century feminist did not support ‘birth control’ and twentieth-century feminist do: feminist, reproduction and the family” In: Thorne, B.; Yalom, M. (Ed.) *Rethinking the family: some feminist question*. Boston: Northeast University Press, 1992

² ORTNER, S. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?” In: Rosaldo, M.; Lamphere, L. (Coord.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

“status masculino e feminino”, a autora continuou presa a um sistema de pensamento que levava à procura de explicações universalizantes sustentadas na biologia. Sobre isto, Rosaldo escrevera alguns anos depois: “...o nosso problema mais sério se coloca [na] própria tendência de colocar questões primordialmente em termos universalizantes e de procurar por origens e verdades universais.”³

As críticas posteriores a este tipo de análise foram dirigidas, principalmente, ao marco epistemológico subjacente a tais teorias: o uso universalizante de dicotomias como natureza/cultura, corpo/mente, condição humana/animal, público/privado, e a concepção de um sujeito prediscursivo a ser representado na, ou pela lei.

A formulação do sistema de sexo/gênero de Rubin, constituiu uma das mais influentes referências na época de sua publicação (1975). O sistema, definido como um “...conjunto de disposiciones por el que una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, y en el cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas.”⁴; procurava dar uma explicação para a gênese da desigualdade social, através de uma leitura de Lévi-Strauss e Freud. Em tal sistema, a família, concebida como um dos mecanismos de regulação, seria uma forma residual de troca de mulheres e de heterossexualidade obrigatória, supondo a transformação de machos e fêmeas em homens e mulheres, em gêneros hierarquizados. Nesta formulação, os sistemas que organizam e regularizam a sexualidade fundamentam-se em três princípios: heterossexualidade, tabu do incesto e constrangimento da sexualidade feminina.

Várias críticas foram feitas aos postulados de Rubin⁵. Mencionamos aqui algumas delas, cuja formulação vai delineando aspectos chaves das produções posteriores. As críticas dizem acerca da utilização do mesmo arcabouço conceitual dos autores que Rubin questionou, da formulação de postulados universais, do uso de dualismos como sexo/gênero, natureza/cultura e da ênfase nas diferenças biológicas sob as quais institui uma separação categórica e radical entre os

³ ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes antropológicos*, Ano1, No.1, 1995, pág. 34

⁴ RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la ‘economía política’ del sexo. *Nueva Antropología*, Vol. VIII, No.30, México, 1986, pág. 97

⁵ Ver: PISCITELLI, A. *Nas fronteiras do natural: perspectivas feministas, gênero e parentesco* Trabalho apresentado no “Grupo de trabalho Relações de Gênero do XX Encontro ANPOCS”, Caxambú, 1996

sexos. Para uma crítica acerca da distinção entre sexos e da noção de sujeito que ela implica, podemos retomar a Butler:

Rubin's essays remain committed to a distinction between sex and gender which assumes the discrete and prior ontological reality of 'sex' which is done over in the name of the law, that is, transformed subsequently into 'gender'. This narrative of gender acquisition requires a certain temporal ordering of events which assumes that the narrator is in some position to 'know' both what is before after the law.⁶

A produção teórica em uma fase posterior⁷ centrou a atenção nos processos sociais que atualizavam a assimetria dos sexos em contextos particulares, sendo que a procura de explicações universais para uma dominação masculina generalizada perdeu vigor. Reconheceu-se que a procura de explicações universais acerca das diferenças de gênero, baseadas em uma condição de sexo, constituíram fatores de relevância para sustentar uma luta política que visava mudar a condição de alienação da mulher em uma estrutura social hierárquica, mas traziam problemas de cunho epistemológico. Os instrumentos analíticos mais freqüentemente usados e, especialmente aqueles baseados em dicotomias, foram submetidos a fortes críticas.

MacCormack⁸ destacou que a dicotomia natureza/cultura corresponde a uma concepção cultural particular e que, portanto, tal oposição não é uma característica universal. Colocou em evidência que os modelos de natureza, cultura e gênero são concebidos de maneira particular nas diferentes sociedades, como também chamou a atenção ao caráter polissêmico das associações metafóricas. Em consequência, os modelos não deveriam ser usados analiticamente sem referência ao contexto que lhes fornece significado ou, de outro modo, as interpretações do pensamento cultural não podem se basear em conceitos que não correspondem ao contexto particular.

Como foi dito, a dominação masculina deixou de ocupar um lugar central. A análise da posição de homens e mulheres na estrutura social ganhou outra perspectiva, a que os dois são inseridos no mesmo sistema e postos em relação um com outro. MacCormack escreveu: "Most

⁶ BUTLER, J. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990, pág. 74

⁷ Para uma revisão e análise dos trabalhos da antropologia feminista dos anos 70 e 80 ver: LASMAR, C. *Antropologia feminista e etnologia amazônica. A questão do gênero nas décadas de 70 e 80*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996

⁸ MACCORMACK, C. "Nature, culture and gender: a critique" In: MacCormack C.; Strathern, M. (Ed.) *Nature, culture and gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980

societies have division of labour based upon gender categories which might be seen as a metaphor for procreative sex. [...] Logically, both male and female participate in the same cognitive model, each playing by the same set of rules, each dependent upon the other.”⁹

Contrapondo-se ao argumento de Ortner, relativo à proximidade das mulheres à natureza em função de sua fisiologia e das funções procriativas derivadas, e à sua posição de dominação, MacCormack assinalou que não é em todas as sociedades que a fertilidade feminina é definida como “natural” ou que as mulheres se encontram em posições subordinadas. A esse respeito escreveu: “In field work I have talked with women chiefs, women heads of descent groups, heads of women’s secret societies, and women household heads who would not agree with the sweeping thesis as it stands. *The would say that women are inferior to men in some ways and men are inferior to women in some ways.*”¹⁰ Neste trecho podemos identificar aspectos fundamentais para as posteriores formulações do conceito de gênero, relativos ao deslocamento do sexo e à mobilidade desta categoria.

No texto da autora, e nos restantes que fizeram parte dessa coletânea, pôde-se identificar uma tentativa mais consolidada de desconstrução do modelo teórico predominante. A desnaturalização do gênero foi possível colocando em evidência a inexistência de uma estrutura universal inconsciente que opõe natureza/cultura, e a necessidade de relativizar o conceito de dominação, abrindo, desta maneira, espaço para a historização de tais postulados: “... the link between nature and women is not a ‘given’. Gender and its attributes are not pure biology. The meanings attributed to male and female are as arbitrary as are the meanings to nature and culture.”¹¹ Uma outra questão está relacionada com a necessidade de colocar homens e mulheres no mesmo sistema de análise. Para esta autora, se homens e mulheres são de uma mesma espécie e constituem a sociedade humana, então as análises das características de gênero devem ter a mesma referência.

⁹ MacCORMACK C., Op. cit., pág. 15

¹⁰ Op. cit., pág. 17. O sublinhado é nosso

¹¹ Op. cit., pág. 18

Strathern¹², a partir do trabalho etnográfico, também colocou em evidência a inaplicabilidade dos conceitos ocidentais entre os Hagen, uma vez que há entre eles outras formas de estruturação e concepção das relações entre homens/mulheres e natureza/cultura. Adicionalmente, as análises realizadas por esta autora questionaram pressupostos da antropologia e do feminismo: críticas à universalização de dualismos e à aplicação descontextualizada de supostos ocidentais em outras culturas, entre outros. Também a análise dialógica entre a sociedade Hagen e a ocidental, permitiu rever a estrutura conceitual dos próprios postulados ocidentais: em nossos estereótipos sobre homens e mulheres incorpora-se a dicotomia sujeito/objeto que, por sua vez, deriva-se da noção de propriedade e de economia da mercadoria. Um dos aspectos desenvolvidos posteriormente por esta autora, refere-se, justamente, à necessidade da contextualização dos sistemas simbólicos.¹³

Em síntese, temos que os trabalhos desta época levaram a considerar que os estudos de gênero derivaram-se da nossa interpretação da reprodução. Piscitelli, fazendo referência a Yanagisako e Collier, sintetiza esta fase nos seguintes termos:

Diversas autoras pasaron a trabajar con estas preocupaciones en el ámbito de la antropología, discutiendo dicotomías analíticas en el estudio del género (particularmente naturaleza/cultura, nociones a las que se trató de dotar de historicidad); cuestionando la validez de las 'diferencias biológicas' como base universal para las categorías 'macho' y 'hembra'; debatiendo las perspectivas que consideran que las diferencias de género tienen una raíz fija e insistiendo en que el género, así como el parentesco, fueron definidos como campos de estudio por nuestra concepción nativa de la misma cosa: los hechos biológicos de la reproducción.¹⁴

Complementando tal idéia, temos que estas autoras assumiram o intercuro sexual, a gravidez e o parto como fatos culturais, frente aos quais a estratégia seria a de pesquisar os processos sociais e simbólicos através dos quais os mesmos adquirem conseqüências e significados.¹⁵

¹² STRATHERN, M. "No nature, no culture: the Hagen case" In: MacCormack C.; Strathern, M. (eds.) *Nature, culture and gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980

¹³ STRATHERN, M. *The gender of the gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1988

¹⁴ PISCITELLI, A.. "Ambigüedades y desacuerdos: los conceptos de sexo y género en la antropología feminista" In: *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano 16*. Secretaría de Cultura de la Presidencia de la Nación, Buenos Aires, 1995, pág. 163

¹⁵ LASMAR, C., Antropologia feminista e etnologia amazônica. A questão do gênero nas décadas de 70 e 80. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museo Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996

Gostaríamos de fazer, nesta parte, um intervalo para apresentar uma pesquisa realizada por Ponce¹⁶ nos anos 90, sobre concepção, exercício e explicitação da sexualidade entre mulheres camponesas do México. Ainda que fazendo um corte na nossa rápida revisão acerca das mudanças conceituais nos estudos sobre mulher e posteriormente sobre gênero, pareceu-nos pertinente trazer as reflexões desta autora, que têm como base a etnografia de um grupo culturalmente mais próximo ao nosso. Por outro lado, tal referência obedece, também, à exemplificação da aplicabilidade das críticas colocadas aos conceitos tradicionais que caracterizaram, e ainda caracterizam, algumas pesquisas sobre gênero dentro de sociedades ocidentais, tidas como predominantemente machistas.

Ponce encontrou que a comunidade pesquisada por ela “...põe em questão a universalidade do modelo das relações de gênero hierarquizadas, no qual as mulheres são necessariamente subordinadas.”¹⁷ Mesmo sendo a maternidade o eixo sob o qual as mulheres desta comunidade organizam suas vidas, esta não é interpretada como uma forma de subordinação, senão, como uma atribuição que lhes permite resolver contradições entre normas e práticas sexuais, uma vez que a sexualidade não é reduzida à reprodução da espécie.

Esta autora faz uma interessante análise na que a maternidade não é tomada isoladamente, senão concebida no contexto do exercício da sexualidade, na qual a fidelidade e a virgindade não são valores importantes, o que possibilita um desejo fluido nestas mulheres sem que este seja necessariamente associado a casamento ou maternidade. A procura de soluções para o sustento familiar, coloca-as em uma situação de sujeito ativo fazendo com que qualquer transgressão seja justificada pela necessidade de proteger e cuidar dos filhos. Entretanto, o corpo do homem pode ser visto de uma forma utilitária uma vez que se constitui em fonte de recursos e prazer, sendo substituível quando não responde às expectativas das mulheres. O lugar dos homens não é invejado; eles são, por sua vez, desejados em termos sexuais como complementares, como um outro diferente das mulheres.

¹⁶ PONCE, M. Trabalho, poder e sexualidade: histórias e valores femininos. *Cadernos Pagu*, N.5, 1995

¹⁷ Op. cit., pág. 206

Encontramos em Ponce formulações muito similares às de MacCormack, anteriormente referidas sobre a inconveniência de generalizar uma suposta dominação das mulheres:

...a subordinação não é uma condição permanente e estática. Trata-se de uma posição que as mulheres ocupam, em contextos históricos concretos, em determinados momentos de seu ciclo de vida e em diversos níveis das relações sociais que estabelecem. [...] as mulheres como outros sujeitos sociais, percorrem caminhos de subordinação, de igualdade e também de autoridade. [...] a subordinação, longe de ser a posição única e constante que as mulheres ocupam, é apenas uma, entre muitas outras. As estratégias femininas para resistir e superar condições opressivas –não necessariamente conscientes–, as formas utilizadas para exercer influência ou poder e a manipulação de tais condições desenvolvem-se de maneira individual e coletiva, formando parte das identidades das mulheres.¹⁸

Desta maneira também se questiona o modelo de análise tradicional sobre a família mexicana, caracterizado pela afirmação de um modelo patriarcal que tem como suposto fundamental, além da fidelidade feminina, uma sexualidade inibida e orientada à procriação. Para a autora, no modelo patriarcal, a procriação é visualizada como finalidade única na vida das mulheres, sendo que tais “papéis de gênero”, pensados como propriamente femininos, são produto da biologia.

Temos então, que os trabalhos que assinalaram o determinismo biológico em contraposição a uma visão construcionista e da biopolítica das diferenças do sexo/gênero, aconteceram ao interior de “...campos discursivos preestructurados por el paradigma de la identidad del género cristalizado en los cincuenta y sesenta. El paradigma de la identidad del género era una versión funcionalista y una versión esencializante de la frase de Simone de Beauvoir “una no nace mujer.”¹⁹

Vale a pena mencionar o comentário de Lasmar²⁰ quem identifica, nesse processo histórico de produção no campo da antropologia da mulher, como a “questão feminista” foi, gradativamente, deixando de ser o foco de justificação ideológica para as pesquisas. Este é um aspecto de grande relevância, uma vez que, como já foi colocado anteriormente, a afirmação de uma “identidade

¹⁸ Op. cit., pág. 208

¹⁹ HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza*. España: Ediciones Cátedra S.A., 1995, pág. 225

²⁰ LASMAR, C. Op. cit.

feminina” surgiu como estratégia política, mas o deslocamento deste suposto para o plano analítico comportou problemas estruturais assinalados por autoras desde outras perspectivas do conhecimento que enunciaremos na continuação.

3.2 Os problemas das identidades

Os aspectos analíticos da dinâmica entre os sexos tornaram-se mais complexos, ao considerar a fragilidade da estrutura conceitual das diferenças sexuais e dos papéis sexuais correspondentes. O conceito de gênero foi adotado como categoria de análise, transcendendo o conceito de papéis sexuais, tido como redutor uma vez que não dava conta das complexas redes de poder.

O movimento feminista foi talvez um dos pioneiros, ou pelo menos de maior força na mobilização de grupos marginalizados. A mobilização nesse caso, deu-se a partir da formulação e reforçamento de uma *identidade feminina*, “...acentuando tudo o que havia de comum entre mulheres [mas], percebeu-se em seguida que **a mulher** era uma identidade tão ilusória como qualquer outra.”²¹

Para Butler²² a afirmação política das bases universais do feminismo, freqüentemente apela à noção de formas singulares de opressão em uma estrutura patriarcal ou de dominação masculina universal hegemônica. Gênero como identidade servia como princípio unificador, mantendo uma unidade sobre, e contra, o sexo oposto. No entanto, a noção de patriarcado universal tem sido amplamente criticada nos últimos anos, entre outras, desde uma perspectiva foucaultiana, que concebe o poder como um regime de produção de uma economia difusa da sexualidade, em oposição à idéia de posse e centralidade do mesmo. Sobre esta noção voltaremos mais adiante.

Discutir gênero trouxe a necessidade de entrar na discussão de outros conceitos que lhe são inerentes ou que lhe antecedem. Talvez seja possível dizer que as diferentes concepções de gênero, encontram-se estreitamente determinadas pela concepção de sujeito que as subjazem. Esta tem sido uma importante via para algumas autoras questionarem o conceito de identidade de gênero se baseando na diferença sexual.

²¹ CORRÊA, M. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. *Cadernos Pagu* (5), 1995, pág. 120

²² BUTLER, J., 1990 - Op. cit.

Para Lauretis, o conceito de gênero como diferença sexual, característico dos debates dos anos 60 e 70, é visto como limitante e deficiente, entre outros, porque

...Ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo [...] o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher [...] A partir desta perspectiva, não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam ou diferentes personificações de alguma essência arquetípica de mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva.²³

As diferenças entre mulheres não podem ser pensadas como diferenças sexuais; além disto, as diferenças, mesmo entre homens e mulheres, não podem ser reificadas em função do sexo.

No seu lugar, Lauretis pensa o sujeito “gendrado”, não só pela diferença sexual, senão através de códigos lingüísticos e representações culturais das relações de sexo, raça e classe. Para dar conta de “um sujeito [...] múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido”²⁴, o conceito analítico de gênero não pode estar preso à diferença sexual, a “imbricação de gênero e diferença(s) sexual(ais) precisa ser desfeita e desconstruída”. A autora propõe pensar gênero desde uma perspectiva foucaultiana, não como algo pre-existente, nem como propriedade dos corpos e sim como representações e auto-representações produzidas pelas diferentes tecnologias sociais.

O conceito de gênero trouxe também, com as correntes pos-estruturalistas e pós-modernas, a desconstrução das polaridades. Constituiu-se em um desnaturalizador, ao ser entendido não como uma propriedade dos corpos nem como algo que existe com anterioridade ao sujeito, distinguindo-se, por tanto, do sexo. Em uma perspectiva similar à colocada por Lauretis, Butler considera que:

Gender ought not to be conceived merely as the cultural inscription of meaning on a pregiven sex (a juridical conception); gender must also designate the very apparatus of production whereby the sexes themselves are established. As a result, gender is not to culture as sex is to nature; gender is also the discursive/cultural means by which ‘sexed nature’ or ‘a natural sex’ is produced and established as ‘prediscursive’, prior to culture, a politically neutral surface *on which* culture acts. [...] This production of sex as the prediscursive ought to be understood as the effect of the apparatus of cultural construction designated by *gender*.²⁵

²³ LAURETIS, T. “A tecnologia do gênero” In: Buarque de Holanda, H. (Org.) *Tendência e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pág. 207

²⁴ Op. cit., pág. 208

²⁵ BUTLER, J., 1990 - Op. cit., pág. 7

Como estratégia para desnaturalizar e resignificar categorias corporais, Butler propõe práticas baseadas na teoria performativa de atos de gênero que rompem com a coerência e continuidade de categorias como sexo, gênero, desejo e prática sexual, ocasionando, por sua vez, a subversão, resignificação e proliferação de práticas que vão além da estrutura binária. Em contraposição, a noção de identidade supõe e é afirmada pela estabilidade e permanência dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, assim como pela sua coerência na expressão do desejo através da prática sexual ao interior do que ela chama matriz heterossexual reprodutiva. Essa heterossexualização do desejo produz e institui a oposição assimétrica entre feminino e masculino, estes entendidos como atributos de homens e mulheres.

Gênero é, para esta autora, performático, constituinte de identidade. No entanto, a identidade é constituída performativamente pelas várias expressões que dizem ser seu resultado. Assim, o gênero é sempre atuado (*doing*), mas não por um sujeito pre-existente, o que coloca no sujeito a possibilidade de “agenciamento” que, através dos atos performativos, tem um potencial iniciador de transformação das relações de dominação²⁶, ou, diremos nós, de uma ordem assimétrica dos dois gêneros.

Uma questão que resulta importante para nossos propósitos, levantada por esta autora, refere-se à importância das “identidades de gênero falidas”, que escapam às normas de inteligibilidade. Em outras palavras, a proliferação de situações limítrofes ou desviantes constituem uma oportunidade para expor os limites e colocar em evidência os termos reguladores de uma inteligibilidade dominante, assim como abrir a possibilidade de compreensão por vias que se constituem em “desordenes” de uma ordem estabelecida de gênero: “Only from a self-consciously denaturalized position can we see how the appearance of naturalness is itself constituted. [...] the strange, the incoherent, that which falls ‘out-side,’ gives us a way of understanding the taken-for-granted world of sexual categorization as a constructed one, indeed, as one that might well be constructed differently.”²⁷ Enquanto Butler pensa nestes termos para analisar a heterossexualidade

²⁶ Diga-se de passagem que a dominação não é exercida pelos homens, senão pela configuração dos termos que compõem, supõem e criam a matriz heterossexual reprodutiva. Tal noção é diferente do conceito de dominação masculina de Bourdieu, quem a pesar de conceber a dominação como uma forma de violência simbólica, esta é derivada da construção social da diferença anatômica e, por tanto, exercida “com uma relativa invariança” por sujeitos masculinos/homens. Ver: BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, 20(2): 133-184, jul./dez. 1995 e “Novas reflexões sobre a dominação masculina” In: Lopes, M.J. (org.) *Gênero e Saúde*. Artes Médicas, 1996

²⁷ BUTLER, J., 1990 - Op. cit., pág. 110

do desejo, nós tentaremos, se possível, pensar na reprodução e na estruturação feminina deste campo.

Por outra parte, um dos resultados da desconstrução diz respeito da necessidade de considerar os processos e as condições nas que se estabeleceram os termos da polaridade. Para Butler, algumas tentativas para desnaturalizar gênero não superaram a presunção de um mimetismo entre gênero e sexo, onde sexo era tido como uma categoria 'natural', pre-discursiva e não problemática. Não obstante, historicizar o sexo é condição do modelo, uma vez que ele mesmo é uma construção. Seguindo a tese foucaultiana, Butler considera que a categoria sexo, prévia a qualquer categorização de diferença sexual, é ela mesma construída através de modelos específicos históricos de sexualidade:

...the maternal body would no longer be understood as the hidden ground of all signification, the tacit cause of all culture. It would be understood, rather, as an effect or consequence of system of sexuality in which the female body is required to assume maternity as the essence of its self and the law of its desire. [...] The culturally constructed body will then be liberated, neither to its 'natural' past, nor to its original pleasures, but to an open future of cultural possibilities.²⁸

Butler, interpreta que a crítica de Foucault ao feminismo, vai no sentido de tomar a categoria sexo, a restrição binária do gênero, como ponto de partida, quando o importante, para ele, seria indagar como a categoria sexo e diferença sexual são construídas dentro de um discurso que implica, necessariamente, características de identidade corporal:

Any theory of the culturally constructed body, however, ought to question 'the body' as a construct of suspect generality when it is figured as passive an prior to discourse [...] As 'a volume in perpetual desintegration' the body is always under siege, suffering destruction by the very terms of history. And history is the creation of values and meanings by a signifying practice that requires the subjection of the body.²⁹

Atos, gestos e desejos produzem o efeito de uma substância (*internal core or substance*), contudo, produzida na superfície do corpo, mediante um jogo de ausências significantes que sugerem, mas não revelam, o princípio organizador de identidade como causa. Esses gestos, atos, representações são performances: manufaturadas e mantidas através dos signos corporais e de outros significados discursivos. Se o corpo gendrado é performativo, então não tem um estatuto

²⁸ Op. cit., pág. 92, 93

²⁹ Op. cit., pág. 129, 130

ontológico à parte dos vários atos que o constituem. Para Butler, as performances de gênero criam uma ilusão de uma ‘essência’ de gênero, uma ilusão discursiva ao serviço dos dispositivos de regulação da sexualidade ao interior de uma estrutura de heterossexualidade reprodutiva. Gênero seria uma fantasia instituída e inscrita na superfície do corpo.

Entre as múltiplas definições parciais que esta autora faz de gênero, consideramos pertinente trazer aquela que se refere aos mecanismos através dos quais este aparece sob uma forma naturalizada e necessária: “Gênero é uma construção que encobre sua gênese, um acordo coletivo tácito de performance, que produz e mantém gêneros discretos e polares como ficções culturais obscurecidas pela credibilidade dessas produções [...] A construção impele a acreditar na sua necessidade e naturalidade.”³⁰ Ao conceber gênero desta maneira, isto é, tanto na sua gênese como na sua definição, estaríamos, talvez, saindo do dispositivo que, no dizer de Foucault, produz e sustenta, através do saber, as relações de força.

Os questionamentos relativos à categoria de identidade de gênero, não foram feitos somente desde o plano conceitual. Também, desde o plano político se fizeram críticas à pretensa representatividade dos movimentos feministas, que supunham a idéia de um sujeito total sobre a base do sexo, desconsiderando outros sistemas de relações e subjetividades. A partir dos anos 80, o movimento de mulheres negras, nos Estados Unidos, denunciou um feminismo, especialmente norte-americano e europeu, como etnocêntrico e de tendências imperialistas, uma vez que estava conformado por mulheres brancas, de classe média, do “primeiro mundo”, e heterossexuais; excluindo mulheres negras, do terceiro mundo, lésbicas, dentre outras.³¹

Arruda, seguindo os postulados de Collin e Di Leo, indica a necessidade de uma re-fundamentação epistemológica como condição para a elaboração e significação de novas categorias, uma vez que, “...para poder reconhecer as diferenças, é preciso sair da redoma de pensar-se apenas enquanto mulher, já que ninguém é só gênero.”³² Temos, então, que gênero não se constitui como uma categoria coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, uma vez

³⁰ Op. cit., pág. 140. Tradução livre

³¹ Ver LAURETIS, T. Op. cit.. HARAWAY, D. Op. cit.. FRIEDMAN, S. Beyond white and other: relationality and narratives of race in feminist discourse. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol.21, No.3, Autumn 1995, pág. 1-49

³² ARRUDA, A. A diferença não é mais aquela. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97, pág.271

que ele se intersecta com raça, classe, etnia e outras subjetividades discursivas. Na concepção de Butler, gênero é uma complexidade na qual a totalidade é permanentemente adiada, nunca plena.

Levando tais postulados para a questão reprodutiva, temos, por exemplo, que a categoria raça demarca interesses e problemáticas diferenciais que definem campos de atuação não homogêneos. A respeito, Haraway³³ comenta que para as mulheres brancas norte-americanas, as reivindicações no campo dos direitos reprodutivos têm sido em função do que acontece com a concepção, gravidez, aborto e parto; e a luta pela livre escolha, como condição necessária para a definição das mulheres como sujeitos de direitos. Porém, para as mulheres negras, o problema colocava-se mais fundo: na ausência de liberdade reprodutiva, assim como na posição delas, de seus filhos e companheiros/as como de sujeitos de direitos.

Deste modo, consideramos pertinente citar a provocadora incitação de Lauretis, uma vez que consegue condensar muitos dos aspectos já discutidos:

... um quadro de referência feminista que sirva para tudo não existe. Ele tampouco deveria, jamais, ser um pacote pronto para usar. Nós precisamos continuar construindo esse quadro, um quadro absolutamente flexível e reajustável, a partir da própria experiência das mulheres com relação à diferença, a partir de nossa diferença entre as mulheres; diferenças que [...] são percebidas como tendo a ver tanto (ou mais) com a raça, a classe ou a etnia quanto com o gênero ou a sexualidade *per se*³⁴

O reconhecimento de variações culturais e históricas na construção das diferentes subjetividades implica que tanto a teoria quanto a prática feminista não podem se basear somente em um sistema de diferença sexual e em um antagonismo entre categorias de homem e mulher, porque não são categorias com uma coerência interna que forneça unidade aos gêneros. Voltamos pois, para a questão que iniciou a discussão deste capítulo, colocada em palavras de Haraway: “La tarea consiste en ‘descalificar’ las categorías analíticas, como sexo y naturaleza, que conducen a la univocidad.”³⁵

³³ HARAWAY, D. Op. cit.

³⁴ LAURETIS, T. *Apud* Louro, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pág. 46

³⁵ HARAWAY, D. Op. cit., pág. 12

Ao se deslocar o gênero do sexo, e ao questionar este último como dado natural, as autoras mais contemporâneas mencionadas aqui, nos colocam no terreno das práticas discursivas, da geração de efeitos sobre os corpos, comportamentos e relações sociais, contextualizados social e historicamente, aquilo que Friedman nomeia de *“cultural narratives of relational positionality”*³⁶. Isto, em consequência do deslocamento de uma concepção universal de pessoa como ponto de partida para uma concepção histórica e antropológica, que compreende o gênero como uma relação entre sujeitos constituídos socialmente. Gênero como ponto de convergência de relações culturais e históricas, em oposição a gênero como substância do Ser.³⁷

Apesar das sedutoras provocações do modelo analítico desconstrucionista de autoras como Butler e Lauretis, várias questões chamam a nossa atenção: a centralidade nas suas análises da condição das “mulheres”³⁸ —apesar da insistência na noção de gênero deslocado do sexo e do caráter relacional da mesma— assim como a evasividade para abordar, especificamente, os corpos reprodutivos. Este último parece-nos fundamental, uma vez que, na noção de matriz heterossexual *reprodutiva* de Butler, as concepções de gênero, sexo, performance, identidade, etc. são derivadas e organizadas pelos “dispositivos” ao serviço da mesma. .

Essa dita matriz supõe duas condições: a heterossexualidade e a reprodução. Butler, em *Gender Trouble*, no seu interesse de subverter a noção de identidade, aprofunda em um só dos termos: a desconstrução da heterossexualidade, formulando, inclusive, alternativas à dominação mediante a proliferação de paródias, de performances, que escapam à coerência entre sexo, gênero e desejo. No entanto, a reprodução fica como uma roda solta neste modelo. Talvez, no esquema conceitual desta autora, não seja pertinente pensar na independência/autonomia e anterioridade/causalidade dos termos da matriz, isto é, não caiba nos perguntarmos se a reprodução determina a heterossexualidade ou vice-versa. Porém, é difícil resistir à tentação de submeter a reprodução aos mesmos termos, ou seja, tentar desvendar o lugar da mesma na configuração discursiva e explorar os limites do desconstrucionismo.

³⁶ FRIEDMAN, S. Op. cit.

³⁷ BUTLER, J., 1990 - Op. cit.

³⁸ Ainda que a categoria mulher não exista e seja só uma categoria discursiva, “uma forma de conceitualizar, entender e explicar certos processos e não as mulheres” LAURETIS, T. Op. cit., pág. 217

Se encontramos que a função reprodutiva teve um lugar de destaque nas teorizações iniciais sobre papéis sexuais e sistemas de sexo/gênero —em decorrência dos postulados epistemológicos subjacentes— na atualidade esta é quase ausente ou nuançada no meio das “representações e práticas discursivas” do gênero. Haraway, observa que “Una ‘ficción reguladora’ básica para los conceptos occidentales de género insiste en que la maternidad es natural y la paternidad cultural: las madres hacen bebés de forma natural y biológica. La maternidad se vé, la paternidad se deduce.”³⁹. Isto, também colocado em evidência por Strathern quem, a partir da etnografia entre os melanésios, “Mostró que el núcleo produccionista de la creencia de que las mujeres hacen bebés (y su acompañante, que el hombre se hace a sí mismo), era intrínseco a las formulaciones occidentales de sexo y género.”⁴⁰

Temos ganho, a partir destas teorizações, um percurso que nos coloca a capacidade gestora da mulher como uma ‘ficção reguladora’ na formulação dos conceitos de gênero. No entanto, desde o nosso propósito analítico, surge a tentação de ir um pouco além, o que parece ser uma sedução do modelo. Pensar o campo reprodutivo sob esta ótica implica, de alguma maneira, reformular a ordem corporal vigente a partir de uma perspectiva histórica, o que pode colocar às mulheres a necessidade de renunciarem a seus “privilégios” na esfera reprodutiva, para chegar a uma troca em que se negocie tanto o prazer sexual como a responsabilidade, o prazer ou a dor das conseqüências reprodutivas, agora não só limitadas à conjugalidade heterossexual. Encontramos, neste sentido, alguma identificação com a seguinte colocação de Laqueur:

Me apuro a agregar que no creo que en todas las circunstancias la biología no cuente. Las mujeres tienen demandas respecto del bebé que llevan dentro simplemente en virtud de sus relaciones espaciales con él y tienen derecho a la integridad corporal. Este derecho no es el derecho de ser o no ser madre en oposición al derecho de ser o no ser padre, ni son éstas las demandas de una persona contra las de una no-persona — términos que suelen usarse en el debate del aborto—; de lo que se trata es del derecho compartido por todos los adultos mentalmente competentes de controlar y advertir sus límites corporales, de mantener su cuerpo como algo suyo. Por lo tanto, vería como una forma de servidumbre involuntaria que una corte obligara a una mujer a tener un hijo en contra de su voluntad, sin que importe cuánto pueda desearlo el que habría de ser su padre. Y si esa misma corte quisiera obligar a una mujer a abortar, yo lo vería como un todavía más egregio asalto a su cuerpo. Pero eso no significa reconocer el ‘hecho’ de la maternidad, más bien es reconocer el ‘hecho’ de la carne. La historia es testigo de los males que se causan cuando el estado abroga los derechos de una persona

³⁹ HARAWAY, D. Op. cit., pág. 228

⁴⁰ *Apud* HARAWAY, D. Op. cit

sobre su cuerpo. La carne no hace del cuerpo de la madre una fuente ahistórica de maternidad y de maternalidad.⁴¹

Na intenção de explorar os limites do desconstrucionismo, consideramos que pode ser um recurso útil recorrer às novas tecnologias reprodutivas, onde pareceria que com o deslocamento do corpo da mulher, a maternidade e a paternidade ganharam um estatuto diferente ao concebido por vias “naturais”. Além do mais, abrem-se outras demandas de reprodução por fora da matriz heterossexual proporcionando várias possibilidades, entre as quais, a reprodução dentro ou fora de uma dinâmica de relação conjugal, com ou sem intercuro sexual, na qual pode ou não existir uma coerência entre sexo, gênero, desejo.

3.3 Reprodução e poder

As análises sobre as questões reprodutivas são, geralmente, enfocadas nas mulheres. Pareceria que a este campo se tivesse dado uma “atribuição feminina”, tanto por serem as mulheres os sujeitos de análises, como por serem alvos das políticas públicas e de controle populacional, em consequência de ser no corpo delas que acontecem os eventos de fecundação, gestação e parto. É talvez por isto que são os grupos de mulheres os mais interessados em analisar os diversos interesses ideológicos e políticos que sustentam as ações no campo reprodutivo.

O conceito de gênero implicou a análise das relações de poder e, por sua vez, a necessidade de rever o conceito de poder. Mesmo o terreno dos direitos reprodutivos é pensado por algumas autoras como Corrêa e Petchesky em termos de poder e recursos:

... poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fertilidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual; e recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura e eficiente. Esse terreno envolve necessariamente algumas noções essenciais de ‘integridade corporal’ ou ‘controle sobre o próprio corpo’. No entanto, também estão em questão as relações que se tem com filhos, parceiros sexuais, membros da família, a comunidade e a sociedade como um todo. Em outras palavras, o corpo existe em um universo mediado.⁴²

⁴¹ LAQUEUR, T. Los hechos de la paternidad. *Debate feminista*, Año 3, vol.6, septiembre de 1992, pág. 139

⁴² CORRÊA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos. Uma perspectiva feminina. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, IMS/UERJ, Vol, 6 No.1/2, 1996, pág. 1 (Versão original da tradução publicada em português)

O corpo está inserido em um sistema de relações, nas quais o gênero comporta uma dimensão relacional e política. Se entendemos o terreno da política como um campo de competência pelo poder, observamos que este gera formas de constituição dos sujeitos e de suas realidades sociais, tendo incidências sobre a sexualidade e a ordem social que as representam e legitimam.⁴³

É importante observar alguns dos conceitos desenvolvidos por Foucault sobre os dispositivos de sexualidade e poder, uma vez que se constituíram em marco de referência para alguns dos desenvolvimentos conceituais de algumas teorias de gênero, ditas pós-modernas, apesar das diferentes críticas à formulação da teoria da sexualidade não “gendrada” deste autor, isto é, não diferenciada para homens e mulheres. Pensar as questões de gênero, implicou que conseqüentemente, conceitos como diferença, alteridade, identidade, fossem recolocados e articulados à discussão sobre a concepção do sujeito e poder.

A noção foucaultina de poder é entendida como um regime de produção de uma economia difusa, reguladora da sexualidade, em oposição à idéia de posse e centralidade do mesmo. Conceituações anteriores a Foucault, colocavam no patriarcalismo o principal determinante da condição subordinada das mulheres, orientando ações operacionalizadas sob a forma da luta das mulheres contra os homens dominantes —fórmula que apresentou um carácter fixo e permanente— não muito distante de algumas práticas políticas de alguns feminismos contemporâneos⁴⁴.

O poder, tradicionalmente concebido como opressor, é visto por Foucault como produção de significados, conhecimentos e práticas; nem positivo nem negativo. Há uma onipresença do poder, este é difuso,

...se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] Não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.⁴⁵

⁴³ LAQUEUR, T. *La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1994, pág. 32

⁴⁴ LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

⁴⁵ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997, pág. 89

Entendido dessa maneira, implica também que não há uma oposição binária entre dominadores e dominados e que as resistências se configuram como produções dos mesmos mecanismos. A estratégia, para este autor, não é procurar quem detém o poder na ordem da sexualidade nem quem é privado do mesmo, senão, "...buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. As 'distribuições de poder', e as 'apropriações de saber' não representam mais do que cortes instantâneos em processos..."⁴⁶

Além da enunciação dos diversos elementos, discursivos ou não, que conformam os dispositivos de poder⁴⁷, Foucault informa também acerca da temporalidade dos mesmos. Os dispositivos têm um momento histórico determinado, uma função estratégica dominante, envolvida em um jogo de poder ligado ao saber que dele surge, mas que também o condiciona, onde o campo de construção do conhecimento tem a sua parte. Assim, temos que a construção e definição dos campos —o que inclui os sujeitos de análise— não é um processo alheio e isento de tais jogos. Eles são construídos, mas por sua vez, constroem e delimitam dinâmicas específicas de poder.

O que nos interessa aqui relaciona-se com o surgimento de controle reprodutivo, cujo alvo foi a sexualidade das mulheres. Foucault localiza no século XVIII o surgimento da população como problema econômico, político; e no cerne do problema, o sexo. Inaugura-se um

...discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. [...] Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram.⁴⁸

Para nossa análise, nos interessa relevar aqui dois dos dispositivos de saber e poder a respeito do sexo: a histerização da mulher e a socialização das condutas de procriação. No primeiro, o corpo da mulher "...foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja

⁴⁶ Op. cit., pág. 95

⁴⁷ O dispositivo, denota "...um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos." FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996, pág. 244

⁴⁸ FOUCAULT, M., 1997 - Op. cit., pág. 29

fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológica-moral que dura todo o período da educação)...⁴⁹ No segundo, o corpo da mulher volta a ser alvo mediante a promoção ou freio da fecundidade dos casais.

É sob este enfoque, que autoras como Butler e Lauretis, vêem a falência de modelos de análise da perspectiva da mulher que identificam o patriarcado como explicação para a condição subordinada da mesma. E é também influenciadas por este enfoque que estas autoras pensam na necessidade de reformulações epistemológicas que dêem conta das complexidades que envolvem a construção discursiva dos sexos e dos gêneros. Por outro lado, partir do sexo, do binarismo sexual como fato dado torna-se problemático, uma vez que a noção “sexo”, forneceu ao dispositivo de sexualidade uma unidade *artificial*, conformada por elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres que deram a tal unidade fictícia o *status* de princípio causal e essencial para a inteligibilidade humana.⁵⁰

O corpo médico, segundo Foucault, tem estado presente como mecanismo de regulação da sexualidade. Com as novas tecnologias, este ganha mais *status* e uma dinâmica tão ou mais determinante da que sempre teve. Ao se deslocar a fertilização do ato sexual à reprodução assistida, se amplia o protagonismo a médicos, biólogos e doadores. Sentindo-se responsáveis pelos resultados do processo, advogam também por direitos de decisão, aplicando critérios perpassados por valores morais sobre vida, morte, sexualidade e família. Segundo Novaes e Salem “...os médicos mostram-se reticentes em fornecer tratamento a pacientes com uma situação familiar definida como não convencional porque inquietam-se com as conseqüências sociais de um ato tornado possível graças a seu conhecimento e habilidades profissionais.”⁵¹ A participação do corpo médico vem, assim, a alterar e estabelecer hierarquias nas relações de cada um dos protagonistas com o embrião.

⁴⁹ Op. cit., pág. 99

⁵⁰ Op. cit., pág. 145, 146

⁵¹ NOVAES, S.; SALEM, T. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, Ano3, N.1/95, pág. 85

3.3.1 Os domínios no campo reprodutivo

Se por um lado, a função biológica da reprodução no corpo da mulher tornou-a alvo de diferentes políticas de controle, também é verdade que “...las feministas han afirmado a veces las categorías de naturaleza y cuerpo como sitios de resistencia contra las dominaciones de la historia [...], el cuerpo [se convierte em] recurso ideológico opositivo.”⁵² Não se pode desconhecer o fato de que há uma desobediência das regulamentações legais e disposições morais em relação a sexualidade e os corpos. As normas prescrevem, elas mesmas, formas de transgressão. Poderíamos dizer que na intimidade as regulamentações operam menos efetivamente e se constituem em termos de negociação. Rowland⁵³, ao analisar as novas tecnologias reprodutivas, também considera que, para muitas mulheres, a maternidade representa uma base de poder a partir da qual elas negociam os termos de sua existência.

Assim, retomando a concepção foucaultiana do poder não só na sua dimensão de controle-repressão, mas também na sua dimensão produtiva de estimulação à resistência, temos que:

os processos socializadores proporcionam às mulheres elementos versáteis que permitem a manipulação da realidade de acordo com suas próprias condições de existência, fornecendo-lhes ferramentas para maximizar sua capacidade de sobrevivência e para transitar, dentro do marco social, da subordinação à igualdade. [...] os espaços dos poderes femininos não necessariamente se expressam na esfera da produção, nem na ‘vida pública’, senão, precisamente, no âmbito doméstico e familiar, na ‘vida privada’ —entendida em contraposição com a primeira, mas como esferas de uma totalidade. Esta visão dicotomizada —privado/público— deve ser evitada para modificar a imagem tradicional de uma mulher como um objeto dependente e indefeso.⁵⁴

Leal e Lewgoy⁵⁵, em pesquisa feita sobre práticas reprodutivas e anticoncepcionais entre camadas populares de Porto Alegre, constataram que os índices de incidência de aborto são reportados diferentemente pelos dois sexos: 43% das mulheres referiram ter tido um aborto, em contraste com 34% dos homens que reportaram ter participado nessa prática. A interpretação imediata que surge de tais dados, refere-se ao domínio do campo reprodutivo por parte das

⁵² HARAWAY, D. Op. cit., pág. 227

⁵³ ROWLAND, R. Technology and motherhood: reproductive choice reconsidered. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol.12 N.3, 1987, pág. 513

⁵⁴ PONCE, M. Op. cit., pág. 209

⁵⁵ LEAL, O.; LEWGOY, B. “Aborto: uma contribuição antropológica à discussão” In: Rosenfield, D.; Zingano, M; et al. *Filosofia política: nova série*, 2. Porto Alegre: L & M, 1998

mulheres, uma vez que decisões desse tipo podem ser tomadas unilateralmente por elas. Independentemente das razões que possam motivar o ocultamento de informação aos homens, o fato de importância é que as mulheres resolvem sozinhas. Adicionalmente —como já foi comentado no capítulo anterior— neste trabalho identificou-se a gravidez como uma forma de poder das mulheres sobre os homens.

Em pesquisa sobre aspectos históricos do aborto em grupos populares de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Mota comenta que as mulheres

Tinham papel fundamental como provedoras e organizadoras da vida familiar. Tinham responsabilidade sobre a alimentação e saúde da prole, mas também do cônjuge e parentes consanguíneos e afins. Dominavam os rituais de saúde, da doença, do cuidado, do nascimento, da vida e da morte através de rezas, benzedura, alimentação, chás e beberagens. Disso tudo advinha um poder. [...] Essa centralidade das mulheres na família e o poder delas nas relações de gênero certamente refletiu no que se refere à autonomia com relação ao corpo e seus produtos.⁵⁶

Alguns de nossos/as entrevistados/as fizeram referência a tal questão. A decisão de interrupção de uma gravidez se coloca, teórica ou idealmente, como um assunto cuja solução deve ser pensada pelo casal —quando este existe— no entanto, na hora de não haver acordo a decisão última é da mulher. Estas questões são abordadas mais amplamente no capítulo quarto.

A respeito de tais domínios, vale a pena trazer aqui as apreciações sobre a discussão da incursão dos homens no campo reprodutivo, apreciadas por Costa, a propósito do seminário *Homens, sexualidade e reprodução*⁵⁷: “A elaboração dos discursos em termos de direitos e deveres levou ao surgimento de outra tensão no decorrer do seminário, referente aos riscos e avanços que a ‘incorporação’ dos homens na arena reprodutiva traria. Nessa tensão, representantes do discurso feminista procuraram considerar os riscos, enfatizando que o principal poder que as mulheres dispõem é o reprodutivo, e que passar a dividi-lo com os homens poderia significar uma redução de poder ou mesmo a perda de *la pièce de résistance*.”⁵⁸

⁵⁶ MOTTA, F. *Sonoro silêncio. Por uma história social do aborto*. Relatório de pesquisa. Fundação Carlos Chagas, II Programa de incentivo e formação em pesquisa sobre mulher. Florianópolis, 1997, pág. 53, 54

⁵⁷ Seminário organizado por GESMAP/ECOS e pelo Programa de Estudos em Sexualidade, Gênero e Saúde do IMS/UERJ. São Paulo, 27 e 28 de abril de 1998

⁵⁸ COSTA, R. *De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero*. Ensaio para o exame de qualificação. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Agosto de 1998, pág. 13

É, certamente, a perda de *la pièce de résistance*, um dos argumentos centrais das críticas das feministas às novas tecnologias reprodutivas. Há uma grande preocupação a respeito do deslocamento do corpo da mulher e, decorrentemente, da perda de centralidade e do poder sobre o ato reprodutivo:

algumas feministas vêm insistindo na justeza de devolver à mulher um lugar central no evento do nascimento por meio da criação de imagens que ‘recontextualizem’ o feto. Sugerem como que re-englobamentos sucessivos: o feto deve ser re-inserido no útero materno; este deve reaparecer como contido em um corpo de mulher, a qual, por sua vez, deve ser inserida em um espaço social preciso [...] [As NTR parecem] estar minando —justa ou injustamente— um dos mais importantes argumentos levantados por mulheres para reclamar uma absoluta precedência sobre ‘seus’ embriões, a saber, os laços biológicos que, através da gestação, os atrelam ao seu corpo....⁵⁹

Talvez seja oportuno retomar uma idéia que tínhamos expressado anteriormente, uma vez que os aspectos discutidos até aqui, proporcionam maior clareza às razões do contraponto que estabelecemos entre aborto e novas tecnologias reprodutivas. Nas discussões do capítulo dois e nos depoimentos que se apresentam no capítulo quarto, observamos que os homens têm um lugar quase invisível em função da primazia da mulher sobre a gravidez, proporcionada por sua relação espacial com o embrião e seu direito à integridade corporal, entre outros. Por outro lado, as feministas vêem nas NTR uma redefinição na hierarquização da relação dos genitores com o embrião, isto é, o peso outorgado a cada um deles se redefine em função da visibilidade do embrião e da importância da presença do homem e de seus direitos: “Ao buscar fundamentos para estabelecer sua relação com os embriões, as mulheres são colocadas, nessas circunstâncias novas e excepcionais, em posição similar à de seus parceiros masculinos: só podem acenar com o fato de terem contribuído com gametas e, além disso, podem sempre insistir na sua *intenção* de tornar-se mãe”⁶⁰

Estas questões nos levam a pensar que ao se colocar a diferença sexual e suas funções reprodutivas como base fundamental para definir deveres e direitos na arena reprodutiva, corre-se o risco de nutrir o discurso que precisamente tentara se questionar nas últimas décadas. Sobre este assunto, e com outros argumentos, Strathern⁶¹ chama a atenção sobre aspectos similares. Ao

⁵⁹ NOVAES, S; SALEM, T. Op. cit., pág. 75, 76

⁶⁰ *Ibidem*

⁶¹ STRATHERN, M., 1988 - Op. cit., pág. 316

analisar os Hagen e estabelecer alguns paralelos com a cultura ocidental, a autora coloca como a reprodução na Melanésia evidencia sociabilidade, e não naturalidade, uma vez que os filhos são o resultado de múltiplas relações que a antecedem.

Deste modo, as diferenças sexuais que durante muito tempo têm sido alvo de análise para explicar a dominação masculina ou para desconstruir o sistema que levaria à naturalização das mesmas, voltam constantemente na discussão sobre reprodução. Em consequência, aponta-se o paradoxo da utilização de uma base tida como natural —o corpo, legitimador ou legitimado por uma ordem social— que, desconstruída pelas teorias de gênero, coloca-se como argumento central para a discussão no campo reprodutivo, enquanto é rejeitada em outras esferas de atuação dos gêneros. Talvez seja através da desorganização e desagregação dos corpos que possamos desvendar a “ficção reguladora” relativa à capacidade reprodutiva. Contudo, parecera que no plano político as argumentações acabaram sendo mais conservadoras, na medida em que seus postulados parecem menos deslocados da biologia em função do propósito de encontrar uma unidade e manter o corpo como peça de resistência à “subordinação”:

Algumas perspectivas teóricas do feminismo continuam insistindo em afirmar a universalidade da subordinação feminina, em destacar apenas a desvalorização do papel da mulher na sociedade e mostrar como o corpo feminino é utilizado por outros. Considero que muitas pesquisadoras, na luta por tornar evidentes e, ao mesmo tempo, reduzir as relações de exploração e opressão que vivem no cotidiano, perderam de vista mundos nos quais há relacionamentos menos desiguais, nos quais ‘o feminino’ adquire, em condições específicas e dentro de estruturas e cosmovisões particulares, um espaço próprio e destacado.⁶²

Gostaríamos de finalizar este capítulo com uma citação de Arruda pois, se por um lado estamos centrando nossas análises na questão de gênero, por outro nos deparamos com que:

A própria categoria de gênero que chegou com este sentido, [descongelar divisões consagradas] aprofundando o pensamento feminista para pensar identidade e a diferença, e significou a possibilidade de examinar os processos de construção das relações e das formas como o poder a articula em momentos datados social e historicamente, acusa perda de vitalidade. Não que a divisão por gêneros deixe de importar, mas sim que as novas demandas colocadas pela atualidade, retiram-lhe o peso que adquirira no decorrer dos anos 80. Se a diferença era então a forma distintiva e subversiva de entender-se no mundo, hoje esta parece não ser mais a resposta transgressora, a que promete mudança. A igualdade, por sua vez, não dá conta das questões em pauta.⁶³

⁶² PONCE, M. Op. cit., pág. 208

⁶³ ARRUDA, A. Op. cit., pág. 272

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÕES DIFERENCIAIS DO ABORTO

Uma das questões a que nos propusemos nesta pesquisa foi explorar as representações subjacentes a uma experiência de interrupção de gravidez entre homens¹ e mulheres. Pareceu-nos importante escutar os dois seres envolvidos no ato procriativo e observar a dinâmica das relações de gênero ativada pela situação, prestando particular atenção aos repertórios, argumentos, e formas de negociação —enquanto esta existisse— em um assunto que envolve diferencialmente os dois sexos. Isto, em decorrência da gravidez, na maioria dos casos ainda invisível, ocupar o corpo da mulher, mas também resultante de uma tradição social que coloca o aborto como um “assunto de mulheres”.

Já o fato de procurar homens que falassem de suas experiências causou estranhamento entre as/os nossas/os informantes, porém, também estimulou interessantes polêmicas em diversos âmbitos. As/os nossas/as informantes se sentiram à vontade para falar do aborto, sendo que em alguns casos, até parecia uma necessidade. Chamou-nos particularmente a atenção o nível de reflexão e de afetividade dos homens voltados para o assunto, uma vez que eles estão menos acostumados a falar desta experiência.

A apresentação da discussão dos depoimentos se organizou tentando seguir a ordem em que foram se desenvolvendo os fatos, tentando privilegiar as questões que apareceram nas entrevistas de uma forma mais reiterativa, e sempre fazendo contraponto entre as percepções das mulheres e dos homens, e entre os nossos resultados e os de outras pesquisas que abordaram temas similares. Alguns destes dizem respeito ao tipo de relacionamento sexo-afetivo, das expectativas de conformação familiar, da compatibilidade ou incompatibilidade de

¹ Entenda-se que ao falar de aborto ou experiências de interrupção dos homens estamos referindo-nos à interrupção de uma gestação da qual eles participaram. Referir este fato entre os homens é difícil pela ausência de uma forma lingüística equivalente à expressão de fazer ou realizar aborto que supõe um sujeito da ação feminino. O uso da expressão “participação” também não é satisfatória porque em alguns casos a decisão foi tomada e efetivada unilateralmente pela mulher.

maternidade/paternidade e projetos de vida, da instabilidade profissional e/ou econômica e da forma de participação dos homens no aborto.

Consideramos conveniente explicitar que as afirmações que se fazem neste capítulo correspondem a nosso grupo de informantes. Não temos intenção de obter respostas conclusivas nem generalizá-las a outros grupos, até porque a dinâmica das relações de gênero não é a mesma nos diferentes contextos. Também porque a experiência de aborto é extremamente subjetiva, e está atrelada a uma série de circunstâncias de ordem afetivo, relacional, econômico, profissional, entre outras, que fazem que cada experiência seja diferente, inclusive para uma mesma pessoa.

O aborto por ser um evento ilegal e moralmente sancionado dificulta sua identificação. Para contatar as pessoas que tivessem as características que definimos previamente nesta pesquisa usamos a metodologia de redes sociais. Na primeira parte deste capítulo o conceito de redes sociais é brevemente revisado e pensado especificamente para nossos propósitos. A identificação —feita por nomes fictícios— e as características das pessoas entrevistadas foram sintetizadas no Quadro que se apresenta novamente neste capítulo (página 94), para facilitar o acompanhamento dos depoimentos.

4.1 Metodologia usada na pesquisa

4.1.1 Redes sociais e aborto - Uma metodologia para identificação dos sujeitos

Até aqui se tem discutido diversas questões sobre o aborto que colocam em evidência seu caráter transgressor, não só da dimensão jurídica como também de outras questões de ordem social, moral e/ou religioso. A gravidez coloca em jogo várias dimensões da vida afetiva e social de homens e mulheres: desde a evidência de uma atividade sexual —às vezes censurada ou julgada como imprópria em algumas relações—, até a potencialidade de ativação de relações de aliança. Estes elementos, entre outros, fazem do aborto um evento circunscrito à esfera privada da mulher e/ou casal, vivenciado algumas vezes na maior clandestinidade dentro de um sigilo que, em muitos casos, leva à negação absoluta de sua ocorrência, ainda nos casos em que requer tratamento hospitalar posterior. Comentar ou admitir a ocorrência de um aborto se circunscreve a contextos

muito particulares, referência que se encontra claramente determinada pela vontade da mulher ou do homem de compartilhar tal experiência.

As experiências prévias da pesquisadora com o tema, permitiram observar a dinâmica que correntemente se segue após suspeitar ou confirmar uma gravidez não desejada ou inoportuna: de forma paralela ou posterior à decisão, inicia-se o processo de procura de informação ou de contato com pessoas que possam ter conhecimento acerca de métodos e/ou instituições ou centros que ofereçam um serviço “adequado” às possibilidades particulares. O compartilhar da situação não só se limita à procura de informação, mas também, à procura de acompanhamento, conselho ou cumplicidade.

Esta dinâmica, permitiu pensar uma parte deste processo sob o conceito de sistema de redes latentes que se articulam e ativam a partir de uma situação problemática ou conjuntural. A estratégia de “desandar” a rede foi considerada como o método mais adequado para identificar e aproximarmos as pessoas com as características de interesse para nossa pesquisa: homens e mulheres com instrução universitária, que na sua história reprodutiva tivessem tido uma experiência de interrupção de uma gravidez. O evento devia ter acontecido durante ou posteriormente a sua passagem pela universidade e, em um período não superior a dez anos ao momento da entrevista.

No estudo antropológico das sociedades ditas contemporâneas, o conceito de rede social tem um papel importante na abordagem de múltiplas situações em contextos sociais específicos, naqueles onde se constitui em ferramenta útil para compreender as condições de reprodução de um sistema social que transcende limites geográficos. Nas várias definições de rede social encontram-se vários elementos comuns.

Barnes² caracteriza o conceito de rede social total como uma abstração de primeiro grau da realidade, que contém a maior informação possível sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Na perspectiva de Mitchell,³ o conceito pode ser visto em termos mais concretos e dinâmicos, ao conceber a rede como uma série de vínculos entre um grupo de pessoas

² BARNES, A. L. “Redes sociais e processo político” In: Feldman-Bianco (Ed.) *Antropologia das contemporâneas*. São Paulo: Editora Global, 1987.

³ MITCHELL, J. “The concept and use of social network” In: Mitchell, J. (Ed.) *Social network in urban situations; analyses of personal relationship in central african towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969

definidas, que podem ser usados para interpretar o comportamento social das pessoas envolvidas. Nos conceitos conferidos por estes dois autores, encontramos como ponto fundamental o interesse sobre os vínculos, isto é, na interação, mais do que nos atributos pessoais dos integrantes. Uma outra questão, de importância para Barnes, é o fato de que toda pessoa real entra em contato com outras pessoas diferentes.

Mitchell⁴, identifica três ordens nas redes sociais, das quais, a segunda é de especial utilidade para nossos propósitos: uma ordem estrutural, onde se interpreta o comportamento dos integrantes de uma rede no contexto da posição ocupada na organização; uma ordem categorial, na qual se identificam comportamentos em situações inestruturadas que podem ser interpretadas em termos de estereótipos de raça, classe, gênero, etc., e uma ordem pessoal, onde comportamentos em situações estruturadas ou inestruturadas são interpretadas em termos dos vínculos pessoais estabelecidos dentro e fora da rede.

Além da ênfase no nível de interação, o conceito de redes é definido para a abordagem de circunstâncias mais específicas. Na concepção de Epstein⁵, a rede em situação de crise é organizada a partir da identificação de uma tensão ou problema que não pode ser resolvido individualmente, ou em uma conjuntura na qual, embora os participantes possam fornecer uma solução individual, precisam de assistência externa. Entre as situações consideradas por este autor como tensionantes, encontram-se aquelas associadas ao ciclo de vida: nascimento, adolescência, casamento e morte. Ainda que não explicitada pelo autor, a gravidez, especialmente quando é inoportuna ou não desejada, pode se caracterizar como geradora de tensão.

Pensando a nossa pesquisa à luz deste conceitos, a rede iniciada na situação de aborto pode ser considerada como uma rede pessoal, conformada e ativada para a resolução de um problema específico. Sobre os tipos de vínculos, pode se considerar que os contatos que se estabelecem são definidos pela história das relações, podendo ser de amizade, parentesco, coleguismo, etc. e pelo conhecimento ou expectativa de que a pessoa com a qual se estabelece o

⁴ MITCHELL, J., 1969 - Op. cit.

⁵ EPSTEIN, A. L. "Gossip, norms and social network" In: Mitchell, J. (Ed.) *Social network in urban situations; analyses of personal relationship in central african towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969

contato satisfaz a demanda. Estes últimos elementos são definidores do significado que as pessoas atribuem à relação nas que se procura informação, cumplicidade, amizade, companhia, apoio, etc.

Outra questão desenvolvida por Mitchell⁶, refere-se à concordância do significado de normas, crenças e valores associados a um comportamento, entre os participantes de uma rede. Para o caso que nos ocupa, este é um aspecto de grande relevância ao se tratar de uma situação transgressora com grandes conotações morais. As implicações que estes conceitos têm para nossa análise, referem-se à homogeneidade esperada nas características das e dos participantes na rede que nos propusemos desandar. Além de um sistema de valores compartilhado nas relações de amizade ou coleguismo, eles/elas também são nivelados por escolaridade e espaço ao serem circunscritos a duas universidades: UNICAMP e USP. Tal homogeneidade, transposta a uma homogeneidade no sistema de normas e valores, permite alguma liberdade para manifestar e compartilhar a situação de crise, superando, pelo menos em algum nível, a dificuldade manifestada anteriormente acerca da negação da experiência de aborto.

A rede pode ser desativada ao ser alcançado o objetivo que lhe deu origem. Para Mitchell⁷ o reconhecimento de direitos e obrigações torna mais intensos os vínculos potenciais de ações e comunicações para a realização de um objetivo específico, que desaparecem quando este é alcançado ou frustrado, se bem que, a consciência na qual as pessoas se identificam com outras pessoas, se mantém durante um período de tempo. Esta particularidade permite considerar que, mesmo que a rede não tenha uma permanência que transcenda temporariamente a resolução da situação, possa ser desandada a partir da persistência dos vínculos às quais refere-se Mitchell.

Adicionalmente, considerou-se que, ainda que a rede ativada neste caso envolvesse um grupo de pessoas pequeno, porém coeso em função da confiabilidade e discrição, seria facilitada a aceitação da pesquisadora, uma vez que esta era apresentada por algum/a de seus/suas integrantes, compartilhando, aliás, o âmbito universitário.

⁶ MITCHELL, J., 1969 - Op. cit.

⁷ MITCHELL, J. "Network, norms and institutions" In: Boissevain, J. and Mitchell, J. (Eds.) *Network analysis studies in human interaction*. Paris: Mouton, 1973

A rede funcionou da seguinte maneira: o ponto de iniciação esteve determinado pela relação da pesquisadora com colegas da Unicamp, aos quais se apresentou o interesse de realizar esta pesquisa e que exibiram algum interesse e potencial de ativação da rede. Sobre este propósito, indagou-se acerca do conhecimento de pessoas que tivessem tido alguma relação com uma situação de aborto, bem por haverem vivenciado a experiência, haver sido consultadas, ou ter acompanhado o processo de outras pessoas. A identificação e o contato com as pessoas só se fez quando era explicitada sua disposição para participar na pesquisa; isto é, no momento em que o contato se estabelecia, a aceitação da situação de entrevista já tinha sido expressa para a pessoa que a referenciava.

4.1.2 Especificidades da entrevista e das/os entrevistadas/os

Entrevistaram-se oito mulheres e sete homens que vivenciaram 27 situações de aborto. Os critérios de seleção das/dos entrevistados estiveram determinados pelo nível de educação universitária —graduação ou pós-graduação— pela vivência da experiência de aborto ter acontecido nos últimos dez anos e durante a realização dos estudos superiores, e que a intervenção não tivesse derivado complicações médicas que precisaram de internação hospitalar para seu tratamento. Não se levou em consideração para a seleção das/dos mesmos o estado civil, grupo religioso nem classe sócio-econômica. Estes aspectos foram tidos em consideração na análise das entrevistas.

O número de pessoas a serem entrevistadas não foi definido previamente, uma vez que utilizou-se o critério de saturação de informação, isto é, de fazer várias entrevistas até perceber que as respostas se tornaram reiterativas. Tratou-se, neste trabalho, de apreender as perspectivas de homens e mulheres sobre o aborto voluntário. Isto quer dizer que a intenção não foi de entrevistar casais —ainda que tenhamos dois casos—, nem que na análise se contrastaram as visões de cada um dos parceiros sobre o mesmo evento.

Pediu-se às pessoas realizarem uma narrativa espontânea do processo de interrupção vivenciado. Aprofundaram-se alguns aspectos previamente definidos no roteiro de entrevista e alguns outros mais subjetivos que, no percurso das falas, foram detectados como de particular

importância para o processo de cada pessoa. Com o intuito de orientar as mesmas e de obter uma informação —na medida do possível— homogênea, elaborou-se o seguinte roteiro:

Narrativa espontânea da situação na qual aconteceu a gravidez não desejada ou inoportuna que terminou em aborto. Procurar-se-á que as/os entrevistadas/os falem sobre:

- Quais foram as circunstâncias que levaram a que essa gravidez terminasse em aborto
- Qual e como foi a participação do parceiro na decisão e execução da experiência
- Qual o tipo de relacionamento com a/o parceiro/a
- Qual era a perspectiva de maternidade/paternidade existente previamente
- Explorar o sistema de normas e valores que lhe foram transmitidas em relação ao aborto
- Atitudes prévias e posteriores ao aborto
- Conhecimento e avaliação de normas jurídicas sobre aborto
- Avaliação atual da decisão e das consequências —se a juízo da/o entrevistada/o existiram
- Vivência da sexualidade e práticas contraceptivas no momento da experiência e depois da mesma
- Como percebe a participação masculina na decisão do aborto

4.2 Resultados

4.2.1 Características das/dos entrevistadas/os

Para assegurar o anonimato das pessoas entrevistadas, usaram-se nomes fictícios e as áreas de estudo foram colocadas em termos genéricos. Conforme o Quadro na página seguinte, referente às características das/os entrevistados, vemos que o grupo esteve conformado, na sua maioria, por estudantes de pós-graduação das áreas das ciências humanas e sociais, com uma formação religiosa católica e uma idade média de 29.8 anos entre as mulheres e de 33.7 anos entre os homens. Na maioria dos casos a interrupção deu-se em relações estáveis de namoro ou convivência.

Quadro referente às
CARACTERÍSTICAS DAS/OS ENTREVISTADAS/OS

Entrevistado	Idade	Estado civil	Formação	Religião	Filhos	Abortos	Método interrup	Tipo de relação
Rosa	45	Casada	Doutor. Ciênc Sociais	Católica	2	2	Cirúrgico	Namoro extraconjugal
Renata	22	Solteira	Medicina	Nenhuma	0	1	Cytotec	Caso
Regina	26	Solteira	Graduação Engenharia	Espírita	0	1	Cirúrgico	Namoro
Patrícia	33	União consensual	Doutor. Ciênc Sociais	Católica	0	2	Cirúrgico	Companheiro
Laura	30	Solteira	Mestrado Sociais	Católica	0	1	Cirúrgico	Namoro
Júlia	33	Casada	Graduação Jornalismo	Católica	1	2	Cirúrgico	Namoro
Lúcia	27	Solteira	Mestrado Sociais	Nenhuma	0	1	Cytotec	Namoro extraconjugal
Ana	23	União consensual	Enfermagem	Católica	0	1	Cirúrgico	Companheiro
Luís	37	Solteiro	Doutor. Biologia	Católica	0	2	Cytotec-Cirúrgico	Namoro - caso
José	38	União consensual	Graduação Ciênc Sociais	Católica	0	3	Cirúrgico	Companheira - caso
Sérgio	28	União consensual	Gradua. Humanas	Ateio	0	3	Cirúrgico	Companheira - namoro
Pablo	36	Solteiro	Doutor. Humanas	Afro-brasileira	0	5	Cirúrgico	Namoro - caso
André	35	Solteiro	Mestrado Sociais	Protestante	1	1	Cirúrgico	Companheira
Milton	27	Solteiro	Mestrado Sociais	Nenhuma	0	1	Cirúrgico	Namoro
João	35	União consensual	Mestrado Artes	Re-encarnacio	1	2	Cytotec	Companheira - namoro

Entre os homens observou-se o maior número de experiências de interrupção tendo participado em uma média de 2.4 abortos. No grupo das mulheres a média de interrupções foi de 1.3. Este achado chamou nossa atenção em função da dificuldade que tivemos para encontrar informantes homens. Temos que, ainda que exista no nosso grupo uma proporção de 2 abortos entre os homens, por 1 aborto realizado pelas mulheres, a identificação da experiência entre eles é menor. Esta dificuldade viu-se refletida na dinâmica das redes de informação. As pessoas que participaram no levantamento da mesma explicitaram certo estranhamento ao referir que conheciam mulheres que fizeram aborto, mas dificilmente conheciam homens de quem se soubesse haviam passado ou acompanhado tal experiência. Uma das interpretações que poderíamos aventar, e a que voltaremos mais adiante, refere-se à “feminilização” do campo reprodutivo que delimita certas experiências como “assuntos de mulheres”.

O tipo de relação que aparece descrita no Quadro à página 94, faz referência à relação nas quais aconteceram as interrupções. Como já foi dito, a maioria delas ocorreram em relações estáveis de namoro ou convivência. No grupo das mulheres, uma delas engravidou em uma relação ocasional e duas engravidaram em relações paralelas ao casamento ou namoro oficial. No entanto, estas duas últimas relações tiveram uma durabilidade e compromisso afetivo, razões estas que levaram a analisá-las como relações estáveis. Se bem que no grupo dos homens as interrupções também foram vivenciadas em relacionamentos estáveis, há uma maior proporção de ocorrência deste evento em relações ocasionais. Mesmo que não possamos abstrair respostas conclusivas e generalizáveis, surge-nos uma associação entre a frequência das interrupções e de relações ou tipo de relação. Em outros termos, poderíamos ousar dizer que o número de abortos, maior no grupo de homens, estaria relacionado à frequência de relacionamentos ocasionais, uma vez que estes acrescentam a exposição ao risco de gravidez não desejada em relações menos protegidas — prevenção de gravidez, DTS e HIV — e nas que não há compromisso afetivo. Sobre esta questão voltaremos na página 104.

A maioria das interrupções foi realizada em clínicas que usaram o método de aspiração. O uso do *cytotec* foi reportado por cinco de nossas/os entrevistadas/os. Ainda que esta não seja uma grande proporção nos pareceu importante relevar o uso do mesmo nesta população e, mais do que

isto, a confiança neste método tido como mais seguro e “natural” ou pelo menos, menos invasivo — ver depoimentos, página 21. Incluiu-se o número de filhos ao observar-se que este era um dado relevante na análise de alguns casos. Somente duas mulheres e dois homens deste grupo têm filhos.

O levantamento da rede de informação teve como objetivo único o estabelecimento de contatos que orientaram à identificação das pessoas com as características de interesse para este trabalho. Não fez parte dos nossos propósitos fazer uma etnografia ou análise particular das redes articuladas na situação de aborto. Ainda assim, alguma análise adicional surgiu em relação à dinâmica diferencial na identificação de homens e mulheres.

Enquanto o número de mulheres referenciadas e disponibilizadas para fazer a entrevista superou as nossas expectativas, deu-se a situação inversa com os homens. Tal fato, inicialmente, levou-nos a pensar que a procura dos contatos e meios para realizar a interrupção fosse uma atividade que envolvia mais principalmente as mulheres. Porém, nas entrevistas encontramos que a maioria dos homens entrevistados ou os parceiros das mulheres entrevistadas tiveram uma participação muito ativa na procura de informação acerca de onde fazer a interrupção ou conseguir o *cytotec*. Talvez podemos arriscar a dizer que o “encobrimento” desta experiência nos homens esteja relacionado com uma menor disposição para falar destes assuntos em função da definição cultural do campo reprodutivo como essencialmente feminino. Por outro lado, poderia ser também uma resultante de um envolvimento diferencial na experiência que se reflete no campo lingüístico: qual seria o equivalente masculino à expressão feminina “eu fiz aborto”?

Na continuação se apresentam alguns tópicos considerados centrais na discussão. Em alguns casos se dialogará com os resultados de outras pesquisas nas que se consideraram algumas das temáticas levantadas em nossa análise.

4.2.2 Um ponto de partida: as relações amorosas e a projeção familiar

Logo de várias leituras de nossos depoimentos encontramos que há um aspecto que perpassou consideravelmente e em vários momentos a maioria deles: a relação entre os parceiros

envolvidos na situação da gravidez que terminara em aborto. Quiçá seja a inclusão da perspectiva masculina, em função da nossa insistência em indagar a dinâmica de gênero envolvida na situação, o que tornou este aspecto tão relevante

Semelhante a outras pesquisas sobre aborto, os projetos de vida também aparecem como aspectos determinantes na situação. Eles são “...dinâmicos, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas.”⁸ Todavia, responder às interrogações dos projetos de vida pode não resultar tão problemático, conflituoso e inclusive ambivalente quanto responder aos vínculos afetivos e à conjugação das projeções que cada uma das pessoas fazem nas relações. Assim, este vai ser um aspecto que abordaremos em vários dos itens que configuram esta parte.

Verificamos que são poucos os trabalhos sobre aborto que incluem ou analisam a participação dos parceiros⁹. Dialogaremos com uma pesquisa realizada recentemente por Guevara¹⁰ no México, acerca da responsabilidade dos homens no aborto que incluiu homens de camadas populares e médias, com escolaridade básica e universitária. Entre os resultados formula-se que o tipo de relação e o “grau de amor” têm implicações nas diferentes formas de atuação dos homens em relação a suas práticas sexuais e reprodutivas. Resultados similares foram obtidos em pesquisas realizadas entre população brasileira —com as quais também faremos contraponto. Entre estas, podemos fazer referência à realizada por Di Giovanni¹¹, quem explorou este aspecto através dos depoimentos das mulheres e concluiu que as diferentes formas de participação do parceiro no processo de decisão do aborto podem ser relacionadas à especificidade da relação na qual aconteceu a gravidez. Também temos a pesquisa feita por Arilha¹², quem encontrou que as

⁸ VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pág. 27

⁹ Acerca das teorias e viés dos trabalhos na área de aborto se encontra que apesar destes insistirem na influência dos homens na decisão das mulheres se desestima a interpretação desses dados. Ver: TOLBERT, K.; MORRIS, K.; ROMERO, M. *Los hombres y el proceso de decisión respecto al aborto. Hacia um modelo de relaciones de género y el aborto* Trabalho apresentado no “Encuentro de Investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe” Universidad Externado de Colombia, Santafé de Bogotá, 1994

¹⁰ GUEVARA, E. “Amor y pareja en la responsabilidad de los hombres ante el aborto” In: *Avances en la investigación social en salud reproductiva y sexualidad*. Trabajos del tercer taller de investigaciones sociales en salud reproductiva y sexualidad. AEPA/CEDES/CENEP. Buenos Aires, Agosto de 1998

¹¹ DI GIOVANNI, R. *Um estudo das representações femininas do aborto*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia Social, IFCH/Unicamp, Campinas, 1983

¹² ARILHA, M. “Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade” In: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. (Orgs.) *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998

concepções do campo do amor e da sexualidade determinam, nos homens, comportamentos éticos e morais em relação à vida reprodutiva.

Contudo, também as mulheres fazem distinção nos seus comportamentos reprodutivos em função do tipo de relação. Di Giovanni encontrou que “Existem relacionamentos onde a reprodução é possível e outros onde essa possibilidade não é viável em função da própria especificidade da relação.”¹³ Para as mulheres, a reprodução, segundo esta autora, exige uma relação mais profunda de amor, afirmação que uma de suas entrevistadas coloca nos seguintes termos: “Tem transa que vale um filho e tem transa que não vale nada”¹⁴ Vejamos alguns depoimentos das nossas entrevistadas:

Era uma outra relação, já não era o mesmo companheiro, era um outro... que aliás, nem ficou sabendo. Eu achei que era melhor não contar porque não era um relacionamento como neste outro caso que era uma coisa mais permanente, a gente se encontrava toda semana. Esse não, era esporádico, eram super esporádicos nossos encontros. (Rosa)

Ai... eu nem cheguei a pensar em ter, cogitar, nada disso. Também não ia contar para o parceiro porque não tinha nada a ver, acho que não tinha que saber... A gente tinha um caso, mas era uma coisa assim bem...era física, assim, sabe? Não tinha nenhum envolvimento e... também por isso achei que não tinha que falar para ele, era uma coisa minha.... aconteceu, não queria nem que a história rendesse. [...] Então, quase eu não vejo, ele não sabe disso, não tem nem idéia e eu prefiro que seja assim. (Renata)

Se de repente eu ficasse grávida de um cara que eu transei e eu mal conheço, e se eu resolver abortar, eu não pensaria nem me importaria com a opinião dele, entendeu? (Patrícia)

Temos, então, que a relação entre o tipo de vínculo afetivo e o comportamento em relação à reprodução, não opera como uma questão exclusiva para os homens. Nas nossas entrevistadas isto também é claramente colocado em termos da participação que elas permitem a seus parceiros. Pareceria não existir por parte delas disponibilidade para compartilhar as responsabilidades pelos atos reprodutivos em relações de menor compromisso afetivo. É possível que seja justamente a ausência de uma relação em encontros casuais ou eventuais o que coloca uma maior individualidade nas suas decisões reprodutivas.

¹³ DI GIOVANNI, R. Op. cit., pág. 59

¹⁴ Depoimento tomado por Di Giovanni, Op. cit., pág. 64

Por outro lado, teríamos também que o comportamento de “responsabilidade” sobre os atos reprodutivos dos homens está relacionado não só com o nível de envolvimento deles na relação, senão também com a participação que a mulher lhe permita ter na situação, determinada, da mesma maneira, pelo tipo de relacionamento.

Mas, antes de continuar falando especificamente de aborto, vale a pena termos um pouco e considerar o que há atrás deste assunto, quer dizer, o quê se está projetando ou não ao redor do vínculo afetivo e do comportamento erótico, que fica em evidência no caso de uma gravidez não desejada ou inoportuna. Tal vez, uma das nossas entrevistadas nos dê uma importante pista. Ela iniciou seu depoimento nos seguintes termos:

Tem que contar um pouco da história... acho que não dá para a gente separar aborto de família, porque o aborto significa a constituição de uma família, então... eu vim de uma família super tradicional e muito machista: minha mãe é filha de portugueses, de uma região muito retrógrada, muito tradicional, e meu pai é do Ceará.. Ele nasceu numa cidade que até a década de 80 não tinha luz, e lá as mulheres tinham 20 filhos, então a concepção de mulher era para procriação...[finalizando a entrevista disse] por isso é que eu falo que aborto tem a ver com família, porque o nascimento representa a constituição de uma nova família...” (Laura)

São várias as questões levantadas neste trecho, no entanto, gostaríamos de aceitar a sugestão ou provocação da entrevistada: não há como falar de aborto sem fazer referência à família. Seja dito de passagem que a exceção de uma das entrevistadas, o resto do grupo manifestou o desejo de ter filhos, razão pela qual nas nossas considerações não incluímos os casos de homens e mulheres que optam por não ter filhos. Partindo disto, temos que a avaliação da situação se faz, na maioria das vezes, em função das implicações que traria para estas pessoas ter um filho, na situação concreta na qual acontece a gravidez.

Deste modo, a ocorrência de uma gravidez inesperada, que implicaria neste grupo a iminência da maternidade/paternidade, remete ou passa pela idéia de conformação ou consolidação de um projeto familiar levando, então, a uma avaliação da relação e dos projetos de cada um dos parceiros em relação ao outro e, conseqüentemente, à avaliação do desejo ou disposição para criar vínculos de aliança.

Nesta ordem de idéias, ao considerar o aborto desde uma perspectiva mais relacional, poder-se ia ver, na sua forma inversa, como uma frustração de um ato reprodutivo que consequentemente ativaria relações de parentesco e de aliança. Geralmente, na nossa sociedade, mesmo com as mudanças nas últimas décadas e o surgimento de diferentes formas de arranjos conjugais, ter filho evoca a presença de um pai, uma mãe em uma situação de relação; os componentes essenciais da família nuclear¹⁵, que por sua vez supõe, entre seus atributos básicos, um tipo de vínculo afetivo entre os cônjuges e entre estes e sua descendência¹⁶. Estas questões aparecem claramente manifestadas entre nossos entrevistados:

...ter um filho com aquela mulher seria uma loucura. Não tinha nada a ver ter um filho com ela. Era gostosona, corpão bonito, dava para transar com ela, mas não tinha nada a ver ter um filho com ela. [...] Eu acho que um filho prende muito a relação: se você vai ficar dez anos com uma mulher, você fica vinte, prende pa'caramba [...] Depois para você separar é o maior rolo porque tem uma criança no meio. (Paulo)

A situação piora quando você tem que assumir um relacionamento que você não gosta, não tem nada a ver e tem um filho (Luís)

A pior situação para mim seria ter um filho com uma pessoa que não está junto comigo (Milton)

Nesta perspectiva, paternidade e maternidade —ou sua negação a partir do aborto— passam a ser nomeações de aspectos da vida de um homem e de uma mulher, motivadas a partir do desejo de ampliação da relação amorosa ou erótica. “Enquanto a relação conjugal não produz filhos, está mais sujeita a ser dissolvida...[o que coloca] a importância dos filhos para a definição completa do projeto familiar.”¹⁷

Ao considerar as diferenças entre homens e mulheres em relação ao que é mais importante nos processos reprodutivos, Arilha afirma que “Mulheres desejam o filho, homens desejam a família”¹⁸. Se bem que esta autora estava interessada em observar a passagem da adolescência para uma fase adulta entre homens de classe popular, encontramos, entre alguns de nossos

¹⁵ Mesmo que estejamos em um processo de mudança social que gera uma redefinição das relações entre os gêneros, no momento atual de transição, coexistem valores tradicionais e modernos nesta esfera. Ver FIGUEIRA, S. “O moderno e o ‘arcaico’ na nova família brasileira: Notas sobre a dimensão invisível da mudança social” In: Figueira, S, (Org.) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

¹⁶ ROMANELLI, G. “Autoridade e poder na família” In: Brant de Carvalho, Maria (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995

¹⁷ DI GIOVANNI, R., Op. cit., pág. 162

entrevistados, que algumas das experiências de aborto tornaram-se dolorosas em função da perda de um projeto de constituição familiar, tido como ideal. De outro modo, a dor manifestada pela perda não se dá necessariamente em termos da perda pelo filho em si mesmo, senão pela perda do que poderia ter sido uma família.

Você fala: era para ter cinco [filhos] e você não tem nenhum. Que merda! Podia casar cinco vezes, não casei e agora estou sozinho. Que merda ficar sozinho! [...] Agora eu estou com vontade de ter filho, acho legal. Até dá mais moral, dá status social ter filhos. (Paulo)

Mas, o que eu gostaria era de construir uma relação, ter uma casa, uma mulher, uma família. É uma coisa que eu acho seria o ideal para mim, mas você acaba nunca fazendo as coisas do jeito que você imagina. (André)

No meu caso me interessa mais [...] essas formas mais antigas, mais tradicionais em que as pessoas casam, se sentem compromissadas de fato por tempo indefinido num projeto de uma vida toda. É uma coisa que me agrada essa idéia. Talvez seja romântico hoje, mas eu ia ser muito feliz se rolasse isso comigo [...] Eu estou perdendo as esperanças, mas acho que ia ser muito legal [ri] [...] Me irrita muito, embora seja até contraditório com as minhas práticas, me irrita muito a idéia de que para sempre, durante a minha vida toda, o que vai acontecer são essas coisas de... conheceu, gostou, morou junto dois, três, cinco anos e depois: não estou mais afim, então beleza, tá bom, então vou sair fora, tá bom, falou, tchau. Eu não queria que fosse assim, e acho que a liberalização do aborto auxilia para que esse tipo de relação se estabeleça como norma. (Milton)

Note-se que nesta parte não há depoimentos de mulheres. As entrevistadas não fizeram nenhuma referência ao aborto como perda de um projeto familiar. A avaliação delas deu-se mais em função da reafirmação dos projetos profissionais, ruptura com sua formação sexual conservadora e com a maternidade como “destino” e não como escolha, ou como solução a uma situação que tornou-se problemática. Poderíamos considerar, semelhante a Di Giovanni, que o projeto de constituição familiar e de maternidade destas mulheres, a diferença dos homens, encontra-se subordinado a um projeto mais amplo que envolve um leque maior de alternativas. Também não podemos perder de vista que a gravidez, assim como ter um filho, ao menos no período inicial, envolve diferencialmente os dois sexos tendo, em consequência, implicações diferentes em relação a outros projetos de ordem profissional. Voltemos agora ao percurso dos fatos do processo de interrupção.

¹⁸ ARILHA, M., 1998 - Op. cit., pág. 60

4.2.3 A (anti)concepção

Em relação às práticas contraceptivas se tem que todas/os nossas/os entrevistadas/os tinham uma história de uso de métodos antes da experiência de aborto. Em muitos casos a gravidez aconteceu no momento de suspensão da pílula ou usando métodos considerados pouco seguros como tabelinha ou coito interrompido.

Como foi colocado no primeiro capítulo deste trabalho, tradicionalmente se estabelece uma associação entre aborto e falta de acesso e/ou desconhecimento dos métodos contraceptivos. O interesse em estudar aborto entre população universitária obedeceu, entre outros, ao interesse por desmistificar tal associação reforçada continuamente nas pesquisas. No nosso grupo temos um bom nível de conhecimento e de acesso aos métodos, o que não garante um comportamento conseqüente em todos os encontros eróticos, quanto à prevenção de gravidez. O uso de métodos está atrelado a circunstâncias que às vezes fogem a um controle racional e consciente. Curiosamente encontramos vários depoimentos que falaram destas circunstâncias e que terminaram na ocorrência da gravidez.

Ela tomava pílula. Teve um período em que ela não estava tomando, a gente usava camisinha e, isso foi num momento... eu sei até o dia em que aconteceu isso. Foi um dia em que a gente estava já um tempo distante, problemas no relacionamento, estavam brigando, meio separados e isso foi um dia em que a gente se encontrou... que foi o único dia que se saiu dessa norma. (João)

Isso porque a gente transava sem camisinha às vezes, transava com camisinha também, mas...era muita paixão e aí não dava para usar camisinha. Não tinha como...não tinha doença, nem nada, era muita paixão e não tinha como usar camisinha em essa paixão toda. Aí acabava tirando a camisinha, rolava no momento em que a gente não... (Paulo)

Quando estava no sétimo, oitavo dia, mais o menos, a gente usava o coito interruptus. Não transava nos dias de perigo. No dia que ela ficou grávida, nós transamos e a gente sabia, tinha plena consciência disso. [...] Nós voltamos de uma festa e a magia dessa festa, o momento estava propício e nós resolvemos transar e não gozar dentro...e cálculos aqui, cálculos lá.....e será que dá? Aconteceu. [...] mas aquele dia ela tinha certeza que estava em torno do décimo quarto dia e era um dia de magia, era um dia mágico para a gente, depois de uma festa. A gente se encontrava muito pouco, embora a gente more junto, conviva junto há mais de quatro anos. (José)

A gente usava camisinha. Era até regular, a gente se prevenia e tal, mas naquela vez foi assim um deslize mesmo dos dois... o clima, carnaval, praia, aquela sensualidade que paira no ar, tal, ficar um pouco mais... os dois dançando lá no mar. Aquela coisa, saímos os dois...acabou, foi ali e deu no que deu, né? Na hora falei: meu Deus!,... eu tôu no período fértil, não tive coito interrompido, que as vezes prevêem, mas não há certeza... foi uma coisa super...

ai os dois super bebedazos, foi o que foi, né? Aquela beleza... ai acabou. Na mesma hora eu lembrei que estava no período fértil. Puta! (Regina)

A gente sempre, em todas as relações usava a camisinha sempre, e ai eu sei precisamente o dia que eu engravidei porque foi um dia que a gente saiu e os dois ficamos super bêbados, sabe? Transamos e dormimos, e de manhã, quando a gente acordou um olhou para o outro, a gente acordou assustado: Nossa! a gente não usou camisinha e, né, puxa vida! A grande preocupação era com a coisa da gravidez. Fomos olhar a data e foi mais o menos no período fértil, assim que desde o dia que a gente transou, que poderia... a gente começou a ficar preocupado [...] Isso mexeu muito comigo, não pelo fato do aborto em si, e tal, mas, até hoje eu me cobro como é que eu fui me deixar engravidar. Sabe? isso é uma coisa que eu meio que não me perdôo por isso. Eu sempre distribuía camisinha entre minhas amigas, tomava pílula, falava porque não deve usar tabelinha, enfim, sempre fiz esse trabalho com todo mundo. E ai, eu... até hoje, como é que eu fazendo todo isso, tendo todas as informações. Minha mãe é bióloga, desde muito nova ensinou isso para a gente. (Lúcia)

Lúcia explicita no depoimento vários fatores interessantes em relação com a educação e o uso da contracepção. Incorporar uma consciência e prática sistemática do usos de métodos contraceptivos não anula completamente o risco de ocorrência de uma gravidez não desejada, uma vez que a racionalidade também não garante um controle total da subjetividade que envolve os encontros e práticas eróticas. O uso de métodos considerados pouco seguros como a tabelinha e o coito interrompido também foram matéria de reflexão entre algumas de nossas entrevistadas.

A gente transou uma vez, só que eu não tava no período fértil, foi uma semana depois do período fértil e a gente fez coito interrompido, né? Então eu fiquei tranqüila, não fiquei preocupada achando que pudesse estar grávida. [...] Depois disso eu passei a ter mais cuidado, apesar de que na época eu estava achando que estava todo seguro, né? Eu vi que eu não era tão regular assim, que meu ciclo não era tão certinho quanto eu imaginava, que não podia confiar tanto. (Renata)

Eu usava diafragma e camisinha e achava que podia controlar, às vezes, na tabela... ou seja, hoje não tem problema... é furado, magina! A tabela não tem nada a ver... aprendi que essa coisa da fertilidade pode acontecer a qualquer hora, a qualquer momento, teu corpo não é um relógio... isso acontece. (Júlia)

Ao se referirem à prática contraceptiva observou-se alguma diferença entre homens e mulheres. A maioria delas sabia com precisão que método estava utilizando no momento da gravidez ou tinha consciência da exposição ao risco ao não estar usando nenhum método. No caso dos homens, a informação sobre esta parte foi mais imprecisa porque a maioria deles não lembrava que método era usado, se tinha havido uma suspensão ou falha do método, ou desconhecia o método usado pela parceira. Vejamos os seguintes depoimentos:

Ela estava passando por uma fase difícil, uma fragilidade psicológica ou emocional que, no meu modo de ver deve ter influenciado inclusive na anticoncepção que ela tinha adotado. Ela tomava pílula, mas eu não sei...

[Na segunda experiência] Essa foi uma coisa engraçada porque... eu procuro não tocar nesse assunto [contracepção] porque o meu medo é o seguinte: se eu falasse para ela: porra, você não prevenir...! nessa depois aconteceu, me queda a impressão que era [estava sendo] culpada. Agora eu falo para você: eu esperava que ela tivesse tomando pílula, eu pensei, na verdade. Engraçado porque quando um homem esta se prevenindo, tá na cara, você observa, dá para perceber. Agora as prevenções que a mulher pode usar, às vezes, você nem sabe, porque ela pode estar tomando pílula, se não tiver... Normalmente, você usa o preservativo, que é o mais comum... normalmente a gente fazia isso, só que o problema mais crítico é quando essa coisa acontece no começo dos relacionamentos, porque não sei se por facilidade, conveniência, as pessoas... eu, acontece isso comigo, há uma certa pressa de ter relacionamento físico. No momento em que as conversações ainda não estão tão abertas, tão francas assim para perguntar algumas coisas, não conhece direito e de repente já se relacionou, já transaram várias vezes. Então foi mais ou menos isso que aconteceu, não deu nem tempo da gente construir um casal e começamos a ter relacionamento físico e aconteceu dela ficar grávida. (Luís)

Até porque era uma coisa muito nova você ter relações... você não sabe como agir, falar, não existe maturidade sexual e... eu não sabia como é que as pessoas falam sobre isso, porque uma coisa que nos filmes nunca falam sobre isso. As relações sexuais são tão bonitas na televisão, aquele amor, aquela coisa romantizada, mas você não vê parar para pôr a camisinha, isso nunca é mostrado, porque isso perde completamente o encanto. Então, eu achava que se eu tivesse qualquer coisa de intervenção naquela relação não era para ter... não, não pode..., o afã: como é que eu faço para parar, como eu resolvo isso? Que vergonha!... não tinha a menor comunicação. Como é que eu falo isso no meio da relação? (Júlia)

Estes trechos chamam a atenção para duas questões: uma delas refere-se à contracepção como uma atividade cuja responsabilidade, ainda que implicitamente, recai sobre a mulher. É motivação dela sugerir o uso de algum método, ou por conta do estresse, da tensão, as pressões ou a reação do organismo dela que acontece o olvido ou a suspensão do método, sem que se note, pelo menos neste grupo, o uso sistemático de outro método —tipo preservativo— de maneira imediata. Por outro lado, é interessante a contrariedade manifestada por Luís e Júlia acerca da falta de intimidade para abordar o tema da prevenção numa relação que se inicia e na que está implícito o risco de gravidez não desejada —e muito possivelmente de aborto— assim como de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV.

Apesar de a indagação sobre a prevenção de DST e do HIV não fazer parte dos objetivos de nossa pesquisa encontramos, nas entrevistas, referências ao tema, bem seja em função da preocupação ou tranquilidade em relação às práticas preventivas com suas/seus parceiras/os.

Contudo, pareceu-nos, em geral, um grupo não muito preocupado e até inconseqüente neste sentido. Por exemplo, uma das nossas entrevistadas se mostra muito preocupada com o uso da camisinha com seu namorado de quem não se sente muito segura: “não sei por onde que ele já andou” No entanto, dispensa o uso da mesma durante o período menstrual.

Em relação às práticas contraceptivas encontramos que estas também são mediadas pelo tipo de relação. Guevara encontrou que “Cuando se trató de la novia [namorada] o la esposa y cuando la querían mucho, se realizaron con más frecuencia acciones orientadas a prevenir embarazos no deseados o a compartir la responsabilidad de los métodos contraceptivos.”¹⁹ Entre nosso grupo, só um dos homens fez explicitamente esta distinção:

Acaba acontecendo que por mais que você queira ser responsável também, a prática contraceptiva acaba sendo —a não ser o coito interrompido que é um acordo tácito na hora, que na hora rola ou não rola—, acaba sendo mais uma responsabilidade da mulher mesmo. Mas, na minha cabeça pelo menos, eu uso camisinha mais para me proteger do que para evitar uma gravidez. Vamos dizer assim: eu uso, mas o impulso inicial não vêem de evitar uma gravidez. Inclusive, porque sendo sincero assim, em termos práticos, a vontade do homem, estou falando de mim, a minha vontade de auxiliar uma parceira a evitar uma gravidez é diretamente proporcional ao grau de proximidade que eu tenho com ela. Se é uma coisa mais esporádica ou acidental, na realidade, você está usando a camisinha para se proteger, não é para evitar que a pessoa fique grávida. Com uma pessoa que você gosta, você não quer que aconteça com ela uma coisa que ela não quer, uma coisa que vai ser desagradável, você quer fazer a pessoa feliz, você quer agradecer a pessoa, estar do lado dela. (Milton)

Desta maneira, temos então, que nossas/os entrevistadas/os, mesmo com um nível de informação apropriado e uma atitude que poderíamos considerar positiva frente ao uso de métodos contraceptivos, não fogem às contradições, ao azar e à magia que ronda alguns de seus encontros eróticos. A respeito, Londoño considera que o conceito de reprodução

...involucra elementos tan sutiles, insospechados e intermezclados con variaciones emocionales, que aún no se tiene completamente identificado. En el aspecto amoroso, afectivo, de necesidades emocionales y sexuales, se inscribe tanta magia, azar o sorpresa que todavía nos es imposible tenerlo bajo control, por lo cual, aunque la información, facilidades de anticoncepción y educación sexual previenen embarazos, no los eliminan.²⁰

Ao igual que esta autora, consideramos que a educação é um aspecto de grande importância na prevenção da ocorrência da gravidez, mas não elimina o risco uma vez que este pareceria ser inerente ao exercício de uma atividade heterossexual. A gravidez ronda estas práticas bem porque

¹⁹ GUEVARA, E., Op. cit., pág. 168

²⁰ LONDOÑO, M.L. *Prácticas de libertad en sexualidad y derechos reproductivos*. Cali: Feriva, 1991, pág. 148

os métodos contraceptivos não são totalmente seguros ou porque, como vimos nos nossos depoimentos, seu uso está articulado a uma das dimensões mais subjetivas do ser humano.

4.2.4 As razões: os projetos, as relações

A maioria das interrupções neste grupo foram realizadas durante a realização dos estudos universitários. Conseqüentemente, a conclusão da carreira e a instabilidade econômica nesse período foram colocadas com fatores determinantes na decisão da interrupção. No entanto, estes aspectos são articulados a outros como o tipo e a projeção da relação, a reação familiar e ao fato de não estar preparada/o para ter ou não desejar filho. Os diversos casos exibem diferentes nuances entre os argumentos, observando-se que as prioridades não são estáticas, inclusive em curtos períodos de tempo, e sim completamente variáveis em função, principalmente, da articulação entre projetos de vida profissional e a relação.

Di Giovanni, assinala que as mulheres solteiras de “classe média” enfatizam a carreira profissional como um objetivo a ser atingido antes da maternidade, uma vez que é colocada como condição essencial para a realização da mesma. Soma-se, também, o requerimento de uma relação afetiva estável, fundamental para todas quando se trata de ter filhos. No grupo pesquisado por ela: “A maternidade não é posta em questão. Todas desejam ou desejaram ter filhos e para isso estabelecem regras e formulam projetos específicos. É em relação ao projeto elaborado que se define uma gravidez como indesejável e o aborto como necessidade. Nesse sentido, percebe-se claramente a existência de um projeto de vida sendo explicitado no momento em que se decide pelo aborto.”²¹ Similarmente à proposta desta autora, para nossas/os entrevistadas/os tanto o projeto profissional e de estabilização econômica quanto o tipo de relacionamento, constituíram as razões evocada mais freqüentemente para tomar a decisão de interrupção.

Eu não poderia deixar a faculdade, principalmente por causa disso, mais principalmente por causa disso, não por outro motivo. [...] a faculdade que foi uma coisa que eu pelejei pa'caramba, eu ralei pa'caramba numa época de dificuldade financeira para meus pais. Porque a nossa vida lá em casa é muito inconstante, às vezes tem muito dinheiro, às vezes não tem dinheiro nenhum e... antes de eu entrar a gente pegou uma fase que não tinha grana e eu não sacrificaria o estudo por nada, porque o neném seria.... eu vi o que uma amiga da faculdade passou. Nossa! (Regina)

²¹ DI GIOVANNI, R. Op. cit., pág. 175

Com a outra [companheira no terceiro e quarto aborto] foi uma situação econômica mesmo. A situação... a nossa realidade: filho vai me prejudicar a mim e a você, vamos chegar a ser nada na vida. Vamos passar a ser pião, você auxiliar de escritório ou alguma coisa assim. Qualquer dia ganho cinco, seis ou dez salários. Vamos viver nós dois numa casinha no subúrbio, ou a gente não tem filho, estuda, faz outras coisas e tal. Não tinha base familiar, vivia em casa de estudante, era uma situação muito.... A minha mãe morava no barraco e a dela também. Não tinha essa visão de vamos ter filho e ficar na casa da mãe um tempinho, não podia fazer isso, a gente não tinha condições de fazer isso, não tinha opção. Algumas pessoas tiveram filho na casa de estudantes, optaram por ter. A gente não quis. Não sei se essas pessoas conseguiram chegar a ser doutor e tal, não sei. Acredito que até pôde que tenham conseguido, mas, com mais tempo. Das pessoas que eu conheci que tiveram filhos lá, não vi nenhuma bem, a não ser que casaram com estrangeiro, gringos e foram lá para fora. Tem uma que teve quatro filhos e até hoje está morando num lugar...está meio pirada da cabeça, porque nenhum dos homens assumiu os filhos. (Paulo)

Contrário às expectativas de uma formação tradicional, conservadora e rígida, o aborto, que não faz parte do repertório da mesma, acaba sendo promovido ou estimulado e, até se convertendo em um recurso de libertação, ou como diz uma das nossas entrevistadas, em ritual de iniciação e consolidação de uma vida mais independente e autônoma. Encontramos o caso de duas mulheres que mostraram similitudes em relação a uma formação sexual repressiva sendo este um ponto de importante referência que atravessara suas análises do processo. O aborto adquiriu, nestas duas entrevistadas, uma conotação particular, um significado de libertação e ruptura com um destino para o qual tinham sido formadas. Na seção dedicada à avaliação posterior da decisão voltaremos sobre estes dois casos.

Primeiro um medo, um terror em relação à aceitação na família. Senti um pânico tão grande que era como se eu tivesse feito um erro. E a família, ela tem uma estrutura muito perfeccionista porque todos são muito acadêmicos, todos tiram dez, ganham prêmio, todos, meu pai... Então é assim: você erro! Aceitar o erro já... eu encarei o aborto como um erro. Magina! Eu vou assumir o erro na frente dos outros? De jeito nenhum. Então foi uma coisa muito mais ligada a uma estrutura intelectual, mesmo, de tradição familiar, de formação. De uma família que fala mais de problemas teóricos do que de afetividade, de uma família que não lida com frustração, com erro, com insegurança...(Laura)

...eu não queria ter o filho, eu não queria, não era o que o queria, sabia que se tivesse filho, meus projetos profissionais...eu queria morar fora, eu não queria estabelecer um vínculo...achava que minha vida ia ser uma catástrofe... que ia ser da minha vida? Eu tinha um pouco a idéia de que se eu tivesse um filho minha vida ia ser de dona de casa, sabe? Eu não ia ter vida profissional, eu achava que as duas coisas eram incompatíveis, até porque a imagem da minha mãe... eu achava que eu ia ser minha mãe, ia repetir a história, até porque ia ter uma puta referência mesma da minha família, ia ser uma coisa... a pressão ia toda levar a isso, porque você não tem maturidade para se separar da família e eles iam tomar o controle das coisas porque eu não tinha independência financeira [...] eles iam fazer um modelo, ia ser o modelo

de minha mãe, na cabeça dela eu ia ser ela, e ela ia forçar para que fosse. [...] Eu não ia casar grávida, não era isso meu projeto de vida, que nunca ia acontecer isso comigo eu acho que até foi uma decisão até... e tinha toda uma pressão de meu pai em relação à família dele: Não, as minhas filhas são todas certinhas, nenhuma delas vai casar grávida, não existe isso na minha casa. (Júlia)

Nos casos em que o projeto profissional não foi o aspecto determinante para a decisão colocaram-se razões relacionadas com o tipo ou qualidade de relacionamento e ausência de desejo de filho:

Eu tinha acabado de me formar e tinha um objetivo muito claro do que eu queria naquele momento: queria comprar um terreno e fazer a minha casa, acertar a minha vida [...] Tenho emprego fácil, não ganho mal, mas a situação dele é um pouco mais complicada. [...] Eu tenho desejo de ter filho, só que na época a gente decidiu que não porque não dava. Eu ganhava um pouco mais, só que estava numa situação que eu não tinha tempo para dormir [tinha dois empregos], menos para ter filho. Esse foi meu motivo, e o dele é pela não realização profissional, por não ganhar dinheiro. Como é que ele vai ter um filho que ele não pode sustentar? Quem vai sustentar o filho é a mulher que vai ser base de todo. Então a minha família vai cobrar, a família dele vai cobrar e ele não vai suportar, ia acabar criando uma pressão que eu ia acabar criando esse filho sozinha. A gente podia ficar junto dois, três anos, só que mais que isso era eu e eu. (Ana)

O conflito surgiu rápido: ela falava eu quero e eu dizia eu não quero [...] primeiro o susto do inesperado e que é um inesperado que... é por um lado indesejado e por outro ele é desejado. Isso é muito complicado [...] Para mim tem uma coisa que é muito clara e aparentemente pouco objetiva. Eu não tinha vontade, como não tenho vontade de ter um filho hoje, assim... isso, na verdade, o que eu estou querendo dizer é que é pouco objetivo porque não quer dizer que eu não queira ter um filho, não quer dizer que eu não queira ter um filho com ela, que dizer que não quero ter um filho agora [...] a emoção é essa, o resto que eu vou te dar são justificativas racionais... (Sérgio)

Procurar as razões aduzidas para a interrupção remete também ao processo de decisão, e em alguns casos, à discussão dos parceiros acerca de seu desejo e disponibilidade para assumir a maternidade/paternidade. Nesta parte do processo encontramos várias questões. Uma delas é a falta de clareza que alguns de nossos informantes tiveram sobre o assunto, uma vez que a decisão foi tomada unilateralmente pela mulher sem nenhuma discussão.

Ela já me informou, ligou para mim informando que estava grávida e que já tinha tomado uma decisão [...] Na hora você pensa: se ela não quer ter o filho é porque ela não gosta de mim. Então, você fica chocado pelo fato da pessoa não gostar. Não havia nenhuma razão dessa primeira vez para não ter, de não assumir [...] Me pareceu que se eu ficar insistindo pelas razões de aborto, eu ia querer saber porque ela queria se separar. [...] não deu para discutir. Ela estava irredutível: não quero, acabou. Na outra experiência foi uma coisa de um mês de namoro, não foi nem um namoro. Eu estava assim, um mês antes de viajar ao estrangeiro para fazer o

doutorado. Ai, engraçado, porque eu não fiz questão nenhuma de que ela... acho que a gente não se gostava [...] Ela estava em dúvida, deixou para que nós decidíssemos. Eu não disse que eu não queria, mas fui irredutível em uma coisa: não ia deixar de ir para o exterior (Luís)

A forma como eu fiquei sabendo foi muito ruim: um dia nós acordamos brigando, a gente acordou e começou a brigar. A relação já não estava muito boa e... daí ela virou e numa hora falou o seguinte: e tem mais, estou grávida. [...] Eu fiquei muito chocado, assim, fiquei desorientado porque eu acho que foi colocado numa forma muito agressiva. Quando eu fiz um comentário tipo: Ah, então, como é que a gente vai fazer? ela falou que todo estava resolvido: vou para o Rio e não se fala mais nisso (Sérgio)

Em geral, ao analisar as razões da interrupção entre as mulheres encontra-se que o aborto foi contemplado em todos os casos como a primeira opção, sem manifestar maior disposição para dar continuidade à gravidez. O posicionamento e, conseqüentemente, as razões delas foram determinantes na decisão. Só uma das mulheres entrevistadas decidiu optar pela interrupção privilegiando o desejo do companheiro.

Ele já sabia um pouco da minha vontade de ter filho, o tema já tinha sido colocado em pauta, né?: vamos planejar ter um filho. Não estava dizendo vamos ter um filho já, mas tava dizendo vamos planejar um filho daqui a um tempo... tôu com 32 anos, estou com vontade, tá na época, então já estava começando a falar no tema. Dai, essa segunda vez se evidenciou uma diferença, porque eu tava na dúvida, eu tava um pouco querendo ter, um pouco com medo, um pouco assim...[...] e ele começou a falar: olhe, eu não quero, eu não quero, eu não quero, não tenho condições, não ganho dinheiro, não estou estabilizado profissionalmente, não tôu com desejo de ter filho, não estou sentindo desejo por ser pai, assim, várias coisas ele foi falando. (Patrícia)

Se analisarmos no processo de decisão a posição dos homens, encontramos que eles manifestaram maior propensão para continuar a gravidez. Tal disposição foi colocada de duas formas: explicitando seu desejo de ter —ainda que em alguns casos as condições da relação ou econômicas fossem adversas— ou acatando e apoiando qualquer decisão que elas tomassem, o que incluía obviamente a possibilidade de ter o filho.

Foi um misto de felicidade e um choque muito grande na hora porque eu tinha muito certo em mim que eu assumiria a criança, mas não assumiria ela, a mãe. Eu disse isso a ela: olha eu assumo a criança, arco com todas as tarefas que um pai deve arcar, tudo que for preciso, divido todo, todo o trabalho, despesas, mas eu acho que não tem nada a ver a gente ficar junto agora. Para ela foi muito difícil isso, ela era mais nova que eu, ela tinha vinte cinco, ela disse que sozinha não queria ter o filho, então ia tirar. [...] Então, eu fiquei sem argumentação para dizer não tira. Eu gostaria que ela não tivesse tirado, mas eu gostaria que antes de tudo ela ficasse bem com a opção que ela fizesse. Isso para mim estava, até, antes que tirar ou não tirar,

ela ficar feliz e achar que estava fazendo alguma coisa que rendera felicidade para ela, dando um estado de leveza para ela, embora tirar não dê leveza para ninguém, mas, ter, talvez, com o medo que ela estava tendo nessa situação fosse muito pior (João)

Dai, eu falei, bom, novamente joguei para ela a opção de ter filho ou não. Para mim, eu tava afim de ter, pessoalmente sim, mas como para ela, ela colocou como se fosse uma calamidade: vai acabar com minha vida, [a maternidade] está destruindo minha carreira. Então eu falei: tudo bem, a opção que você fizer você conta comigo, eu te apoio e tal. (André)

A minha posição foi absolutamente sincera na época: se para ela fosse importante ter o filho e se ela quisesse ter o filho eu apoiaria e estaria junto e ficaria feliz com isso também. Se ela não quisesse ter eu apoiaria do mesmo jeito. Quer dizer, não é uma questão de tanto faz, mas era uma questão de que eu estaria feliz com qualquer uma das duas formas. [...] Eu queria estar com ela sempre, o tempo todo, e não tinha no meu horizonte futuros possíveis separado dela. Tava muito feliz e queria ela de qualquer jeito comigo. (Milton)

Tal postura tida tradicionalmente como de apoio e solidariedade incondicional, também pode ser interpretada como uma falta de comprometimento com a decisão, na medida em que não há a explicitação do desejo do parceiro, com a conseqüente projeção da responsabilidade por qualquer decisão tomada pela outra pessoa: “Mas, quando ela me acusava eu dizia: você é que fez a opção, não fui eu” (André). No entanto, os entrevistados fizeram-nos refletir sobre outro aspecto da questão que já foi mencionado e que será discutido mais adiante: o que está em jogo, muitas vezes, não é o desejo de ter ou não filho nesse momento, senão de manter a relação. Este aspecto ficou mais claro ao indagar a avaliação que eles fizeram da decisão, quando lamentaram a perda da relação e não do filho.

Com uma pessoa que você gosta, você não quer que aconteça com ela uma coisa que ela não quer, uma coisa que vai ser desagradável, você quer fazer a pessoa feliz, você quer agradar a pessoa, estar do lado dela. (Milton)

Além das diferentes razões manifestadas por nossas/os entrevistadas/os, queremos ressaltar aqui que a decisão de interrupção de uma gravidez nunca se considera de maneira abstrata e sim em relação às condições específicas nas quais esta acontece de acordo com articulação dos projetos de vida de cada pessoa em um momento particular, sendo a avaliação delas uma questão completamente subjetiva e correspondendo ao foro íntimo:

Se fosse de uma outra pessoa que eu realmente gostasse muito, apesar de eu achar que não é o momento, aí eu acho que eu talvez levasse adiante, mas com ele [atual namorado] eu abortaria também.

Então, a questão de ter filho, para você, está mais relacionado com o tipo de relação do que com as perspectivas profissionais?

Olha, neste momento acho que sim. Se você tivesse me entrevistado umas três semanas atrás, eu diria que não, que a carreira é o mais importante. Mas, é que eu reencontrei uma pessoa que foi a única paixão da minha vida, e aí, quando eu encontrei essa pessoa, cheguei à conclusão que com ela eu teria e dane-se o... sem problema. Então, agora acho que eu posso dizer que o mais importante é o relacionamento mesmo, o que é que você espera do futuro, se você quer ter um filho com essa pessoa ou não, se cê acha que vai ser um pai adequado ou não e, apesar de me atrapalhar bastante, seria super complicado, mas acho que se fosse com essa outra pessoa eu teria, sim. (Renata)

4.2.5 As normas jurídicas e morais e a decisão do aborto

Assim com outras pesquisas realizadas nesta área, encontra-se uma disjunção entre crenças e comportamentos. Evidencia-se o que Petchesky²² chamou de “moral da praxis” referida à negociação entre ideologia, realidade social e desejo. O que é certo para todas as pesquisas, inclusive feitas entre os diferentes níveis sócio-econômicos é que nas decisões de aborto não há influências das crenças religiosas ou das normas jurídicas, uma vez que é considerada uma decisão de caráter pessoal e atrelada às circunstâncias de vida particulares.

Eu não sou religiosa no sentido de... eu sou crente em Deus. Com isso do aborto foi muito tranqüilo. Para mim o que pesou muito foi... acho que hoje mexe muito comigo foi essa coisa do relacionamento. A religião nem passou pela minha cabeça. Acho que a mulher tem que ter o direito de escolher a hora que quer ser mãe, só a mulher sabe. (Ana)

Sobre esta temática houve consenso geral na rejeição e fortes críticas à lei que proíbe o aborto, por julgá-la invasora da privacidade e autonomia da mulher. Várias das pessoas entrevistadas analisaram como a proibição não inibe a prática, porém provoca problemas na saúde das mulheres, especialmente das mais pobres.

O estado não pode decidir sobre o corpo da mulher e vontade dela, em primeiro lugar. Em segundo lugar, com a chacina que se faz todo dia no Brasil, quer dizer, quantas pessoas morrem porque isso é proibido, porque isso não é acompanhado, porque tem açougueiros fazendo isso sem nenhuma assepsia e são pessoas que não tem a menor condição, nem poder nem discurso para se defender dessa posição de submissão e de terrorismo. Isso para mim justifica que o aborto seja legalizado em qualquer caso. (Sérgio)

²² PETCHESKY *Apud* ARDAILLON, D., 1997a - Op. cit., pág. 191

O consenso também foi em relação à liberalização do aborto, ainda que alguns argumentos mostram-se abertamente liberais e outros mais restritivos. Os mais restritos falaram do aborto como um recurso de última ordem que deve tomar-se em casos extremos, posicionando-se contra o uso do mesmo de uma forma banalizada ou como método contraceptivo, em razão de ser um processo difícil, e das implicações para a saúde da mulher. O que todas estas pessoas julgam é a importância de atuar em função de uma ética, onde a desobediência não é concebida como um ato de malignidade, senão de proteção dos próprios direitos, convicção que é deduzida de uma argumentação racional que se insere num discurso ético mais geral e coerente.²³

Têm situações e situações e eu acho que a religião para a maioria das pessoas ela serve como um controle, são aqueles dogmas que você tem e você tem que seguir. Eu prefiro viver de acordo com a ética, entendeu? Eu prefiro ter uma atitude ética, para mim... não me faltou ética, acho que em primeiro lugar vem a decisão da mãe mesmo.
(Renata)

4.2.6 O procedimento de interrupção

O fato de ter excluído, neste trabalho, os casos que tiveram complicações médicas, obedece a que a intervenção e as implicações posteriores na saúde da mulher têm um papel decisivo no registro das representações do evento. No nosso grupo, a quase totalidade dos procedimentos de aborto referidos foram tranquilos e seguros. Como foi dito anteriormente, neste grupo, a preocupação com as condições de intervenção foi relevante, inclusive, para a decisão de fazer o aborto. Em outros termos, a interrupção, em alguns casos, só seria feita se existissem condições que garantissem a integridade da saúde da mulher.

Submeter-se a uma intervenção corporal é, para muitas pessoas, estressante, tensão esta que se acrescenta em função do contexto sócio cultural que cria umas condições marginais para esse tipo de procedimento circunscrito à clandestinidade. A concretização da decisão é um momento de extrema fragilidade e insegurança, em que o corpo e sua integridade estão entregues nas mãos de um outro. A qualidade da inter-relação com o médico converte-se aqui em um fator

²³ Sobre o comportamento ético ver: LONDOÑO, M.L. *Ética de la ilegalidad. Visiones de género y valores reproductivos*. Cali: Feriva, 1994; UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. *Encuentro de Investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe. Problemática religiosa de la mujer que aborta*. Colombia: Arte publicaciones, 1994; MORI, M. *A moralidade do aborto: sacralidade da vida e novo papel da mulher*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997

chave, não só do momento, senão, de todo o processo. Algumas das nossas entrevistadas falaram extensamente sobre esta questão, por isto pareceu-nos importante trazê-lo aqui.

O médico, até, hoje ele é meu médico... e ele é um médico muito bom porque ele consegue....pelo menos para mim foi muito bom. Ele tratou aquilo que eu chamava de erro e uma anomalia, estou com anomalia, porque isso não teria que ter acontecido. [Ele tratou o assunto] como uma coisa natural e como um sinal de saúde e não de doença: isso indica que você é saudável, que você pode ser mãe, que você é fértil. Só vendo o lado positivo da coisa e eu só tinha puxado... Quando ele veio com todas as questões positivas eu me acalmei mais. (Laura)

Ele foi muito simpático, muito educado, muito careiro, mas do tipo: olhe você tem certeza? É isso o que você quer? Você quer pensar um pouco mais? [...] Eu tenho a impressão que ele só faz quando a pessoa está muito segura que quer fazer mesmo [...] Foi muito tranquilo, foi bem desagradável [...] Enfim, e ele vai explicando o que vai fazendo, então é um médico que tranquiliza muito, então eu não tava nervo... claro que você está nervosa, ansiosa, mas ele vai falando: estou fazendo assim, agora vai doer um pouco, e então vai deixando você mais ou menos tranquila, digamos com o procedimento médico (Patrícia)

É bom lembrar de que tipo de população estamos falando, uma vez que nem todas as mulheres ou casais têm possibilidade de ter acesso a uma interrupção adequada, cujo custo pode oscilar entre os oitocentos e quatro mil dólares —valores referidos por este grupo. Voltamos à questão de classe já discutida no início deste trabalho. Contudo, a nosso ver, o problema não é só de classe. Se bem que a punição do aborto eleva os custos do fazer de uma prática ilegal, a clandestinidade continua sendo um grande perigo para a saúde das mulheres, indiscutivelmente maior para as mais pobres. As/os nossas/os entrevistadas/os manifestaram grande temor pelo risco do submetimento a uma intervenção médica não regulada e, na maioria das vezes, motivada somente pelo lucro econômico. Várias/os delas/es falaram criticamente da procura de lucro, da existência de uma “indústria” que se nutre do desespero porque finalmente ninguém deixa de fazer aborto porque seja ilegal. Segundo Ardaillon, “o procedimento médico pode se dar em condições de total segurança se for pago, e caro”²⁴, porém, vejamos o depoimento de Júlia quem pagou a cifra mais alta pela interrupção:

Ai a gente foi marcar na mesma clínica [na que foi feita o primeiro aborto] e cheguei lá ... o prefeito da cidade, não sei que aconteceu, ele fechou todas as clínicas de aborto, eles sabem quais são... ele fechou todas e fechou aquela. [...] A gente resolveu ir para outro lugar e era uma clínica muito menor [...] Ele cobrou um olho da cara porque ele falou: Olhe, não sei se vai dar, não sei o que... E a gente falou: olhe o dinheiro não é problema. Aê? são quatro mil [dólares], dinheiro à vista, você chega e

²⁴ ARDAILLON, D., 1997a - Op. cit., pág. 184

dá o dinheiro antes de fazer. Era um cara nojentão. Ai eu estava de quatro meses e a minha médica super preocupada porque era uma coisa meio perigosa. O tempo passou porque primeiro eles fecharam a clínica e até a gente descobrir outra, depois veio... caiu um monte de coisas que ai foi adiando e eu já estava meio desesperada. Minha médica falava que eu tinha que tomar anestesia geral porque já estava no quarto mês, que era para eu tomar cuidado com isso, e o cara queria... falou: tira a calça. Não era tira a roupa, nada. Tira a calça, deita ai e eu discutindo com ele: não, você tem que dar anestesia geral porque a minha médica falou. Ele cobrou os tubos, assim... ai eu tendo que discutir com o cara essas coisas ai na mesa, um absurdo [...] Essa ilegalidade é muito conveniente para a polícia, para o médico que faz porque cobra os tubos, a pessoa paga os tubos e é tão falso, um falso moralismo tão grande que... você [o médico] não tem responsabilidade, porque é todo na ilegalidade, é você quem é ilegal aqui, você que é culpada. O médico é o que está fazendo o favor para você, entendeu? Então qualquer problema que acontecer é seu, não tem responsabilidade de ninguém. É uma coisa assim absurda. (Júlia)

Me indicaram essa clínica como uma das melhores de Campinas. Ai eu fui lá e era aquela coisa: uma clínica trancada, aquela coisa assim, que já o ambiente é muito ruim, aquela coisa pesada, clandestina que você não pode falar. Você vai se submeter a uma cirurgia, vai tomar anestesia e você não pode falar disso com a pessoa que vai te estar atendendo. Fiquei muito mal impressionada, sabe? Eu já tinha estado em outras clínicas e sempre é um ambiente muito ruim. No Rio estive numa que era tipo carniceria [...] Enfim, e meu maior medo era de me submeter mesmo a uma cirurgia, tomar anestesia, ter um treco, sabe? sei lá [...] Você não sabe que estão fazendo com você, você não tem controle sobre você e não tem nenhuma confiança porque você não tem como, porque é tão criminoso para quem faz como para quem se submete a... então isso era o que mais me horrorizava. Isso daí me apavorou e ai eu resolvi começar a tentar a alternativa do cytotec. (Lúcia)

As condições de segurança e de uma intervenção adequada, não necessariamente são garantidas com pagamentos de altas cifras de dinheiro. Este tipo de condições de intervenção são estimuladas pela ilegalidade, e acabam sendo argumento para justificar a “perigosidade” do aborto e portanto sua proscrição. A ética médica também entra em discussão nesta parte. A situação do poder médico é perpassado, em muitos casos, pelos valores do autoritarismo que censuram e sancionam formas de atuação consideradas ilegítimas.

Ai comecei a ter um sangramento e minha médica: Ah! se você tivesse um aborto natural a gente faz isso no hospital, vamos esperar mais um pouco... mas, não era. Ai eu peguei e eu senti que essa médica queria conservar, ela tentou... acho que não estava sendo muito profissional, ela atrapalhou muito [...] Talvez por princípios morais dela, mas ela tinha um princípio ético de não ir contra a minha decisão. Mas, ela, acho, que essa história do sangramento, ela tentou adiar para não ter... ser irreversível [a necessidade de continuar] (Júlia)

[Lúcia alguns dias após o uso do cytotec procurou o serviço médico universitário para fazer revisão] Ai aconteceu uma coisa muito ruim. Essa médica me atendeu e eu falei o que tinha acontecido: olhe, eu fiz um aborto e quero fazer uma ecografia. Ela

perguntou: como você fez? contei todo para ela, tomei o remédio e foi assim e assim. Então, ela disse: Ah! então você não sabe se você fez aborto. Falou com uma cara!, ela não foi nem um pouco receptiva, nem um pouco nada. Fez uma cara assim como... Ah que saco você aqui! Eu fiquei muito chateada com a reação dela, porque puxa vida! o médico que era homem, que em princípio você poderia ter problema, foi super legal, né? e ela que era mulher... aquela história, poderia entender um pouquinho melhor. Enfim, foi super grossa, super fria. [...] No Brasil tem médico que não atende, que se eu chegar, mesmo depois de ter feito, se eu chegar lá, como aconteceu comigo, de eu chegar lá e a mulher me atender de má vontade. Eu podia chegar no hospital, no pronto socorro, estava arriscada de chegar lá e me deixarem lá, passar todo mundo na minha frente, meio que me punindo. Quer dizer, eu sabia que eu corria esse risco. (Lúcia)

Este momento se constitui, então, em um ponto muito sensível e de grande importância para a assimilação do processo. Além da confiança no médico, do trato que é recebido e das condições nas que é realizado o procedimento, as mulheres desta pesquisa falaram da importância do acompanhamento do parceiro no momento da intervenção e depois da mesma.

Me levaram para uma sala do lado e aí veio aquela enfermeira, aquela coisa super... Mas, nessa deve ser horrível para uma mulher que não tem apoio nenhum [...] Ele sempre ficou de meu lado nas coisas que eu decidia. E daí ele ficou, a gente voltou, jantamos e daí ele deu uma boa desculpa na casa dele e ficou comigo essa noite. (Regina)

[Júlia continua falando do choque que provocou o segundo procedimento descrito na página anterior *Engraçado, né? porque, como as coisas são... porque no primeiro eu não tinha um relacionamento.... se tivesse acontecido no primeiro [com o parceiro do primeiro aborto] eu não sei o que ia acontecer, acho que eu ia entrar em parafuso. Ainda bem que isso aconteceu com [o parceiro]. Tinha toda uma infra-estrutura de apoio que ele me deu e facilitou atravessar isso... logística, de infra-estrutura que me ajudou a atravessar de uma maneira espetacular. Se eu tivesse que enfrentar o que eu enfrentei no segundo com... sozinha, do jeito que eu tava, só...(Júlia)*

O procedimento de aborto se realiza inevitavelmente no corpo grávido. Aqui voltamos ao que Laqueur chama “el hecho de la carne”. No entanto, o processo de interrupção não se limita ao momento da intervenção, ele não é só corporal, está atrelado a outras questões como a participação e o apoio do companheiro que aparece, neste grupo, como um aspecto fundamental do processo. Vamos centrar um pouco a análise na forma “não corporal” da participação dos homens.

4.2.7 A participação masculina no aborto

A forma como aparece a participação do homem no processo de interrupção é sintetizada por Di Giovanni nos seguintes termos: “O parceiro, ou é solidário à decisão tomada ou se vê excluído desse processo, reafirmando a percepção do aborto como sendo uma decisão pertencente à mulher.”²⁵

No trabalho de Guevara²⁶ explorou-se diretamente a participação dos homens no processo. Trazemos aqui alguns de seus achados com os quais nos interessa fazer contraponto. A autora refere que ao serem indagados pelo tipo de responsabilidade que assumiram, 90% respondeu ter financiado parcial ou totalmente o custo do evento, afirmando sua responsabilidade como homens. Nas nossas entrevistas encontramos que entre os eventos vivenciados tanto pelos homens quanto pelas mulheres, só em dois deles se constatou o pagamento do homem —a solicitude deles— como uma forma de contribuição ou compensação ao processo sofrido pela mulher, ou seja, como a parte de sacrifício que corresponderia a eles.

A gente foi [à clínica] e eu tomei aquela atitude boba que... não sabe o que fazer. A única coisa que podia fazer era assumir todo, numa condição em que... eu sou de classe média baixa e ela tinha grana. Mas, não é pelo fato de pagar... senão que o sacrifício para mim ia ser... do ponto de vista econômico muito difícil porque eu não tinha, ia abrir mão de um monte de coisas, dinheiro que eu estava guardando para a viagem [o fato aconteceu um mês antes dele viajar ao exterior para fazer o doutorado]. Então, a minha parcela de sacrifício, de penitência diante de uma atitude que eu não... nós tomamos em última circunstância. Também não foi tomar essa atitude na boa, dizer tanto faz, normal. Para mim, o aborto, tanto a segunda vez que eu tomei a decisão de fazer, foi.. em certa forma uma penitência para isso, me privar de...na época foi uma penitência econômica. Foi boba porque não acho que porque eu sou homem deva pagar. Deixe que eu pago, sou homem... não queria que isso se configurasse como eu te dei uma jóia em troca de seu corpo. [...] O problema foi para mim, não porque ela não quis pagar, foi uma penitência de aquilo que eu não quero que fique como uma atitude normal na minha vida. Eu fui carrasco de mim mesmo, então, eu vou fazer uma penitência. Também não acho que isso funcione. (Luís)

Ele ficou muito junto, muito próximo, participou de todo. Ia comigo, ficava comigo, a gente conversava, ele cuidava muito de mim, tinha uma preocupação... ele achava que era um problema dele, ele ficou muito ansioso porque não sabia o que ia acontecer... era o risco, estar me expondo ao risco. Ele ficou com um puta peso na consciência, foi a proteção... ele teve uma postura de proteção: Eu não posso fazer nada porque é

²⁵ Di Giovanni, Op. cit., pág. 179

²⁶ Guevara, E., Op. cit.

com você, mas, eu vou... a parte da grana....[ele assumiu totalmente o custo do procedimento] (Júlia)

Nisso ele assumiu o pagamento, era parte da poupança dele, ele resolveu pagar tudo, mas porque eu não tinha dinheiro, e porque se eu tivesse que arcar com a responsabilidade financeira do aborto o que é que eu ia fazer? ia ter que apelar para as amigas. [...] Ele é um cara hipocondríaco, entendeu? então está sempre no médico e tem contatos muito bons, com médicos famosos de aqui, ele frequenta direto médicos... e conhece médicos que recomendaram uma clínica em SP [...]. Foi ele que arrumou todo porque os pais dele tem conhecimento médico muito grande... e fui lá, era uma clínica muito chic, elegante [...] era caro, mas meu namorado tinha grana, ele é judeu, né? tem grana guardada.... (Regina)

O dinheiro parece jogar um lugar muito simbólico, na medida em que é uma forma de dividir a responsabilidade tanto pelo erro que gerou a gravidez quanto pela decisão, ou como uma forma de afirmar a participação. No entanto, Luís é claro em falar que o que estava atrás dele colocar o dinheiro era abrir mão —talvez até desnecessariamente uma vez que sua namorada tinha recursos— de algo que para ele, naquele momento prévio à viagem e em uma situação econômica difícil, representava sua quota de sacrifício. Na maioria dos casos, o casal dividiu os gastos do processo até pela metade. Neste grupo, observou-se que a participação deles não ficou restrita à contribuição econômica. Os parceiros mostraram-se muito ativos na procura de ajuda ou informação para a realização da interrupção. Em alguns casos, logo depois de tomada a decisão ficou por conta deles esta parte do processo:

Os dois abortos que eu tive foram feitos na minha cidade. Um médico muito conhecido, muito experiente [...] uma pessoa ultra experiente, ultra procurada por todo mundo e muito conhecida [...] Só que o doutor X já morreu, então eu não conhecia mais ninguém. Eu procurei um amigo aqui do instituto que tinha feito aborto há pouco tempo, tinha levado a namorada também. Ele me indicou esse médico e ele [o médico] me indicou uma colega dele, uma médica daqui da universidade [...] Falou: então você vai ter que procurar um colega meu, também formado aqui na universidade que tem uma clínica na cidade [...] nós marcamos, estivemos lá, nos atendeu... (José)

Então, a decisão foi muito rápida. O único problema era como [fazer] e como pagar também. A gente decidiu que ele ia procurar uma amiga que ele sabia que tinha feito. Ai a gente saiu com ela aquela noite mesmo e tal e, ela indicou um médico e tal e o médico era o médico da mãe dele [...] Ai tinha a questão do dinheiro. Eu falei: olha, eu tenho dinheiro na poupança, eu pago metade e você paga metade. Só que ele era um cara mais dependente da família, ele não tinha poupança, ele tinha mesada que ele tinha que pedir, então ele teve que se expor mais [...] Ai eu falei: só falta você falar com os seus pais porque eu saco meu dinheiro amanhã. Ele teve que enfrentar isso com a família e ai ele teve que enfrentar isso sozinho e eu tive que segurar os meus enjôos em casa. (Laura)

Uma outra questão que também chamou a nossa atenção foi a preocupação dos parceiros com a segurança do procedimento, de que este fosse feito em lugares confiáveis, assim como de tomar medidas que garantissem a saúde física e emocional de suas parceiras. Nos casos do uso do *cytotec* também foi interessante que eles procuraram previamente informação acerca do mecanismo de ação e dos riscos inerentes a seu uso.

Eu participei, fiquei sempre do lado dela. Ela resolveu usar o remédio [cytotec] que ela conhecia [já tinha usado] e foi uma galera a achar esse remédio. Não era fácil... acho que ainda não é. Eu acabei encontrando por intermédio de amigos... tomamos... ai eu fiz questão de procurar um lugar para ficar. Eu resolvi assumir uma situação mais tranqüila, então saímos, fomos viajar. A gente ficou num motel. Na época eu nem tinha grana pra isso, mas eu fiquei muito preocupado, vendi o carro, comprei outro mais simples, peguei a grana que tinha sobrado, guardei, deixei comigo porque eu fiquei com medo. Eu tinha um plano de saúde, mas ela... a questão passou muito por aí, a saúde dela... a gente vivia um problema médico, mas não tinha médico nessa história, e isso me alertou, fiquei muito preocupado mesmo. Ela mesma colocou o cytotec. Eu me senti até mal porque eu me senti um pouco impotente na situação. Eu não sabia nada disso, não sabia como fazer. Para mim o normal era procurar a orientação de alguém...um médico [...] Eu fiquei muito constrangido... qualquer atitude que eu tomasse poderia melhorar de vez ou piorar a situação, era crucial [...] Ela tomou as rédeas da situação: ela pedia, eu fazia. Foi bem assim mesmo [...] Eu fui procurar saber da ação do remédio, do princípio ativo, dos efeitos colaterais, do que podia acontecer. É um remédio usado para problema gástrico e, corria o risco, sobretudo, de hemorragia e... bom, eu fiquei... Então a gente foi num lugar que era próximo de um hospital, do centro, que tivesse condições. Cuidei da alimentação... eu acabei sendo um técnico [ri] Mas, era o apoio que na hora eu senti que podia dar, mas super magoado, fiquei muito magoado com a situação. (Luís)

A médica [que acompanhou o processo] era amiga minha, não dela. Eu conversei e ela veio, ficou junto, acompanhou. A gente combinou um final de semana, eu estava sozinho na casa que eu dividia com uma amiga, então elas foram para passar o final de semana em casa. Peguei um monte de fita de vídeo para passar o tempo porque ela pediu passar numa vídeo locadora ... [Na segunda experiência] Esse processo foi a mesma coisa, com cytotec, foi tranqüilo [...] o cytotec deu resultado rapidamente, até sem sofrimento. Ela não teve muita diarreia... porque isso solta a musculatura lisa, o intestino, útero, tudo se desprende. Foi muito rápido. (João)

Nós discutimos a idéia, nós nos informamos sobre um médico que fosse bom e não importava se a gente ia gastar um x ou dois xx, entendeu? a questão era outra, mesmo não tendo dinheiro. Então, nós descobrimos um bom médico. Eu fui junto, a gente conversou, quer dizer, no que na minha opinião é fundamental. (Sérgio)

Guevara também encontrou, entre os homens, um vazio acerca do momento do aborto: a referência era feita ao momento anterior e posterior do evento. Em contraposição, nossos entrevistados falaram do momento da interrupção, da sensação deles em relação ao tempo de espera. A maioria deles manifestou sua angústia com o que podia acontecer com sua companheira,

com a preocupação pela dor, etc., em muito casos já matizada pela verificação prévia de que se tratasse de um lugar confiável.

Tar lá fora, na sala esperando, parece que tem alguma semelhança com o fato de não ser no teu corpo, você entende? Parece que tem uma analogia, uma associação entre uma coisa e outra. Quer dizer, você não pode estar lá na hora junto, por exemplo assegurando a mão ou alguma coisa assim. Da mesma forma que não passa nada com teu corpo, você está lá fora e... nesse sentido, comparativamente é uma situação muito confortável. Você está lá num sofazinho, lendo uma porcaria de uma revista velha, esperando... quer dizer, você está bem melhor do que ela na sala de cirurgia. Por outro lado, é uma tensão muito grande. Você não vê a hora daquela coisa acabar e você saber como é que ela está passando, porque você não sabe o que está acontecendo lá, se ela está tendo uma hemorragia, se ela está tendo dor, qualquer coisa desse gênero. O que é mais ou menos controlável dessa ansiedade e esse medo é em algum lado controlável pela confiança que eu tenho no médico, quer dizer, eu sei que o cara não vai fazer uma cagada lá [...] sei que ele é competente e sei que ele tem mais do que mera competência mecânica, ele tem uma postura em relação ao aborto, que eu confio e isso é fundamental [...] Isso alivia um pouquinho dessa tensão que eu tava descrevendo, mas a sensação é que aquilo acabe o mais rápido possível, voltar para casa e ficar deitadinho na cama, ficar junto, né? (Sérgio)

Esse tempo, esses 15, 20 minutos até ela voltar foi um momento de bastante ansiedade, de angústia e ansiedade... porque eu não queria que acontecesse isso com ela, como a gente não quer que aconteça com ninguém. (José)

Tempo de espera, que eu me lembre, foi parecido com qualquer tempo de espera de uma intervenção cirúrgica numa pessoa que você gosta. O que eu quero dizer com isso é que eu não fiquei, nem no tempo de espera nem antes, eu não tinha preocupação tipo: vai conseguir fazer o aborto ou não vai. Eu estava preocupado com ela. Quando acabou eu subi lá, ela ficou um tempo deitada, ela estava pastel da anestesia ou sedativo, sei lá o que, mas falou que estava tudo bem. (Milton)

Eu ficava junto. É muito parecido com a sensação do parto. Você não tem as dores, mas você está sofrendo junto aí, está o tempo todo do lado, você vê a companheira sofrer, você sofre junto, você vê ela com dor e é quase como se quisesse a dor para mim. [Nas duas experiências ele acompanhou o aborto feito com cytotec] (João)

Um outro aspecto que apareceu na quase totalidade das entrevistas foi o apoio posterior proporcionado pelo companheiro, julgado como fundamental por muitas das mulheres.

Ele tem...no meu caso, se não tivesse perto [o namorado] nossa!, eu tava ferrada. Porque esse apoio... é uma coisa que mexe em... é uma coisa sagrada, que você fez com alguém, não foi o espírito santo que te deixou grávida, então aquele apoio...(Regina)

Eu penso que até mesmo para a mulher é interessante que o companheiro participe dessa decisão, eu acho que dá mais segurança, mas tranquilidade, né? Ela não fica sozinha nisso, arcando com culpas ou coisas... Quando ela divide essa responsabilidade, talvez o peso não fique tão pesado. (Rosa)

Temos, então, que neste grupo se observou uma participação ativa do parceiro, que não ficou reduzida ao pagamento parcial ou total da intervenção. Eles apareceram envolvidos e comprometidos durante todo o processo que incluiu desde a procura de informação e recursos para efetivar a decisão, até o apoio posterior. A carga emocional voltada sobre processo é também um aspecto de interesse, sendo que vários deles explicitaram que a situação mobilizou-os emocionalmente

4.2.8 Logo depois...

Ao indagar pela avaliação que atualmente se faz da decisão vários tipos de resposta foram evocados. Algumas das pessoas o fizeram desde o sentimento ou da sensação que ficou logo depois; outras ainda, a partir de seus projetos profissionais e pessoais e outras a partir das implicações na relação. Na visão retrospectiva do assunto se encontram algumas diferenças entre homens e mulheres. Em geral, a avaliação das mulheres se fez mais em função da decisão não ter impedido a realização dos projetos profissionais e pessoais, e do significado deste evento na afirmação de sua autonomia; enquanto que nos homens houve uma visão mais associada “àquilo que poderia ter sido e não foi”. Em outras palavras, a maioria das mulheres avaliaram os ganhos que atingiram a partir da decisão, enquanto que a maioria dos homens ficaram na perda, especialmente, da relação e do projeto familiar.

Pode ser importante lembrar, nesta parte, que ter filhos faz parte do projeto de vida da maioria das pessoas entrevistadas. Só uma das mulheres e um dos homens mencionaram sua dúvida a respeito: Lúcia, quem refere que até agora não faz parte de seu projeto porque acha que não tem vocação para a maternidade, ainda que não descarta a possibilidade; e Milton para quem “racionalmente” não fazia parte de seus projetos, porém, após a experiência da interrupção, que gerou, segundo ele, a ruptura da relação, começou a contemplar a possibilidade de que “algum dia possa ser bom ter um filho.”

Tradicionalmente, a realização do aborto se associa a idéia do sentimento de culpa. Nem todas/os nossas/os entrevistadas/os fizeram referência a este sentimento que, na maioria dos casos, ficou diluída em função das razões que levaram a tomar a decisão. Aqui, novamente encontramos

que a avaliação do evento não se faz em vão, mas em relação ao contexto no qual aconteceu a gravidez e as circunstâncias que levaram, inevitavelmente, ao aborto. Mesmo em quatro casos nos quais houve algum grau de arrependimento avaliou-se que a decisão de interrupção foi a mais conveniente. O arrependimento foi manifestado por Regina que perdeu seu irmão num acidente, situação que levou a se aproximar do espiritismo, depois do qual fez uma série de interpretações re-encarnacionistas. No caso de Rita, atualmente com 45 anos, que além dos dois filhos sempre desejou ter mais; e nos casos de Paulo e Luís que, agora na faixa próxima aos quarenta, não têm filhos. O comum destas situações manifestadas é que o repensar da decisão veio associar-se às circunstâncias posteriores ao evento. Vejamos alguns dos depoimentos:

Eu acredito que é mais por causa da minha religião, sabe? Assim, o que sobrou para mim disso é uma coisa psicológica, uma culpa, puxa não deveria ter feito. Mas ao mesmo tempo... assim, tirando a religião de lado, pôde ter sido melhor, eu ia botar uma pessoa no mundo que, sei lá, como é que eu ia cuidar da criança, mas sei lá, é uma questão muito difícil isso... se é certo, se é errado. Para mim hoje é errado, mas na época...[...] Eu tenho assim, um sentimento que um dia, não nesta vida, porque eu acredito em outras, que isso vai ser cobrado. Não pagar caro, sofrer, mas você vai ter que dar conta daquilo (Regina)

Agora você querer é uma projeção, participa o sentimento: vamos fazer um filho, vamos embora a fazer. Ai vêm e não dá certo, não consegue. Tem isso, né? Agora eu tentei, mas não dá certo. Ai até pensei que é por causa do carma: Pó! o cara matou tanta criança que tem um carma, pode até impedir psicologicamente.... é muito engraçado isso. Às vezes vem à cabeça isso: eu matei tanta criança, que agora chega! acabou a minha quota de alminhas! [ri] Acho que quando você não tem filho a culpa fica maior, né? [...] eu nunca vi isso como um problema, depois que me deu problema, algumas vezes, depois, quando penso: porra, sou um cara com quase 40 anos e não tenho nenhum filho. Podia ter um com 15, 16 ou até 18. Ia ser tão bom ter um filho com 18 anos agora, mas, também podia não ter chegado aonde eu cheguei, então tudo tem as suas razões. Mas, isso porque eu não tenho, mas se eu tivesse, não teria problema nenhum com os outros passados, que você teve e abortou.[...] Eu carrego um peso ruim e quando falo essa coisa com você não é uma coisa muito legal, é um peso ruim que você carrega por toda a vida, não vai esquecer jamais. Agora um outro filho pode eliminar. Você tendo filhos pode eliminar um pouco o sentimento do que você fez, entendeu? [...] Então no fundo acho que é melhor fazer isso mesmo, no fundo, a nível de meu pensamento, foi melhor ter feito isso, senão ia ser um saco a minha vida [ri] Podia me adaptar ao que eu vivi, mas não ia viver nada do que estou vivendo hoje. Ou muito difícil ter chegado a esse ponto todo nessas condições. (Paulo) [cinco interrupções, das quais ele participou em duas das decisões, as outras foram tomadas unilateralmente por suas parceiras]

Não é um negócio que eu esqueci, porque eu sou tio agora e sempre vem essa coisa de eu poderia já, de fato ter dois filhos. Eu vejo que eu tenho assim uma sensação de que eu poderia ter sido pai duas vezes e que essas crianças não iam ter diferença para mim. Eu acho que são duas atitudes que eu tenho...melancólicas de paternidade, que eu guardo igual essa coisa. (Luís)

Por outro lado, houve alguns casos nos quais a situação de interrupção gerou reflexões que passaram a significar importantes mudanças na vida destas pessoas sendo avaliada como uma experiência positiva, mas não por isto desejável. Isto especialmente nos casos de Laura e Júlia as que receberam uma formação, julgada por elas, conservadora e repressiva.

Naquele momento, eu lembro bem, que depois do aborto, logo depois, no mesmo dia, o que eu senti... foi uma libertação, porque eu tava, até então, movida por um pânico de ficar grávida... ai eu falei, puxa! já fiquei, então, assim, eu tinha muito medo de ficar grávida, muito, muito, muito.... Ai, quando eu falei: fiquei, não é nenhum bicho de sete cabeças... Pelo contrário, assim, essa gravidez, mesmo que tenha sido interrompida, ela serviu no plano simbólico, para eu assumir mais a minha feminilidade. Dizer: puxa, sou mulher, mesmo. Aquela coisa me libertou, me libertou bem mais do que se eu tivesse entrado num processo terapêutico e tal... [...] e representou o rompimento com a família. Foi o primeiro [rompimento] porque dentro deles vários se sucederam. Foi minha carta de alforria ou da liberdade, acho que depois desse, como esse era o primeiro mais forte, acho que depois desse... hoje eu me sustento, sou totalmente independente, assumi estar morando sozinha com uma família machista... Isso todo foi difícil, mas por isso é que o aborto ajudou, ele veio a calhar. (Laura)

Eu olho a minha vida hoje e não dá para me arrepender das decisões que eu tomei [duas interrupções], acho que eu tomei a decisão certa, era uma... no meio daquela história toda, dando este depoimento, falando, pensando no que estava em jogo, no medo que eu senti e ter conseguido superar esse medo.... Não sei se talvez fosse até mais fácil não ter enfrentado todo isso. Talvez fosse até muito mais fácil deixar e ter o filho e ter a vida que os outros queriam para mim... Nossa! eu falo: que bom que eu não me arrependo, eu não posso, não consigo me arrepender, talvez até deveria, mas não consigo me arrepender da vida que eu tenho hoje, da relação e responsabilidade que eu tenho com minha filha. Eu não sei... não dá para dizer o que seria, mas acho que eu seria uma pessoa muito frustrada... Acho que culpa sempre vai ter, acho que faz parte da... é uma coisa interna que você carrega desde que você nasceu a culpa... (Juliana)

Apareceu culpa, eu tive que trabalhar essa culpa, inclusive foi um momento em que eu estava de férias e eu passei sozinho, desligado, tentando elaborar não só essa questão mais outras que, de certa forma, tinham uma ligação com essa, até o fato de eu achar que para ser feliz eu tinha que estar com alguém. [...] Então, de alguma forma esse aborto, até isso de bom ele desencadeou para mim, que foi esse processo de fazer uma revisão e tentar elaborar todas essas culpas a partir da culpa do aborto, essa culpa cristã que parece que você tem culpa de estar vivo. O pecado da concepção... (João)

O processo de interrupção de uma gravidez passa, também, por uma situação de avaliação, provoca geralmente, uma auto-reflexão ao considerar ou rever os projetos e as relações, pois, como coloca Di Giovanni "...se o aborto tem como referência este projeto de vida, a sua prática

representa não somente a sua atualização, como também a sua reafirmação”²⁷, ou sua avaliação posterior. Esta atitude também foi constatada especialmente entre nossas entrevistadas:

A gente tinha todo um projeto que eu acho que eu levei adiante... que eu acho que toda essa situação, acho que, até passei por todo isso por levar esse projeto à frente, porque eu fiquei sete anos casada, numa situação super estável... acho que reforçou um pouco o projeto de vida, de priorizar... já que passei por tudo isso, eu vou, pelo menos cumprir com isso, isso criou um compromisso. (Júlia).

Essa interrupção deu força para essas coisas [avaliar a relação] porque, num relacionamento de seis anos, ou você sente com a pessoa e fala: não vamos ter filhos, vamos morar juntos, vamos viajar, vou fazer meu mestrado ou meu doutorado, mas tá claro. Agora, se chega numa hora em que você tem que discutir o assunto, você entra no consenso de que não é agora, mas eu quero ter filho com você, a gente vai fazer isto ou aquilo junto e aí a pessoa acaba não tomando uma atitude na vida, continua no mesmo pé que estava antes [...] então, passa um ano e meio e a pessoa continua no mesmo pé, é claro que você vai olhar atrás e ver que se acontecer agora, a gente vai ter que gastar dois ou três mil reais de novo como a mesma coisa e a gente não discutiu nada, não tem planos. Eu fiz as minhas coisas, eu tracei meus objetivos e fui até o fim e fiz, só que não eram os objetivos dele. (Ana)

Como já foi colocado anteriormente, a avaliação feita pelas mulheres mostra uma auto-afirmação da decisão em função da consecução de seus projetos. Só houve inconformidade no caso de uma das entrevistadas que decidiu abortar por vontade de seu companheiro, sem que também isto fosse vivenciado de uma forma dramática, uma vez que a projeção de ter um filho está presente e pensa concretizá-la quando certas condições dela forem atingidas e, desta vez, se for necessário, independentemente da vontade do parceiro. No caso dos homens, a avaliação se colocou mais freqüentemente em termos da perda da possibilidade de ter uma família, sendo que as expressões emocionais de dor foram mais manifestas entre eles. Isto, quiçá, relacionado como um sentimento de rejeição e com a constatação “vivida” de que a possibilidade de ter filho não depende somente do desejo deles. Sobre isto voltaremos no item 4.2.9

4.2.8.1 A relação

Se a relação se torna em um ponto álgido de todo o processo de interrupção, pareceu-nos pertinente analisar como ficou esta, posteriormente à experiência, ou seja, explorar se tinha ocasionado alguma mudança associada ao aborto. Talvez foi em relação a esta temática que se

²⁷ DI GIOVANNI, R. Op. cit., pág. 68

observaram maiores diferenças na percepção de homens e mulheres. Algumas das mulheres afirmaram que a situação propiciou a consolidação de suas relações ou a proximidade com seus parceiros. Nos casos em que houve uma ruptura da relação foi mais comum, entre elas, interpretar tal fato em função de outros fatores que já estavam se manifestando, e que a situação do aborto teria colocado com maior clareza. Porém, no caso dos homens, alguns deles expressaram sua convicção do aborto ter ocasionado a ruptura da relação.

Se temos como certo que a qualidade da relação e a intensidade do afeto é importante para ter um filho, ela é insuficiente para impedir a decisão de interromper uma gestação, uma vez que há outros fatores implicados na decisão. Este parece ser um aspecto de difícil compreensão para alguns de nossos entrevistados que, como veremos logo, interpretaram que a aceitação ou rejeição da gestação se torna, em alguns casos, critério de avaliação do desejo, amor e compromisso de um pelo outro. Trazemos um trecho de uma de nossas entrevistadas que coloca uma interessante relação entre aborto e ruptura da relação, uma vez que esta parece estar operando em vários de nossos casos.

E aí, logo em seguida, eu e esse rapaz ficamos juntos por mais dois anos. A relação mudou, a gente começou a viver mais.... isso, a gente não ficou traumatizada, pelo contrário, vamos então assumir, eu comecei a tomar pílula.. Porque agora que a gente já enfrentou isso, então é como se a gente tivesse passado por um ritual, entende? [...]. Agora, falando um pouco do relacionamento, a gente ter ficado junto, foi muito em função do aborto. O aborto aproximou a gente, talvez a gente nem se gostasse tanto, mas a gente se uniu. [...] Aí a gente se separou dois anos depois mas, mais por uma questão de planos e projetos diferentes, porque eu queria seguir a carreira acadêmica naquele momento, e ele estava indo por outro lado. Aí quando a gente se separou, dois anos depois, foi que eu vim assim, sentir o aborto. Porque a gente se separou de uma forma, apesar de ter sido elaborada e tal, foi meio brusca..... a gente decidiu e duas semanas depois ele estava com uma outra mulher. Aí o aborto veio nos sonhos, aí eu revivi o aborto, mas por causa de uma rejeição, eu estava sentindo uma rejeição e aí eu lembrei que eu tinha rejeitado também. Então eu ficava me colocando no lugar da criança, o tempo todo, assim, ter sido abortada, então eu me sentia abortada por ele.[...] Então essa coisa da interrupção brusca, eu acabei revivendo e foi onde eu fiquei um pouco traumatizada, mas em relação às relações amorosas. Joguei uma coisa simbólica para o outro plano.... (Laura)

Na última parte deste texto encontramos um elemento de análise importante entre o aborto e a relação de casal que, ousamos julgar, pôde ter ficado naqueles casos relatados pelos homens. O aborto, nesses casos particulares, tomou uma dimensão maior do que a rejeição de um potencial filho, ao qual se associou a rejeição do parceiro. Isto, em função de constatar a não disponibilidade

da companheira para continuar a gravidez o que foi interpretado como uma ausência de desejo ou disponibilidade delas para criar vínculos de aliança com eles. No caso destes homens e de uma das nossas entrevistadas, pareceria existir uma relação metonímica entre a rejeição da gravidez e a rejeição da relação, manifestada, por um alguns deles nos seguintes termos:

Quando a mulher resolve ter filho, ela normalmente conversa com o parceiro e está assumindo uma relação com ele também. A partir do momento que a mulher resolve abortar, se ela não está casada, sem um motivo... ela está também, tomando a decisão de separar do parceiro.[...] Mas na hora, a sensação que me passou é que a gente estava se separando e que o ritual de separação era ter que fazer esse aborto. Se ela não quer ter o filho é porque ela não gosta de mim. [...] Me pareceu que se eu ficar insistindo pelas razões do aborto, eu ia querer saber porque ela queria se separar [...] Tive melancolia ligada à própria relação, ao sentimento que eu tinha. (Luís)

Eu acho que quando as duas pessoas estão afim um do outro, estão numa relação sadia, legal, eu acho muito complicado pensar a questão do aborto. Quando nenhum dos dois quer, acho que o que você está recusando no fundo é a relação. Eu talvez tenha sentido isso também quando ela entrou no desespero pela gravidez e colocou essa possibilidade, eu também meio que senti que estava sendo recusado. (André)

...tendo acontecido isso, eu acho que a gente se tornou mais vulnerável, quer dizer, o nosso namoro se tornou mais vulnerável no sentido de... eu acho que da parte dela, nem da minha era consciente disso. Olhando para ela, me passa que é possível que tenha acontecido assim tipo... mesmo ela não querendo o filho, que eu acredito que ela não queria mesmo, que o fato de não ter tido, significou uma dificuldade dela de fazer projetos a longo prazo, ou seja, como se ela pensasse, mas acho que ela não pensava, está lá atrás na cabeça dela: já fiquei grávida, a gente já teve oportunidade de ter um filho, de aprofundar cada vez mais a relação e não tive. Não tive porque — estou falando como ela — porque eu não quis, mas o fato é que não dá para eu ter expectativas de construir coisas a longo prazo. O jeito banal de falar isso seria o seguinte: a gente nunca programou casamento, nada disso, ela não demonstrava ter nenhuma vontade de casar na igreja, no papel, mas eu acho que no fundo, fundo, ela tinha expectativas de que isso acontecera em alguma hora, e eu não era o tipo de cara que... quer dizer, eu passei a não significar para ela a possibilidade de acontecer isso. Como se tivesse falado assim: a gente aprofundou até aqui, daqui para frente vai ser assim, não vai mais. Aí a gente acabou o namoro uns nove meses depois [ri] espera aí eu faço a conta ... não sete meses, foi eu que estou querendo.... pura ficção. (Milton)

A pessoa questiona a relação dela: Porra! que tipo de relação é esta. É um questionamento de relações. Nos meus casos teve isso. Logo, no caso de [a namorada]: Porra! você nem seguiu a onda de ter um filho comigo. (Paulo)

A interpretação, especialmente, de Milton e Luís ficou reforçada ao constatarem a ocorrência posterior de gravidez da ex-namorada que terminou casando e tendo filho. Nesses casos, as razões relativas ao projeto profissional ficaram em questão uma vez que as situações

aconteceram em um curto período de tempo. Isto é, para eles, as condições continuavam sendo as mesmas e o que no final tinha mudado era o parceiro.

Eu acho que eu tô contente [?] porque os prejuízos maiores dos abortos quem levou fui eu [ri], agora quem não tem filho sou eu. [...] Eu fiquei muito preocupado, eu não fui o primeiro, em nenhum dos casos foi o único [aborto] mas, em todos os casos eu fui o último parceiro com as quais elas tiveram que fazer um aborto, depois disso tiveram filhos. (Luís)

Depois ela conheceu esse cara, namorou com ele,[engravidou], casou e teve esse filho. (Milton)

Outra forma de avaliação das implicações do aborto no relacionamento são feitas por Regina e André. Nos dois casos a relação continuou por alguns anos após a interrupção avaliando, inclusive, uma melhoria na qualidade das mesmas. No entanto, ao indagar as implicações do aborto no término da relação, estabeleceu-se uma ligação com o aborto, mesmo que distante no tempo e meramente especulativa:

Olhe, em primeira instância não teve nada a ver, não atingiu. Mas, se eu paro para pensar e analisar, talvez tenha, porque talvez o fato dele não ter insistido mais: Puxa! você não quer mesmo ter?, pensa bem, sei lá. Então, talvez por isso que ele não tenha insistido mais, mas... apesar de você tomar a decisão ele nunca se manifestou a favor [de continuar a gravidez] Talvez possa isso inconscientemente ter me afetado, mas eu diria que a primeira instância não teve nada a ver, foram outras coisas. (Regina)

...agora, olhando mais distante, eu acho que eu fui o tipo do marido que não era o que ela esperava, o marido que talvez ela precisasse, sei lá. Ela cobrava de mim uma posição mais forte [...] Eu acho que se eu tivesse falado: você não pode fazer isso, se tivesse condenado a idéia e tal, talvez ela tivesse tido a criança [...] Eu acho que isso pode ter a ver com nossa separação, porque eu acho que ela esperava que eu fosse contra... acho que se eu tivesse sido firme, determinante em ter o filho, eu acho que ela aceitaria e ela entenderia como um sinal de boa fé na relação, esse tipo de coisas. Acho que esse negocio meu meio de lavar as mãos e jogar a decisão para ela, para ela poder ter pegado como... a relação para ele tanto faz. (André)

Nenhuma das mulheres entrevistadas teve uma ruptura da relação imediatamente depois do aborto. Nos casos em que houve, após um tempo, esta foi atribuída a outras razões, sendo a perspectiva de análise diferente. É possível que possamos considerar que muitas das questões levantadas nesta parte, por alguns dos homens, especialmente as relativas ao sentimento de frustração do desejo de ter filho e de serem parceiros em “relações abortadas” pelas mulheres estejam relacionadas com as impossibilidades ou limitações que lhes coloca o corpo reprodutivo da mulher.

4.2.9 O corpo que engravida. Preeminências femininas e ausências masculinas

Voltamos nesta parte a um dos aspectos centrais desta pesquisa. Nos capítulos anteriores esta discussão apareceu desde uma perspectiva mais política que perpassa a formulação dos direitos reprodutivos, assim como desde uma perspectiva mais teórica, na qual se evidenciou sua ausência, pelo menos no nosso recorte de algumas perspectivas pós-modernas dos estudos de gênero. Agora, nos propomos indagar como é colocada e resolvida esta questão num plano mais concreto das negociações realizadas entre nossas/os entrevistadas/os.

Como já se deve ter percebido através dos trechos dos depoimentos trazidos até agora, surpreendentemente nos encontramos com várias situações de aborto vivenciadas neste grupo nas quais, em princípio, não houve uma concordância em relação ao desejo da gravidez por parte do casal. Entrevistamos 15 pessoas, no entanto, os depoimentos giraram em torno de 27 situações de aborto, cada uma delas com uma história diferente da outra. Aparentemente um número razoável para encontrar discordâncias e, sobretudo, interessantes reflexões que ficaram entre estas pessoas, muitas delas com um alto nível de análise, o que fez que muitas vezes sucumbíssemos ao desejo de colocar longos trechos. Nesta parte, isto tornou-se mais evidente.

Uma das questões que abordaremos aqui são as concepções, argumentos ou repertórios que atravessam as negociações dos desejos de reprodução que comprometem desejos individuais e, muitas vezes, antagônicos entre os membros do casal. Os temas em questão: o corpo e os direitos reprodutivos de homens e mulheres.

*... eu não estava afim de que essa pessoa abortasse. Era uma pessoa de fora, morava fora do país e a gente se apaixonou. [Ela viajou para o país de origem, descobriu que estava grávida e abortou lá] **Ia ser piração minha pedir para ela ter esse filho.** A segunda vez que ela abortou aí foi pior porque eu não estava afim que ela abortasse. Na segunda vez abortou aqui no Brasil. Foi uma coisa muito ruim porque ela falou que estava grávida e eu tinha que viajar [...] aí saí pra fazer um negócio e quando voltei ela falou que tinha abortado, sem falar nada, entendeu? Ela sabia que [eu] ia armar uma confusão para não abortar e tal, então ela rapidamente foi lá e abortou, né? Quando voltei eu fiquei puto, isso acabou a nossa relação, inclusive. Fiquei puto porque **eu queria o filho**, primeiro eu queria o filho, e segundo por causa da sacanagem dela ter feito esse aborto quando eu estava viajando e quando eu chegar ainda falar: Porra! você sumiu e tal. [...] Eu achava que tinha que ter, mas não tinha condição nenhuma, não tinha dinheiro, não tinha nada e **não tinha porque ela querer***

*ter o filho, né? Você quer ter o filho, então você vai ter, porque no final, ela é que acaba decidindo, só se abrir um processo e botar a mulher em vigilância judicial para ela não abortar. Mas **ela que acaba decidindo, é um direito do corpo dela**. No final eu não botaria ninguém em vigilância para... não sei se eu botaria, talvez. Não sei também, depende da relação, não sei...(Paulo)*

Poderíamos ter colocado mais trechos de várias entrevistas que trazem à tona questões relativas ao desejo, ao corpo e o direito. No entanto, o depoimento de Paulo sintetiza, nesta parte da entrevista, aspectos profundamente polêmicos: o desejo de ter filho nessa relação por parte dele que, ao que parece, não foi compartilhado por sua parceira; a decisão unilateral dela de fazer aborto, aproveitando uma conjuntura na qual ele não estivesse perto para não atrapalhar ou dificultar sua decisão; a impossibilidade de impor um desejo de filho; a impossibilidade física e ética de impor ou solicitar a continuidade de um projeto que compromete o corpo dela e que coloca limites ao desejo dele; e, finalmente, a existência de um recurso jurídico que além de difícil execução coloca questões éticas em relação com o respeito à autonomia individual.

Há neste grupo de entrevistadas/os unanimidade total em relação à autonomia da mulher para decidir interromper suas gestações, direito que tem como argumento fundamental o fato da gestação acontecer no seu corpo, assim como do fato dos primeiros cuidados da criança serem atribuídos à mulher. Só encontramos no depoimento de Paulo a referência a um recurso jurídico do homem para impedir que uma mulher aborte, no entanto, ele mesmo coloca em questão a possibilidade de efetivar uma ação nesse sentido, uma vez que a inviolabilidade do corpo é um princípio de dignidade humana e de liberdade. Adicionalmente, todo o grupo considera que idealmente a resolução das situações de gravidez deve passar pela discussão e participação das duas pessoas envolvidas, especialmente quando há uma relação —o que exclui, por parte das mulheres, as relações ocasionais— porém, em caso de conflito deve prevalecer o desejo ou a vontade da mulher.

Teoricamente, eu acho que deve ser uma coisa decida pelos dois, mas eu acho que na prática isso muda... eu mudei muito, repensei isso e não consegui resolver pelo seguinte: Quando aconteceu comigo, quando eu soube ou desconfiei que eu estava grávida, eu já tinha decidido que ia fazer aborto. Em nenhuma circunstância, naquele momento que eu engravidei, eu teria aquele filho. Nada me faria ter aquele filho naquele momento. E ele também não queria, então, isso não foi problema. Mas, eu me questioneei: e se ele quiser? Eu sempre pensei que era uma decisão de dois, bilateral porque no final de contas...né? Numa situação dessas, porque têm outras em que não dá, que tem que ser unilateral, mas enfim, numa situação como a minha que estava com ele, convivendo, era uma decisão de dois. E se ele quisesse ter o filho? Eu

não teria. Em última instância a decisão é unilateral, quer dizer, tudo bem. O corpo é meu e se você não quiser estar comigo, tudo bem, mas eu faria do mesmo jeito. Então eu fico pensando que é legal essa decisão ser bilateral, se existe um relacionamento que permite ter esse companherismo, estar junto...se a solução é fazer aborto, ou seja, você discute isso, é muito legal ter a pessoa do lado. (Lúcia)

...às vezes eu até tento ser mais democrática, mas eu acho que existe um autoritarismo masculino, fálico, do fato dele poder engravidar quem ele quiser, é homem; e tem uma autoridade feminina que é o corpo, é dela, não adianta (Laura)

Os argumentos estão permeados na sua totalidade pela questão do corpo. Nos depoimentos observamos que mesmo existindo a intenção de “democratizar” as decisões neste campo pareceria não haver como. A gravidez, como concebida numa perspectiva ocidental, é um fato inscrito (exclusivamente?) na corporalidade das mulheres o que lhes concede preeminências e domínios, ao menos neste grupo. A gestação está no corpo da mulher o que lhe dá absoluta supremacia de decisão sobre a interrupção da mesma, e por sua vez, coloca o limite para o desejo e direito reprodutivo masculino. Frente a este limite o homem, apesar de tomar um lugar importante no processo, não pode fazer mais do que opinar e em última instância acatar a decisão da mulher:

Nós estamos em comum acordo no consultório.... se naquele instante em que ela está sozinha com o médico, eu não estou junto, ela resolve não ter, a decisão foi de quem? Exclusivamente dela. Por mais companheiro, por mais amigo, por mais gente, por mais sincera e honesta que seja a relação minha com ela, por mais franca, mais fiel... tá nela, tá nela a gravidez. Eu não resolvi, talvez se a gravidez estivesse em mim, o momento de hesitação meu, teria que ser respeitado por ela, se a gravidez estivesse em mim, se eu fosse o portador...[...] Tem um limite sem dúvida, é o corpo do outro, além do qual eu não posso ir. O que eu posso dizer é apenas o meu desejo... de não ter e... discutirmos os prós e os contras. (José)

Olhe, eu acho que o homem deve ter participação na argumentação, mas a decisão é da mulher. O homem acho que não pode tomar uma decisão dessas porque não é ele que vai arcar com o primeiro trabalho que é gerar o filho, ter o filho e, até pelo menos dois anos, estar administrando o filho. (João)

Eu acho que em último caso sim, é da mulher [o direito de abortar] Do casal também, eu acho que o homem tem que saber, estar ciente e tal, mas em último caso como é que a mulher vai transferir se ela não quer, tipo, por imposição do parceiro, acho que não tem sentido isso. Ela é que vai carregar por nove meses e daí em diante, então eu acho que o homem tem que acatar mesmo. (Renata)

No entanto, em relação à experiência do aborto, a questão do corpo aparece de uma maneira interessante nos depoimentos de alguns homens como de algumas mulheres. Como foi colocado anteriormente, não há uma expressão lingüística para os homens nomear a interrupção de uma fecundação da qual eles participaram. Isto porque “aborto” se refere a uma ação que requer

vários sujeitos: um que contém, outro conteúdo (a mulher e o óvulo fecundado ou embrião) e um agente que exercita ou produz a ação. O homem pode ser parte da motivação para provocar a ação ou até ser agente, mas nunca é sujeito propriamente dito, nem sequer do sistema jurídico para ser punido²⁸. No entanto, também “sofre” o processo. Vejamos o contraste entre depoimentos de mulheres e homens relativos à corporalidade do evento:

Ele só daria apoio numa decisão que a mulher toma, porque deve ser tão... o corpo é seu, você vai gerar dentro de seu corpo. Talvez eu esteja tendo uma visão super feminista também, entendeu? mas, isso mexe muito com você, 99% com você e 1% com a outra pessoa, fisicamente falando. Agora psicologicamente.... (Regina)

E também a gravidez foi bom para tomar consciência do papel da mulher enquanto há uma determinação biológica, que... não tem como você chegar e passar para o homem, no sentido de que meu namorado nunca soube e nunca vai saber o que foi ficar naquela mesa, então existe uma coisa assim do tipo eu que vou decidir porque o corpo é meu. (Laura)

Eu me senti completamente abalado e... daí eu acho que também tem certo tipo de idéia.... generalizando, que parece querer roubar esse sofrimento do homem, e não é verdade. Porque você não tem uma justificativa física, concreta, não sei, sei lá, você vai falar que é diferente? Não tem a menor dúvida que é diferente, todo mundo sabe que é diferente, isso é obvio, mas... [...] o sofrimento existe, que não é mesmo, que você não pode comparar uma coisa com a outra, é claro, comparar a dor é difícil, a dor de dente de cada um é pior.... e que tem um aspecto que eu não posso compreender, eu sei disso..... como é que eu vou compreender, não tô lá, não tô lá naquele corpo. A única sensação do corpo que eu conheço é a minha... Então, eu acho que às vezes você vê alguns discursos querendo descrever essa experiência como ininteligível para o homem ou, tem um aspecto muito particular, que não chega a ter uma experiência muito concreta. Discordo. Acho que eu tive uma experiência muito concreta, só que meu corpo permaneceu na mesma integridade, não mudou nada. (Sérgio)

Eu entendia a situação dela e calei a minha ansiedade, a minha expectativa, a minha dor em função da dela porque eu achei que tudo o que ela sentisse seria mais importante do que eu sentisse naquele momento. (João)

O que eu senti, que pesou nessa hora é que é uma situação nova e você está sozinho porque passa pelo legal, moral, religioso [...] Mas, como ela não gostava [de continuar a gravidez], para ela podia ser um alívio estar tirando um peso. Que não é a mesma coisa. Eu gostava e estava tirando uma coisa boa, legal. Então é lógico... talvez eu sofri mais com o aborto do que ela, mas quem toma a atitude é a mulher, então eu acho que existe uma diferença mesmo, não é igual. Seria uma coisa que existem pontos em comum, mas a paternidade não é a mesma coisa que a maternidade. Até, mesmo pelas condições biológicas. Alguém tem que arcar com a parte física do processo, e isso, fatalmente tem um envolvimento sentimental, não dá

²⁸ Ao menos não conhecemos processos penais por esta causa, a não ser que se provoque o aborto como resultado de ações violentas sobre o corpo da mulher.

para separar. Então, sentimento que a mulher tem com relação à criança é tão forte quanto a do pai, mas não é o mesmo sentimento. Eu acho que no aborto a coisa acontece da mesma maneira. [...] Eu mesmo até hoje fico... não passou normal isso aí. (Luís)

O que nos chama a atenção nestes depoimentos é o contraste em função do corpo. Por um lado, as mulheres enfatizam a centralidade do evento na corporalidade, situação que aparece como definidora de todo o processo e absolutamente inequívoco a qualquer correlato psicológico ou de empatia masculina. Por outro, nos depoimentos dos homens nos chama a atenção que, ao falar da afetividade gerada ou suscitada pela experiência, por mais intensa, “concreta” ou dolorosa que esta tenha sido, sempre fica minimizada quando comparada à experiência corporal feminina. É o corpo dela que engravida e espera-se, por isto, que tenha um impacto ou sofrimento maior com a situação²⁹.

Uma outra questão relativa à corporalidade da reprodução é colocada especificamente pelos homens. Refere-se à limitação de seu desejo de ter filhos, visto que a concretude ou realização do mesmo está mediado pelo desejo da mulher. Não existe uma autonomia do desejo dos homens para terem filhos, ao menos neste grupo. Talvez seja isto o que esteja causando, em alguns casos, tanta dor ou “melancolia” frente à perda manifestada, principalmente, pelos homens que atualmente não tem filhos.

É porque é difícil [falar do desejo de ter filhos] Para mulher eu imagino que deve ser diferente porque é justamente isso: vocês podem colocar um bebê dentro da barriga e gestá-lo. Agora, falar em abstrato para o homem acerca da pretensão de ter filhos, eu não tenho condições de ter filhos, depende de alguém e essa decisão estaria vinculada a alguém, por isso é que nessa situação eu falo que para mim o importante era ela. (Milton)

Hoje ela é mãe, talvez ela tenha apagado tudo. [...] eu não sei dizer se faria aborto ou teria o filho numa situação dessas porque também não é uma coisa que você escolhe sozinho. (Luís)

Agora, eu não poderia tomar essa decisão de querer ter esse filho sem ela querer [...] No momento, nada para mim é mais razoável do que isso. Pode até ser um comodismo da minha parte, mas não consegui entender... acho que a última decisão do aborto é da mulher. Acho que eu estar, tomar uma decisão dessas, seria estar invadindo uma área que não é minha, que é dela, é da individualidade dela, é a vida dela. (João)

²⁹ À margem, perguntamo-nos se estas concepções não têm como pano de fundo as questões amplamente debatidas do instinto materno?

Contudo, este “poderio” feminino encontra limites no reverso da situação. As questões anteriores foram colocadas em função da autonomia da mulher para decidir uma interrupção. Se houve unanimidade nesse assunto também houve unanimidade, entre os que abordaram o tema, em relação a que a mulher não teria direito de decidir, unilateralmente e contra a vontade do homem, dar continuidade à gravidez e depois, exigir deles o cumprimento de responsabilidades pela criança. Isto, em função das implicações diferenciais que cada uma das duas situações têm na vida de cada uma das pessoas envolvidas e na criação do vínculo de aliança no caso de continuar a gravidez³⁰. Um dos nossos entrevistados mostrou-se particularmente irritado com a seguinte situação evocada frente ao nosso comentário de que qualquer opção —continuar ou interromper a gravidez— o envolvia:

Ou não, porque hoje em dia também... vou até contar uma história, uma coisa que me irrita particularmente. Eu acho que, no meu modo de entender, tem tido uma distorção seríssima em relação a esse negócio da gravidez, que é o fato das mulheres acharem que porque o filho está dentro delas, elas decidem. Aconteceu, por exemplo, com um amigo meu, amigo próximo, ele estava de rolo, não era nem namoro, com uma menina.. Ela ficou grávida e ele não queria ter o filho e ela quis ter o filho de qualquer jeito: independentemente de você vou ter o filho. Só que não era totalmente independente porque a família dela fez a maior pressão, queria conhecer o rapaz, ver quais eram as intenções do rapaz, e o rapaz não tinha intenções nenhuma, quer dizer, não tinha intenções de ter o filho e ela queria de qualquer jeito, e ela decidiu ter o filho. Quer dizer, a única coisa que ele poderia fazer para fazer com que a situação se resolvesse, do jeito que ele queria, era fazer que ela abortasse. Estou falando bem grosseiramente, mas é isso: jogar ela escada abaixo, por exemplo. Ela resolveu e teve o filho. Ele não está namorando com ela, está namorando com outra pessoa e pelo que eu tenho visto, ele participa na medida do possível, da vida da criança, todo dia vê [...]. E a criança nasceu por decisão dela e eu acho que isso é um absurdo.

[...] Eu nunca... a pior situação para mim seria ter um filho com uma pessoa que não está junto comigo. Aquele caso de meu amigo para mim seria péssimo. Para te falar verdade, para ser sincero, quando estava rolando essa história dele, eu tentava me colocar no lugar dele e a sensação que eu tinha é que se eu estivesse nisso, eu ia querer seqüestrar essa menina e forçá-la a fazer aborto de qualquer jeito. É como se ela estivesse roubando uma coisa minha sem me dar o direito... Eu estaria colocando, quantos são? 23 cromossomos meus numa criança que eu não queria. Fiquei possesso. Cara que absurdo! Que é que isso?

[...] Agora tem uma coisa que passa pela minha cabeça, espero que você não fique chocada, mas, por exemplo, naquela situação, dificilmente eu ia seqüestrar a menina

³⁰Perguntamo-nos se a rede social na que está inserido o embrião só é reconhecida no momento de “socializar” o ato reprodutivo, bem seja no momento de anunciar a continuidade da gravidez ou após o nascimento. Antes disso, frente a disjuntiva enunciada por Adriane Rich acerca de que o embrião não poder ser definido —do ponto de vista da mulher— como um “eu” nem como um “não eu” pareceria ser resolvida por nossas/os entrevistadas/os como sendo uma prolongação do corpo feminino.

para fazer um aborto. Mas, por outro lado, eu não teria, eu tenho certeza disso, eu não teria nenhum freio, nada que me impedisse de simplesmente desconsiderar essa pessoa e essa criança. Eu não ia me sentir culpado, não ia me sentir um filho da puta, nada disso. Ou seja, em termos práticos, uma mulher que fique grávida de mim e tenha um filho meu, supondo que ela vai saber que é meu e que ela vai ter certeza que é meu, que ela vai provar que é meu, o que é que ela vai querer de mim? Não assumiria nenhum compromisso de jeito nenhum. [...] Especialmente nesse caso, da pessoa ter decidido independentemente de mim e... pode acontecer que para essa mulher o aborto seja uma coisa impensável, um crime, um pecado. Infelizmente então, vai ter acontecido de eu ter transado com uma mulher que mais infelizmente ainda, engravidou e que, no meu modo de entender, pensa desse tamanho. (Milton)

Uma outra situação de “produção independente” conhecida por outro de nossos entrevistados lhe gerou reflexão em torno do direito da mulher de decidir sozinha ter um filho, mesmo porque sua atual namorada está em busca de uma situação similar. Nesse caso, o pronunciamento foi mais temperado:

Acho que mulher... não mulher em geral, mas boa parte das mulheres... a situação da mulher na sociedade hoje está propiciando esse tipo de postura: a gravidez é no corpo dela, a concepção acontece aí e tal, e hoje ela tem essa opção, essa possibilidade de ter um filho quando ela achar que quer, que está na hora e não necessariamente colocando isso numa relação permanente com o homem, principalmente esse tipo de mulher que é mais independente. Então eu acho que nessa situação [de um caso concreto que ele conhece] é sacanagem com o cara. Quando ela quis ter um filho arrumou um homem e teve o filho, inclusive um homem que, eu acho que ela imaginou, não estaria na situação de disputar o filho com ela, que não ia fazer questão de reivindicar esse direito e tal [...] Acho que é um direito da mulher... se ela quer um filho, uma produção independente, acho que é um direito que ela tem também. Apesar que eu acho que tem que ser uma coisa clara: arruma um reprodutor, um banco de sêmen, mas envolver um homem na realização de uma vontade pessoal, eu acho que é complicado depois cobrar dele que seja pai, que represente esse papel e tal, acho bastante complicado. (André)

O interessante é que nos dois casos as situações partem da localização temporal: são as mulheres contemporâneas —com uma independência econômica— as que tomam esse tipo de decisões. Por outro lado, o que eles julgam como o impróprio da situação é totalmente oposto: Milton considera impróprio ter que assumir a responsabilidade por um filho que não desejou nem decidiu ter, em uma situação de ausência de relação; André considera uma “sacanagem” não permitir uma proximidade ou participação na educação do filho. Todavia, no fundo, os argumentos estão apontando a duas questões: uma delas referida por Strathern³¹ acerca da antecedência das

³¹ STRATHERN, M. *The gender of the gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1988

relações entre os “parents” nos atos reprodutivos e a ativação do parentesco com o nascimento. A outra, explicitada por Leal e Lewgoy³² acerca do “poder de barganha” que lhe proporciona a gravidez à mulher.

Este domínio do qual falam Leal e Lewgoy é reconhecido e colocado de diferentes maneiras por nossas/os entrevistados, domínio que passa ou remete também à discussão de poder nas “negociações” entre o casal:

A gente brinca entre os homens: mulher engravida quando quer e quando não quer, de fato, acaba fazendo opção pelo aborto. (André)

Porque essa decisão da vasectomia do meu marido foi só dele, isso foi uma coisa que me deixou um pouco revoltada. Eu me lembro que nós tivemos a primeira filha e depois, ele disse eu não quero mais. Tá bom, só quero ter essa filha, não quero ter mais filhos. E [o segundo filho] quem teve fui eu, porque eu enganei, entendeu? Ele dizia: mas hoje não pode, não pode ter relação, eu tenho certeza que nas minhas contas não pode. E eu dizendo não, tranqüilo, eu tôu certa. Sabe? forcei a barra. Fiquei grávida, ele ficou super revoltado porque eu tinha enganado. (Rosa)

E aí nessas conversas, eu acabo tendo uma decisão que é minha [ter filho]. Já que com ele eu não estou conseguindo fazer um plano com relação a isso, porque ele não está querendo, ele está muito resistente a essa idéia de fazer um plano, se eu falo vamos fazer um plano, eu faço o plano e ele fica calado, então, eu acabo tendo um plano interno, para mim que é: a hora que eu estiver com um emprego mais fixo [...] Então, minha idéia é na hora que eu tiver... se a gente continuar nesse impasse, uma hora eu vou parar de tomar pílula. Vou fazer uma decisão unilateral, e ele está sabendo disso [ri] eu já falei isso para ele.

[...] Mas, ainda assim é uma decisão compartilhada na história de ter um filho, que dizer, o que eu queria é que ele falasse eu também quero ter um filho, eu estou afim de ter um filho [...] Enfim, as relações são, por mais que você goste da pessoa, a pessoa goste de você, os dois se entendam mais o menos bem, as relações sempre estão em disputas de poder, de... embates cotidianos que sem querer que a gente se... você percebe que está acontecendo, você nem sabe como....Eu tenho a sensação desse último aborto que eu cedi um pouco de uma vez e eu queria que ele cedesse um pouco da próxima, mas eu tenho até vergonha de falar isso para ele, porque eu acho que não é assim, não deveria ser assim.... Mas eu tenho uma sensação de que... eu topei mais ele no último aborto, então agora ele precisava me topar na hora de ter um filho, também... (Patrícia)

A gente nem precisa dizer que é uma situação de impotência, porque é uma redundância dizer que é impotência. É claro que o homem não decide nada.... eu só posso decidir se eu puder agir; se eu não posso agir, então não posso decidir, eu posso sugerir. Exclusivamente a última palavra é da mulher. Se nesses três casos, eu fui contra ter filho, se as três resolvessem ter, eu seria pai de três filhos... e aí o que

³² LEAL, O.; LEWGOY, B. “Aborto: uma contribuição antropológica à discussão” In: Rosenfield, D.; Zingano, M.; et al. *Filosofia política*. Nova série 2. Porto Alegre: L & M, 1998

valeu, o que teria valido dizer que eu não queria, que não podia? Ao homem, se ele não quiser e ela quiser ter, cabe apenas o direito de espernear, protestar, fazer barulho.... (José)

Ao indagar a participação do homem no processo de interrupção, uma das nossas entrevistadas colocou em seu depoimento várias questões que foram abordadas no percurso deste trabalho e gostaríamos de trazer para o final deste capítulo sua reflexão, uma vez que sintetiza um dos pontos centrais das nossas discussões: os domínios femininos do campo reprodutivo.

O homem deveria ter uma participação no processo?

Eu acho que sim.... porque é obvio que sim. Ele é tão responsável por aquilo quanto você. Ele foi tão desprevenido quanto você, eu acho que um cara que vai transar com uma mulher e não saber o que é que está fazendo... como prevenir.... eu acho que essa coisa da AIDS deve ter ajudado bastante, porque... forçou a um diálogo, aí tornou-se um problema deles, aí os homens tiveram que... o cara tem que saber, ele não vai transar com uma cabra, é com uma pessoa. Então, ele é tão responsável por aquilo quanto.... e a relação sexual é uma relação muito íntima, quer dizer, o grau de intimidade... por mais que você tente... existe todo um discurso de sexo: Ah não! não tem nada a ver com amor, mas, você tem uma relação de intimidade, coisa de corpo, né?, uma coisa física, mais é impossível.... então você tem um comprometimento, tem o outro, você não está se masturbando, não está transando sozinha..... E, só que eu acho que os homens acabam... eles são muito vulneráveis, nessa situação eles se sentem muito acuados, porque na verdade, você pode continuar a gravidez, a decisão é sua, é uma coisa meio poderosa, muito poderosa. Eu tenho uma amiga que disse que quando ela ficou grávida se sentia a mais poderosa do mundo. Dá um poder, um poder incrível e, talvez tenha... eu acho que eles estão numa relação de desvantagem muito grande porque você tem muita.... você pode ficar grávida e o cara [pensar]: será que ela fez isso de propósito? porque tem isso de.... é uma coisa muito poderosa. Tem a fantasia muito masculina de: Cara! Eu tô a mercê da decisão desta mulher, e as mulheres fazem uso com muita frequência de.... eu acho que da mesma forma..... Depois eu tive um filho e é mesmo, uma coisa muito poderosa. Porque na gravidez.....a relação é sua, e a coisa, sabe? Você é dona daquele corpo, então deve dar um pânico, deve ser difícil encarar isso assim, acho que deve ser bem.... tanto por não interromper uma gravidez, quanto interromper. Se eu não quiser ter, eu não tenho e pronto, acabou, ninguém faz nada. Eu acho que é por isso que as reações masculinas são tão.... acho que eles se sentem muito indefesos. É até compreensível a situação do primeiro caso [da reação negativa do parceiro do primeiro aborto].... que eu acho que o cara entrou em pânico com meu poder sobre a vida dele. Acho que ele deve ter pirado: de repente [eu] não fazia o que eu [ele] queria. E se eu quisesse? Eu acho que ele deve ter ficado muito incomodado com isso. Com [o companheiro do segundo aborto] foi uma coisa muito mais dividida, mais pensada. Eu acho que eu tô culpando o cara, mas eu também acho que sou eu que decido, eu que talvez não tenha dado o menor chance, e ele se sentiu acuado, totalmente a mercê. (Júlia)

Guevara considera que:

“La decisión de abortar representa así um momento potencialmente conflictivo para ambos integrantes de la pareja. Um embarazo no deseado los obliga a replantear su propia relación. [...] Las posibilidades de negociación, de coincidencias o rupturas tienen como base sus identidades y roles de género que delimitan derechos y obligaciones muy distintos para cada uno. Situados cada quien desde su propio universo personal, la correlación de fuerzas y posibilidades de negociación o resistencia, por lo general coloca a las mujeres en una situación de desventaja.”³³

Se bem que nossos dados coincidem com as colocações iniciais desta autora respeito à relação e envolvimento diferencial dos parceiros no ato reprodutivo, consideramos, certamente, que a capacidade gestora da mulher a coloca, segundo os nossos depoimentos, não em um lugar de desvantagem em relação às decisões reprodutivas como interpreta Guevara, senão de domínio ou poder. No nosso grupo houve total unanimidade em relação a que o fato da gravidez ocupar o corpo da mulher proporciona a ela preeminências, colocando um limite frente ao qual cabe ao homem aceitar e acatar suas decisões.

³³ GUEVARA, E. Op. cit., pág. 163

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aborto foi tomado nesta pesquisa como pano de fundo para discutir paralelamente outras questões relativas à configuração do campo da reprodução, a partir de três perspectivas: a política, a conceptual e a das representações de homens e mulheres. Quisemos observar em cada uma delas os argumentos subjacentes que servem para conceituar as dinâmicas de gênero.

Consideramos que abordar certas situações de ruptura constitui um excelente cenário para discutir formas de organização social e aproximar nos a aspectos de inteligibilidade sob os quais se define um campo, as performances e as relações entre os sujeitos envolvidos. De fato partimos, como várias autoras (Di Giovanni, Ardaillon, Guevara), do suposto de que o aborto é uma ruptura, uma situação que subverte uma ordem moral do feminino culturalmente associado à maternidade. Nossos resultados levaram-nos a considerar que a subversão, neste caso, está definida pela possibilidade das mulheres conciliarem projetos profissionais, econômicos e de maternidade, porém, esta última continua se contemplando como um desejo de realização dentro de um projeto de constituição familiar tradicional, o que de qualquer forma amplia o leque de projetos de suas vidas.

A atividade sexual prévia ao casamento é validada e bem tolerada nos contextos familiares deste grupo, porém, não a reprodução. As ressalvas para a gravidez não desejada não estão dadas pela visibilidade da atividade sexual —como pôde ter acontecido em outro momento da história— senão pela frustração de um projeto pessoal e pelas implicações na criação de vínculos de aliança em relações onde poderia existir um investimento afetivo e/ou erótico, mas não a projeção de constituição familiar, o que também abre possibilidades a diferentes formas de encontros sexo-afetivos.

O aborto, por ser um evento multidimensional envolve uma grande quantidade de questões, muitas delas ignoradas neste trabalho, em função de nosso recorte e propósitos. Em termos gerais podemos afirmar que, como em outras pesquisas, as normas jurídicas e morais não são consideradas no processo de decisão da interrupção. Tal decisão é antecedida pela projeção hipotética das implicações de se continuar a gravidez nas circunstâncias específicas nas quais esta

acontece. Em decorrência disto, encontramos que uma forma para se referir ao produto da gravidez é feita em termos de *o filho, a criança, o neném*. Essas formas de nomeação não são usadas para significar um investimento afetivo do não-nascido, porém, para referir-se à avaliação da situação hipotética do que aconteceria no caso de continuar a gravidez.

A antecipação do resultado passa pela avaliação das relações que o antecedem, assim como em outras pesquisas, os projetos de vida e as relações afetivas aparecem, neste grupo, como fundamentais para avaliar a viabilidade do projeto de maternidade/paternidade colocado em iminência pela gravidez não desejada. Encontramos que, se a “responsabilidade” dos homens nos atos reprodutivos está mediada pelo tipo de relação e de vínculo afetivo com a parceira, esta mediação também se opera nas mulheres para dar, ou não, participação ao parceiro no processo.

Enquanto que para as mulheres, o aborto é uma decisão que reafirma sua autonomia em relação a um modelo familiar que abre espaço para outras realizações de ordem profissional e econômica, os homens consideram-no um direito das mulheres decidirem livremente. Este é colocado mais em termos da possibilidade das mulheres se liberarem dos engodos da maternidade, quando não podem ou não desejam assumi-los, sem dimensionar uma afirmação política com a mesma intensidade que é colocada por elas. Em alguns casos, para eles, o aborto adquire outro significado: constitui a possibilidade de impedir o estabelecimento de vínculos de aliança que não desejam ou, ao contrário, vêem nele dissolver suas intenções de conformar uma família, ou vínculos, com mulheres com as quais desejariam ter relações mais duradouras. Estes últimos casos foram mais freqüentes entre homens solteiros ou, com relações de namoro não consolidadas.

As mulheres parecem mostrar-se mais abertas a um processo de mudança. Ainda que não possamos afirmar que entre as nossas entrevistadas haja uma reestruturação ou desconstrução do modelo familiar tradicional, encontramos que o projeto familiar está atrelado ou subordinado a planos mais amplos de realização profissional e econômica o que as coloca em uma situação de maior independência. Todavia, os homens assistem com alguma “nostalgia” a um processo no qual eles não parecem ser sujeitos ativos. Em outras palavras, enquanto elas reformulam o modelo familiar com a finalidade de conciliá-lo com suas expectativas de ordem individual, eles ficam em uma situação passiva de espectadores.

Os homens estão tão inseridos em sistemas sociais quanto as mulheres. Em um evento delimitado tradicionalmente como “assunto de mulheres”, tanto em discussões, pesquisas, formulação de leis que o regulam, como as próprias observações corriqueiras, é claro que estes também fazem sua “performance” de gênero. No entanto, encontramos que os homens que participaram desta pesquisa, assim como os parceiros das mulheres entrevistadas, assumiram um papel ativo que, em função da preeminência das mulheres, sempre foi secundarizado. O campo reprodutivo e, especificamente o aborto, tem sido configurado como essencialmente feminino. A tendência atual de incluir os homens nas questões reprodutivas —independentemente que seja resultante do fomento das agências internacionais de controle populacional ou das teorias de gênero— é um fato que não pode ser ignorado. A configuração do campo e a ênfase na análise da reprodução nas mulheres pode ter levado à limitação da compreensão da participação masculina. A análise sugere, também, os limites da experiência nos termos de um discurso hegemônico apoiado na estrutura binária que define e delimita campos de atuação específica para cada um dos gêneros.

A intenção com esta pesquisa foi contribuir na procura de um equilíbrio de gênero nas relações afetivas e sexuais que visasse a promoção de uma autonomia dos seres envolvidos na reprodução, equilíbrio este que busca superar, se for possível, os termos da assimetria que coloca nas mulheres os custos e responsabilidades da reprodução. Em consequência, consideramos que dar voz dos homens neste assunto, não implica silenciar as mulheres.

Na concepção ocidental da reprodução encontramos significativa diferença em relação ao modelo trobriandês, pois nós temos na gravidez, parto e nos primeiros meses após o nascimento um estreito vínculo entre a mulher e o não-nascido/criança, onde a presença masculina pode ser dispensada. Esta corporalidade e temporalidade na relação é definidora dando, às mulheres, preeminências no campo reprodutivo. De outro modo, para os trobriandeses, o homem é responsável desde a fecundação pelo função nutritiva, inscrevendo-o, desde o início, neste ato reprodutivo, evidenciando a sociabilidade da reprodução e não uma naturalidade em relação à mesma. Em nosso caso, a rede de relações que circunda um ato procriativo também está presente, embora pareça se privilegiar o isolamento temporário na relação mulher e não-nascido/criança, dando um *status* diferente a essa rede.

Assim, pudemos encontrar que o corpo ou, melhor a nossa representação sobre o corpo e suas diferenças sexuais aparece como argumento fundamental no plano das representações e negociações entre homens e mulheres em situações concretas de interrupção. Questões similares são encontradas no plano político. Os direitos e preeminências neste campo são atribuídos, basicamente, para a mulher em decorrência de ser seu corpo que engravida e quem logo arcará, pelo menos inicialmente, com as maiores responsabilidades nos cuidados com a prole. A formulação dos direitos reprodutivos, incluídos como direitos universais a partir de acordos internacionais, apesar de mencionar o direito de “pessoas” “homens e mulheres” de decidirem livre e responsavelmente sobre sua reprodução, colocam a predominância do direito nas mulheres. Cientes de que aqui não foi abordado este tema com a complexidade que ele implica, queremos enfatizar algumas questões relativas à dificuldade de sua implementação num plano mais pragmático.

Uma das questões que talvez se estaria configurando como fator complicador para a aplicação “democrática” destes direitos, teria a ver com a dificuldade assinalada por Ardaillon de agregar direitos sociais e direitos “individuais” em um assunto que envolve casais. Por outro lado, a formulação de direitos reprodutivos se contextualiza na especificidade de reivindicações políticas do movimento de mulheres acerca de seu domínio neste campo. Se isto é assim, define de fato um sujeito específico de direitos. Adicionalmente, poderíamos fazer referência a que os mesmos estão formulados sob uma compreensão ocidentalizada das diferenças sexuais e da reprodução, que coloca as mulheres em um lugar central tanto na gestação quanto nos primeiros cuidados infantis. Todas estas questões levam-nos a pensar se realmente pode-se formular direitos universais desta ordem, quando a compreensão da reprodução é tão variável nos contextos culturais e implicam sujeitos envolvidos de maneira diferencial.

A premissa da igualdade de direitos neste campo é problemática, e o aborto é um exemplo disto. Segundo a Plataforma de Pequim (Parágrafo 97) a respeito de Direitos Sexuais, *“As relações sexuais e a reprodução, incluído o respeito à integridade da pessoa, exige o respeito e o consentimento recíprocos e a vontade de assumir conjuntamente a responsabilidade quanto a consequências do compromisso sexual.”* Se homens e mulheres têm o mesmo direito de escolher ter ou não filhos, a última palavra não seria só da mulher em todos os casos. Esta “ação afirmativa”,

reivindicada há muito tempo pelo movimento de mulheres, ficaria nuançada com o surgimento de um grupo de homens que reivindica seu direito ao aborto, ao qual se fez referência neste trabalho.

Ao se pensar em desejos antagônicos do casal a respeito de um evento reprodutivo, pode-se observar que a questão comporta duas situações: direito de abortar e de ter o filho, opções estas que não evoluem de maneira paralela ou simétrica para os dois gêneros. Em nossos depoimentos observamos como o direito de decidir interromper uma gravidez por parte das mulheres é considerado inalienável; é dela a última palavra e a ele cabe acatar tal decisão ainda que deseje o filho. Ele não tem como obrigá-la a ter um filho que não deseje, visto que estaria violentando um princípio da liberdade como é o direito a autonomia corporal.

Por outra parte, frente ao desejo dela ter um filho contra a vontade do companheiro, o problema é colocado em outro patamar. Para os nossos entrevistados, as mulheres não teriam o direito de forçar um homem a estabelecer relações e obrigações econômicas sobre atos reprodutivos que eles não desejaram e sob os quais elas decidiram unilateralmente e em oposição à vontade destes. É neste aspecto que, tanto os entrevistados, quanto o movimento dos homens nos Estados Unidos, manifestam sua inconformidade frente a uma inequidade de direitos, uma vez que se estaria violentando seu direito de autonomia para “...tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, ...” (CIPD, Parágrafo 7.3). Segundo eles, se a decisão da mulher por ter o filho é unilateral e contrária à vontade do parceiro, é ela quem deveria arcar com toda a responsabilidade. No entanto, o problema não se reduz a uma ordem econômica simplesmente o que coloca questões muito difíceis de se resolver. Em síntese, vemos que as mulheres teriam autonomia para decidir abortar ou ter filho —se elas se assumissem como únicas responsáveis. Aos homens caberia o direito de renunciarem a uma gravidez que não desejam — uma forma de “aborto social”— porém estão impedidos de ter filhos contra a vontade da mulher uma vez que não são autônomos neste sentido, o desejo deles está mediado pelo desejo e disposição da mulher para tal fim.

No terreno conceptual vemos que, ao menos em nosso recorte, o corpo e as diferenças sexuais passam de uma centralidade inicial e definidora na interpretação de “papéis sexuais” e “sistema sexo/gênero”, para um lugar onde são obnubilados pelo discurso, especificamente em

algumas perspectivas das teorias de gênero, ditas pós-modernas. A maternidade como ontologia que fornece especificidade às mulheres é rejeitada, uma vez que nem todas as mulheres são mães ou desejam sê-lo. Butler, em resposta às críticas ao desconstrucionismo, questiona a preocupação de que uma teoria feminista não consiga avançar sem a materialidade do sexo. Refere-se a como para Wittig e Foucault o “... sexo não *descreve* uma materialidade prévia, mas produz e regula a **inteligibilidade** da **materialidade** dos corpos. Para ambos, de diferentes maneiras, a categoria sexo impõe uma dualidade e uma uniformidade sobre os corpos a fim de manter a sexualidade reprodutiva como uma ordem compulsória.”¹ Entendemos que, neste enfoque, tomar a diferença sexual como ponto de partida e reivindicar a especificidade e os direitos sobre a mesma, seria reafirmar a identidade a partir do sexo, a reafirmação da singularidade a partir do mesmo dispositivo que produz e regula as relações de poder.

Se considerarmos os desenvolvimentos do campo político e do campo conceptual, em relação à questão reprodutiva, pareceria que o lugar dos corpos teriam tomado rumos diferentes, criando um abismo onde, do lado político se discutem as conseqüências de sermos corpóreos, pois, o corpo e suas funções reprodutivas aparecem como elementos fundamentais para a definição de conceitos e políticas². Do lado das teorias de gênero pós-modernas, o sexo é pensado como uma produção discursiva de modelos específicos e históricos de sexualidade. Uma análise de gênero deveria transcender um mimetismo com o sistema binário, porém, abarcar as relações de poder que produzem um sexo pré-discursivo e desvendar suas operações. Cabe perguntarmo-nos qual o lugar da reprodução nesta episteme, e se a gravidez constitui um limite para o desconstrucionismo, ou qual seu lugar dentro da produção discursiva que estabelece uma relação particular de cada um dos sexos com à reprodução.

Estamos cientes que os discursos político e teórico correspondem a registros diferentes e até, às vezes, de difícil conciliação; no entanto, nos dois campos tanto o conceito de gênero quanto o de corporalidade perpassam suas formulações. Em várias ocasiões apontamos aqui a centralidade dada ao corpo e as diferenças sexuais como argumento essencial no campo

¹BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu* (11) 1998, pp.11-42; pág. 39

² Agradeço a Mariza Corrêa a formulação desta idéia

reprodutivo, quando em outras áreas de atuação dos gêneros este foi desarticulado. Neste sentido, consideramos como Butler, que “... talvez seja interessante examinar as conseqüências políticas de manter em seus lugares as próprias premissas que tentaram assegurar nossa subordinação desde o início.”³ Fica então, o desafio de reformular as premissas que transcendam o mimetismo entre sexo e gênero no campo reprodutivo, o que supera os limites desta pesquisa.

³ BUTLER, J., 1998 - Op. cit., pág. 42

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Miguel. "Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal" *In: Anuário Antropológico 95*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995
- ANDALAF NETO, Jorge. "Responsabilidade profissional/ética na atenção ao aborto" *In: 6to Programa de estudos em saúde reprodutiva e sexualidade. Módulo VI*. NEPO/Unicamp, 1997
- ARDAILLON, Danielle. *Cidadania de corpo inteiro: discursos sobre o aborto em número e gênero*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1997a
- O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro. *Estudos Feministas*, Vol 5 N 2, 1997b
- ARILHA, Margareth. "Infertilidade, práticas conceptivas e políticas públicas. Entre desejos e direitos". *In: Parker, R. e Barbosa, R.M. (orgs.) Sexualidades brasileiras* Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996
- "Homens: entre a 'zoeira' e a 'responsabilidade'" *In: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. (orgs.) Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed.34, 1998
- ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. "Introdução" *In: Arilha, M.; Ridenti, S.; Medrado, B. (orgs.) Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed.34, 1998
- ARRUDA, Angela. A diferença não é mais aquela. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97
- ÁVILA, Maria; GOUVEIA, Taciana. "Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais" *In: Parker, R. e Barbosa, R.M. (orgs.) Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA:IMS/UERJ, 1996
- AZERÊDO, Sandra; STOLCKE, Verena (Coords.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991
- BARBOSA, Regina.; ARILHA, Margareth. A experiência brasileira com o Cytotec. *Estudos Feministas*, Vol.1 N.2, 1993
- BARNES, A. L. "Redes sociais e processo político". *In: Feldman-Bianco, B. (Ed.) Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora Global, 1987
- BARROS, A.; SANTA CRUZ, A.; SANCHES, N. Nós fizemos aborto. Mulheres de três gerações enfrentam a lei o medo e o preconceito e revelam suas experiências. *Revista Veja*, Ano 30 - Nº37, 17 de setembro de 1997

- BARSTED, Leila. Legalização e Descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. *Estudos Feministas*. Vol.0, N.0, 1992
- *Sexualidade e reprodução: estado e sociedade*. Texto apresentado na Reunião da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1996
- O movimento feminista e a descriminalização do aborto. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, 20(2): 133-184, jul./dez., 1995
- "Novas reflexões sobre a dominação masculina" In: Lópes, MJ. (org.) *Gênero e saúde*. Artes Médicas, 1996
- BRODY, Baruch. *Abortion and the sanctity of human life: a philosophical view*. USA: The Massachussets Institute of Technology, The Colonial Press, Inc., 1976
- BUTLER, Judith. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990
- Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu* (11), 1998
- CORRÊA, Mariza. "A natureza imaginária do gênero na história da antropologia" In: *Cadernos Pagu* (5), 1995
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos. Uma perspectiva feminina. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. IMS/UERJ, Vol, 6 No.1/2, 1996 (Versão original da tradução para o português)
- CORRÊA, Sonia; FREITAS, Angela. Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997
- COSTA, A.M. "Direitos reprodutivos: riscos e encruzilhadas" (postilha de Maio de 1993) In: 6º *Programa de estudos em saúde reprodutiva e sexualidade - Módulo VI*. NEPO/UNICAMP, 1997
- COSTA, Rosely, et al. A decisão de abortar: processo e sentimentos envolvidos. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 11(1): 97-105, jan/mar, 1995
- COSTA, Rosely. *De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero*. Ensaio para o exame de qualificação. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Agosto de 1998
- DA SILVA, Carlos. *Homens lutam pelo direito de "abortar"*. *Folha de S.Paulo*, 27 de outubro de 1996; 3º caderno, pág. 1,2

- DI GIOVANNI, Rosângela. *Um estudo das representações femininas do aborto*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia Social, IFCH/Unicamp, Campinas, 1983
- DOS SANTOS, Carlos. *Aborto: um olhar displicente da sociedade*. Dissertação de mestrado, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1993
- DWYER, Susan. "Entendendo o problema do aborto" *In*: Rosenfield, D.; Zingano, M. et al. *Filosofia Política: nova série*, 2. Porto Alegre: L & P, 1998
- EPSTEIN, A. L. Gossip, norms and social network. *In*: Mitchell, J. (Ed.) *Social network in urban situations; analyses of personal relationship in central african towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969
- EVANGELISTA, Damasio. *Código Penal Anotado*. Editora Saraiva, 1996
- FIGUEIRA, Servulo. "O moderno e o 'arcaico' na nova família brasileira: Notas sobre a dimensão invisível da mudança social" *In*: Figueira, S. (Org.) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987
- FIGUEROA, Juan G. *Algunas reflexiones sobre la interpretación social de la participación masculina en los procesos de salud reproductiva*. Documento preparado para el Seminario "Fertility and the male life cycle in the era of fertility decline." International Union for the Scientific Study of Population. Zacatecas, México, 1995
- FINNIS, John et al. *Debate sobre el aborto. Cinco ensayos de filosofía moral*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1992
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996
- *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997
- FRIEDMAN, Susan. Beyond white and other: relationality and narratives of race in feminist discourse. *Signs. Journal of women in culture and society*, Vol.21 N.1, The University of Chicago Press, Autumn, 1995
- GINSBURG, Faye. *Contested lives: the abortion debate in an American community*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1989
- GORDON, Linda. "Why nineteenth-century feminist did not support 'birth control' and twentieth-century feminist do: feminist, reproduction and the family" *In*: Thorne, B.; Yalom, M. (Ed.) *Rethinking the family: some feminist question*. Boston: Northeast University Press, 1992
- GUEVARA, Elsa. "Amor y pareja en la responsabilidad de los hombres ante el aborto" *In*: *Avances en la investigación social en salud reproductiva y sexualidad*. Trabajos del tercer taller de investigaciones sociales en salud reproductiva y sexualidad. AEPA/CEDES/CENEP, Buenos Aires, Agosto de 1998

- HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1995
- HARDY, E.; REBELO, I.; FAÚNDES, A. Aborto entre alunas e funcionárias de uma universidade brasileira. *Rev. Saúde Pública*, 27(2): 113-6, 1993
- HARDY, E.; REBELLO, I. La discusión sobre aborto provocado en el Congreso Nacional Brasileño: el papel del movimiento de mujeres. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 12(2): 259-266, abr-jun, 1996
- LAQUEUR, Thomas. Los hechos de la paternidad. *Debate feminista*, Año 3, Vol.6, septiembre de 1992
- *La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1994
- LASMAR, Cristiane. *Antropologia feminista e etnologia amazônica. A questão do gênero nas décadas de 70 e 80*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996
- LAURETIS, Teresa. "A tecnologia do gênero" In: Buarque de Holanda, H. (Org.) *Tendência e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- LEAL, Ondina; LEWGOY, Bernardo. "Aborto: uma contribuição antropológica à discussão" In: Rosenfield, D.; Zingano, M; et al. *Filosofia política: nova série, 2*. Porto Alegre: L & M, 1998
- LONDOÑO, Maria L. *Prácticas de libertad en sexualidad y derechos reproductivos*. Cali: Feriva, 1991
- *Ética de la ilegalidad. Visiones de género y valores reproductivos*. Cali: Feriva, 1994
- LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- MACHADO, Maria. "Identidade religiosa e moralidade sexual entre católicos e evangélicos" In: Costa, Albertina (Org.) *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: PRODIR/FCC - São Paulo: Ed. 34, 1997
- MacCORMACK. "Nature, culture and gender: a critique" In: MacCormack C.; Strathern, M. (Ed.) *Nature, culture and gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980
- MacLAREN, A. *História da contracepção. Da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar, 1990
- MELO, Jacira. A polêmica do aborto na imprensa. *Estudos Feministas*. Vol.5 N.2/97

MITCHELL, J. "The concept and use of social network". In: Mitchell, J. (Ed.) *Social network in urban situations; analyses of personal relationship in central african towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969

----- "Network, norms and institutions" In: Boissevain, J. and Mitchell, J. (Eds.) *Network analysis studies in human interaction*. Paris: Mouton, 1973

MOORE, Henrietta. *Antropologia e feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996

MORI, Maurizio. *A moralidade do aborto. Sacralidade da vida e o novo papel da mulher*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997

MOTTA, Flávia. *Sonoro silêncio. Por uma história social do aborto*. Relatório de pesquisa. Fundação Carlos Chagas, II Programa de incentivo e formação em pesquisa sobre mulher. Florianópolis, 1997

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

NOVAES, Simone; SALEM, Tania. Recontextualizando o embrião. *Estudos Feministas*, Ano 3, N.1/95

NUNES, Maria. O tratamento do aborto pela Igreja Católica. *Estudos Feministas*, Vol.5 N.2/97

ORTNER, Sherry. "Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?" In: Rosaldo, M.; Lamphere, L. (Coord.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

OSIS, Maria J. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro*, 14(Supl. 1): 25-32, 1998

PIMENTEL, Silvia. "A sacralidade/inviolabilidade da vida e o aborto: idéias (in)conciliáveis?" In: 6º Programa de estudos em saúde reprodutiva e sexualidade - Módulo VI. NEPO/UNICAMP, 1997

PISCITELLI, Adriana. Ambigüedades y desacuerdos: los conceptos de sexo y género en la antropología feminista. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano* 16. Secretaria de Cultura de la Presidencia de la Nación, Buenos Aires, 1995

----- *Nas fronteiras do natural: perspectivas feministas, gênero e parentesco*
Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho "Relações de Gênero do XX Encontro ANPOCS", Caxambú, 1996

PONCE, Martha P. Trabalho, poder e sexualidade: histórias e valores femininos. *Cadernos Pagu* (5), 1995

PRADO, Danda. *O que é o aborto*. São Paulo: Brasiliense, 1995

- RAMÍREZ, Martha et al. *Factores socio-culturales asociados al riesgo de reincidencia de aborto provocado*. Documento de circulación restringida. Campinas, junio de 1993
- RAMÍREZ, Martha. *Aborto provocado: um assunto masculino?* Trabalho apresentado no "IX Encontro Nacional de Psicologia Social". Belo Horizonte, 24 a 26 de setembro de 1997 e na "II Reunión de Antropología del Mercosur". Piriápolis (Uruguay), 11 a 14 de noviembre de 1997
- REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS. Aborto legal. *Jornada da redevsaúde*, Número 15, maio de 1998
- REVISTA *ELLE*. Outubro de 1998, pág. 90-93
- ROCHA, Fernando da. "O aborto, o estado e políticas populacionais" In: Rosenfield, D.; Zingano, M. et al. *Filosofia política. Nova série 2*, Porto Alegre: L & M, 1998
- ROCHA, Maria Isabel. *El Parlamento y el debate sobre el aborto en Brasil*. Trabalho apresentado no "Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe" Universidad Externado de Colombia, Santafé de Bogotá, Colombia, 1994
- A questão do aborto no Brasil: o debate no Congresso. *Estudos Feministas*, Ano 4, N.2, 1996
- ROMANELLI, G. "Autoridade e poder na família" In: Brant de Carvalho, Maria (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995
- ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes antropológicos*. Ano1, No.1, 1995
- ROWLAND, Robyn. Technology and motherhood: reproductive choice reconsidered. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Vol.12 N.3, 1987
- RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo. *Nueva Antropología*. Vol. VIII, No.30, México, 1986
- SILVA, Rebeca. Cegonhas indesejadas: aborto provocado. *Estudos Feministas*, Vol.1 N.1., 1993
- SILVA, R.S. - The Alan Guttmacher Institute. *Aborto clandestino: uma realidade latino-americana*. Nova Iorque: The Alan Guttmacher Institute, 1994
- SINGH, S.; SEDGH, G. "Relación del aborto con las tendencias anticonceptivas y de fecundidad en el Brasil, Colombia e México" In: The Alan Guttmacher Institute. *Perspectivas Internacionales en Planificación Familiar*. New York: The Alan Guttmacher Institute: Número especial de 1997
- STOLCKE, Verena. New reproductive technologies: the old quest for fatherhood. *Reproductive and genetic engineering*. Vol.1, No.1, p.p.5-19, 1988

- . "Derechos reprodutivos" In: Azerêdo, S. e Stolcke, V. (Orgs.) *Direitos reprodutivos*. São Paulo, FCC/DPE: 1991
- STRATHERN, Marilyn. "No nature, no culture: the Hagen case" In: MacCormack C.; Strathern, M. (eds.) *Nature, culture and gender*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980
- . *The gender of the gift. Problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1988
- . Necessidade de pais, necessidade de mães. *Estudos Feministas*, Ano3, N.2/95
- THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE. *Aborto clandestino: uma realidade latino-americana*. Nova Iorque: The Alan Guttmacher Institute, 1994
- . *An overview of clandestine abortion in Latin America*. The Alan Guttmacher Institute, Dezembro de 1996 <http://www.agi.usa.org/pubs/ib12.html>
- THE BOSTON WOMEN'S HEALTH BOOK COLLECTIVE. *Our bodies, ourselves. A book by and for women*. New York: Simon and Schuster, 1971
- TOLBERT, Kathryn; MORRIS, Karen; ROMERO, Mariana. *Los hombres y el proceso de decisión respecto al aborto: hacia un modelo de relaciones de género y el aborto*. Trabalho apresentado no "Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe" Universidad Externado de Colombia, Santafé de Bogotá, 1994
- TURNER, Bryan S. *El cuerpo y la sociedad. Exploraciones en teoría social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989
- UNIVERSIDAD EXTERNADO DE COLOMBIA. Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe. *Problemática religiosa de la mujer que aborta*. Colombia: Arte publicaciones, 1994
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- VERARDO, Maria. *Aborto: um direito ou um crime?* São Paulo: Moderna, 1987
- VIANNA, L.A.C. "Epidemiologia do aborto" In: Scavone, L. (Org.) *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996